UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – *STRICTO SENSU* MESTRADO EM GEOGRAFIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

VANDERLEIA GEMELLI

AS REDES DO TRÁFICO: DROGAS ILÍCITAS NA FRONTEIRA BRASIL E PARAGUAI

FRANCISCO BELTRÃO – PR
JUNHO, 2013

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ – UNIOESTE
CAMPUS DE FRANCISCO BELTRÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO – *STRICTO SENSU* MESTRADO EM GEOGRAFIA

VANDERLEIA GEMELLI

AS REDES DO TRÁFICO: DROGAS ILÍCITAS NA FRONTEIRA BRASIL E PARAGUAI

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado em Geografia, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza

FRANCISCO BELTRÃO – PR
JUNHO, 2013

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

Gemelli, Vanderleia
G322r As redes do tráfico: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai / Vanderleia Gemelli. – Francisco Beltrão, 2013.
177 p.

Orientador: Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza

Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2013.

1. Fronteira Brasil-Paraguai. 2. Drogas ilícitas - Tráfico. 3. Tráfico – Rede ilegal. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título.

CDD 22.ed. 327,81089
363.45
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha família. Aos meus pais Albino e Idalina, pelo amor e carinho incondicionais e pela compreensão, apoio e ajuda durante meu mestrado, sem os quais não seria possível chegar até aqui. Estendo os mesmos agradecimentos à minha irmã Diane, que é uma grande companheira, sempre me auxiliando em momentos de dúvida e aflição. A vocês, meu amor, respeito e gratidão eternos.

Agradeço ao meu namorado Paulo, pelo amor, compreensão, apoio e por estar sempre ao meu lado, o que me deu força e motivação para seguir. Obrigada por tornar meus dias mais serenos em meio a tanto estudo.

Agradeço também a meu professor orientador Edson B. C. de Souza pela dedicação, pelas conversas e orientações, que me proporcionaram adquirir conhecimento e crescer na vida acadêmica.

Agradeço à CAPES e à UNIOESTE pelo apoio financeiro e pela possibilidade de inserção na pesquisa científica.

Agradeço ainda a todos aqueles, que de uma forma ou de outra forneceram dados e informações essenciais para a minha pesquisa.

A todos estes ficam aqui meus agradecimentos, pois sem vocês o desenvolvimento e conclusão desse trabalho não seriam os mesmos, ou não seriam possíveis.

RESUMO

O Lago de Itaipu é o principal fator que favorece o desenvolvimento do tráfico de drogas na fronteira entre Brasil e Paraguai, cuja relevante extensão dificulta a fiscalização de órgãos oficiais. Nesse sentido, esta dissertação tem por objetivo central analisar o fluxo do tráfico de drogas ilícitas na fronteira entre Brasil e Paraguai – são consideradas, especificamente, o tráfico de maconha, cocaína e crack, haja vista as constantes apreensões dessas drogas – entendendo que o tráfico é pressuposto para a formação de redes geográficas ilegais pelo território. Para tanto, a metodologia utilizada baseou-se em leituras bibliográficas, no levantamento de dados estatísticos sobre o tráfico de drogas, bem como de políticas públicas de combate ao tráfico de drogas ilícitas existentes no Brasil e no Paraguai, na elaboração e utilização de mapas para representar a cartografia da fronteira à luz do tema estudado, além de trabalhos de campo que contemplaram entrevistas e aplicação de questionários. Dos resultados obtidos, cabe destacar que, dada a existência de inúmeras rotas, não é possível definir por meio de quais as drogas são transportadas. Não obstante a existência de rotas fixas, a atividade de tráfico de drogas ilícitas evidencia, por meio de sua movimentação, desde os países produtores de drogas, até o consumidor final, uma complexa rede ilegal pelo território. Os principais agentes envolvidos nesse processo compreendem os produtores rurais que trabalham no plantio e processamento da droga; os indivíduos que transportam a droga; os grandes “chefes” do tráfico, responsáveis por coordenar a logística da atividade; os consumidores de drogas e os agentes componentes dos órgãos encarregados da repressão à atividade ilícita, representando o Estado.

PALAVRAS-CHAVE: fronteira Brasil-Paraguai, redes, tráfico, drogas ilícitas.

.

TRAFFICKING NETWORKS:
ILLICIT DRUGS IN THE BORDER BRAZIL AND PARAGUAY

ABSTRACT[1]

Itaipu Lake is the main factor that favors the development of drug trafficking on the border between Brazil and Paraguay, whose relevant extension complicates the supervision of official agencies. In this sense, this Master's Thesis is aimed to analyze the flow of illicit drug trafficking on the border between Brazil and Paraguay – the ones considered are, specifically, trafficking in marijuana, cocaine and crack, given the constant seizures of these drugs – understanding that trafficking is a prerequisite for the formation of illegal geographical networks by territory. Therefore, the methodology used was based on literature readings, in statistics survey on drug trafficking, as well as public policies to combat illicit drug trafficking in Brazil and Paraguay, in the preparation and use of maps to represent the mapping of the border in the light of the subject studied, and fieldwork with interviews and questionnaires. From the results, it is worth noting that, given the existence of numerous routes, it is not possible to define through which ones drugs are transported. Notwithstanding the existence of fixed routes, the activity of illicit drug trafficking shows, through its movement, since the drug producing countries, to the end consumer, a complex illegal network by the territory. The main actors involved in this process include farmers working in the cultivation and processing of drug; individuals carrying drugs; big "bosses" of trafficking, responsible for coordinating the logistics activity, drug users and agents who are part of the bodies responsible for the repression of illicit activity, representing the State.

KEYWORDS: Brazil-Paraguay border, networks, trafficking, illicit drugs.

[1] Traduzido por Dayane Kelly Israel Smaniotto

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa dos municípios do Brasil e distritos do Paraguai na região de fronteira 17

Figura 2 - Parte do Lago de Itaipu 18

Figura 3 - Faixa e zona de fronteira 32

Figura 4 - Tipologias das interações fronteiriças do Brasil 35

Figura 5 - Mapa da Zona de Seguridad Fronteiriza do Paraguai 38

Figura 6 - Comércio em Ciudad del Este no Paraguai 40

Figura 7 - Fluxo de moto táxis sobre a Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu – BR e Ciudad-del-Este – PY. 41

Figura 8 - Vista aérea de parte do Lago de Itaipu 54

Figura 9 - Divisão política do Paraguai. 56

Figura 10 - Paraguai: Densidade Populacional 57

Figura 11 - Puerto Marangatu/Paraguai 63

Figura 12 - Gráfico sobre quais drogas são traficadas. 67

Figura 13 - Gráfico sobre o receio/medo de falar sobre o tráfico de drogas 70

Figura 14 - Polícia Federal em patrulha ao Lago de Itaipu 71

Figura 15 - Gráfico sobre horários de movimentação das drogas 71

Figura 16 - Gráfico sobre funções no tráfico 87

Figura 17 - Gráfico sobre motivos da adesão ao tráfico 88

Figura 18 - Gráfico sobre o trabalhador e o usuário de drogas 90

Figura 19 - Gráfico comparativo das apreensões de maconha, crack e cocaína pela Secretaria Nacional AntiDrogas do Paraguai (SENAD/PY) em 2009, 2010 e 2011 95

Figura 20 - Gráfico comparativo das apreensões de maconha, crack e cocaína pela Polícia Rodoviária Federal do Brasil (PRF/BR) em 2009, 2010 e 2011 96

Figura 21 - Gráfico comparativos das apreensões de maconha, cocaína e crack da Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu em 2009, 2010 e 2011 97

Figura 22 - Gráfico comparativo das apreensões de maconha, cocaína e crack da Delegacia de Polícia Federal de Guaíra em 2009, 2010 e 2011 98

Figura 23 - Gráfico sobre o preço das drogas 99

Figura 24 - Gráfico sobre táticas da movimentação das drogas 104

Figura 25 - Apreensão de drogas em veículo realizada pela Polícia Federal de Foz do Iguaçu..... 105

Figura 26 - Apreensão de drogas (contrabando formiga) realizada pela Polícia Federal de Foz do Iguaçu 106

Figura 27 - Redes geográficas ilegais do tráfico de drogas ilícitas na fronteira Brasil/Paraguai – região do Lago de Itaipu..... 109

Figura 28 - Gráfico de apreensões de drogas de janeiro a maio de 2011 111

Figura 29 - Países produtores e maiores apreensões de drogas na região de fronteira brasileira 113

Figura 30 - Gráfico sobre a origem das drogas traficadas 114

Figura 31 - Gráfico sobre o destino das drogas traficadas..... 115

Figura 32 - A conivência da polícia com o tráfico 122

Figura 33 - Gráfico sobre o Estado e a repressão ao tráfico..... 131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Informantes consultados durante a pesquisa. 27

Quadro 2 - Produção de soja no Paraguai 61

Quadro 3 - Municípios com rotas de passagem de drogas 72

Quadro 4 – Diferenças entre circuitos do tráfico de drogas..... 82

Quadro 5 – Maiores apreensões de cocaína e maconha 112

Quadro 6 - Apreensões de drogas: grandes centros urbanos e municípios da fronteira 116

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Abin - Agência Brasileira de Inteligência

AC – Acre

Adusp – Associação de Docentes da Universidade de São Paulo

AM – Amazonas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEBRID - Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas

CGPRE - Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes

CICAD/OEA - Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas/Organização dos Estado Americanos

CNM - Confederação Nacional dos Municípios

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNS - Conselho Nacional de Saúde

CONEP - Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

DGEEC - Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos

ENAFRON - Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras

EUA – Estados Unidos da América

FATF - Financial Action Task Force

GEF – Grupo de Estudos Fronteiriços

GGIs - Gabinetes de Gestão Integrada na Fronteira

IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBR - Instituto de Bienestar Rural

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

JIFE - Junta Internacional de Fiscalização a Entorpecentes

LABER – Laboratório de Estudos Regionais

LSD - Dietilamida do Ácido Lisérgico

MG – Minas Gerais

MNLD - Movimento Nacional pela Legalização das Drogas

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

ONU – Organização das Nações Unidas

PDFF - Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira

PEF - Plano Estratégico de Fronteiras

PF – Polícia Federal

PR – Paraná

PRF – Polícia Rodoviária Federal

PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

RO – Rondônia

SENAD-PY - Secretaria Nacional AntiDrogas do Paraguai

SINDRE - Sistema Nacional de Dados Estatísticos de Repressão a Entorpecentes

SISNAD - Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

T-D-R – Territorialização, Desterritorialização, Reterritorialização

THC - Tetraidrocanabinol

UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo

UNIOESTE – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UPPs - Unidades de Polícia Pacificadora

VANT - Veículo Aéreo Não Tripulado

SUMÁRIO

RESUMO 5
APRESENTAÇÃO 14
INTRODUÇÃO 16
PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS 23

CAPÍTULO I – A FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI: INTERFACES GEOGRÁFICAS E SOCIAIS 29
1.1 O debate conceitual de fronteira 29
1.2 Faixa de fronteira e suas tipologias 32
1.2.1 A faixa de fronteira do Brasil e a Zona de Seguridad Fronteriza do Paraguai 36
1.3 Fronteira numa "constelação" de conceitos: espaço, território, região e redes 39

CAPÍTULO II - A REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI E A FACE DA ILEGALIDADE 51
2.1 Caracterização da região de fronteira do Brasil 51
2.2 Caracterização da região de fronteira do Paraguai 55
2.3 As diferenças e os conflitos na fronteira 59
2.4 A ilegalidade na região de fronteira 64
2.4.1 As drogas ilícitas: maconha, cocaína e crack 64
2.4.2 O Lago de Itaipu: território da atividade ilegal 68

CAPÍTULO III - REDES GEOGRÁFICAS ILEGAIS NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI 74
3.1 O domínio espacial e a logística do tráfico de drogas 76
3.2 Circuitos superior e inferior do tráfico de drogas 81
3.3 Os principais agentes do tráfico de drogas 85
3.4 A quantificação das redes ilegais na fronteira 94
3.5 Espacialização das redes ilegais 107

CAPÍTULO IV – A RELAÇÃO DA DROGA COM O ESTADO E A SOCIEDADE 119
4.1 O papel do estado e da sociedade 119
4.1.1 Políticas Públicas de combate às drogas no Brasil e no Paraguai 125
4.2 Descriminalização do uso de drogas 134
4.3 A questão social do tráfico 141
4.4 As drogas e sua relação com o sistema capitalista 147

CONSIDERAÇÕES FINAIS 151

REFERÊNCIAS 155

ANEXOS 165

Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa 166
Anexo 2 – Mapa da zona de fronteira internacional: população urbana Arco Norte ... 168
Anexo 3 - Mapa da zona de fronteira internacional: população urbana Arco Central . 169
Anexo 4 - Mapa da zona de fronteira internacional: população urbana Arco Sul 170
Anexo 5 – Tabela dos municípios e população nas Faixas de Fronteira 171

APÊNDICES 172
Apêndice 1- Questionário aplicado aos Delegados de Polícia Federal 173
Apêndice 2 - Questionário aplicado ao jornalista e ao estudioso de temas correlatos à pesquisa 175
Apêndice 3 – Questionário aplicado aos moradores dos municípios da região de fronteira 177

APRESENTAÇÃO

Numa sociedade tão pluralista como a do Brasil, a diversidade social e cultural perpassa e cria vínculos em todo o seu território, e não poderia ser diferente na região do Oeste do Paraná, onde a miscigenação entre diferentes povos, crenças e línguas se potencializa por intermédio de seu caráter fronteiriço. O fato de eu ter sido formada nessa região que mantém relação tão próxima com seus países vizinhos está intimamente ligado à escolha da temática na qual se estruturou esta pesquisa. Trata-se do resultado de um enfrentamento de uma das adversidades mais complexas e temerárias geradas através do Lago de Itaipu: o tráfico de drogas. Essa atividade, tão conhecida pelos municípios lindeiros ao Lago, converteu-se em estereótipo de rentabilidade, não só exclusivamente, mas, sobretudo, àqueles que se integram ao grupo de brasileiros, paraguaios ou brasiguaios que buscam ascensão econômica rápida e/ou meios de sobrevivência.

O discurso sobre o tráfico de drogas, perpassado de estereótipos, consolida visões equivocadas sobre seu funcionamento, retraindo a possibilidade de abertura a novas interpretações da realidade que nos condiciona, a qual deve ser transposta à análise mais profunda de seu funcionamento. Para tanto, contribuiu a minha trajetória[2] acadêmica no curso de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *Campus* de Marechal Cândido Rondon, da qual resultaram produções e pesquisas relevantes para os estudos da região de fronteira do Oeste do Paraná, constituinte da base introdutória que fundamenta a presente dissertação.

A primeira experiência no ramo da pesquisa acadêmica intitulou-se “O planejamento regional: estudo da Costa Oeste do Paraná” (2008/9), resultado da análise do planejamento regional existente na região denominada Costa Oeste do Paraná, por meio dos Planos Diretores dos municípios. Tal *corpus* de pesquisa foi expandido no ano subsequente, no projeto apresentado sob o título de “Territorialidades na região de fronteira entre Brasil e Paraguai” (2009/10), o qual trouxe uma análise sobre a dinâmica da fronteira Brasil/Paraguai e a identificação de territorialidades existentes nessa região transfronteiriça, que se afirmam

[2] Tal trajetória acadêmica foi orientada, em todo o seu processo de desenvolvimento e amadurecimento, pelo Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza, com quem se compartilha os resultados da presente dissertação. Além disso, todas as pesquisas citadas foram desenvolvidas junto ao Laboratório de Estudos Regionais (LABER) e ao grupo de pesquisa intitulado de Grupo de Estudos Fronteiriços (GEF), sob o apoio financeiro – em um primeiro momento, na graduação – do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e – em segundo momento, no Mestrado – da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cujo auxílio, destaca-se, foi imprescindível para a realização a contento de tais pesquisas.

pelas relações entre brasileiros e paraguaios por meio do movimento de ir-e-vir da/na fronteira, exemplificados pelos fluxos de serviços, de informações e de mercadorias. Ademais, o cotidiano da fronteira é de uma realidade contraditória, complexa e diferenciada, que contribui para a formação de novas territorialidades – de brasiguaios, indígenas, moradores das vilas da Itaipu, e da atividade turística.

Afora isso, a monografia de conclusão de curso intitulada "A regionalização de políticas públicas de desenvolvimento regional na faixa de fronteira do Brasil com o Paraguai" (2010) constituiu-se no amadurecimento das experiências anteriores sobre a pesquisa do espaço de fronteira entre Brasil e Paraguai. Neste caso, divulgou-se que o território fronteiriço estudado se revela em suas múltiplas interpretações, cujas semelhanças e diferenças se inter-relacionam e formam uma região com características e identidades próprias.

Tais apontamentos justificam a existência do presente trabalho de dissertação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia *Strictu Sensu*, nível Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – C*ampus* de Francisco Beltrão-PR, e apresentam os resultados obtidos pela pesquisa intitulada "As redes do tráfico: drogas ilícitas na fronteira Brasil e Paraguai", sob a orientação do Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza.

INTRODUÇÃO

Regiões de fronteira como o Oeste do Paraná potencializam a atividade do tráfico, ora pela lógica mais elementar de sobrevivência – que abastece o território nacional e internacional –, ora pelas intrincadas relações sociais que reencontram, naquilo que é proibido, o prazer de viver que lhes foi negado pela sociedade. Tal temática é visivelmente complexa e diz respeito aos diversos campos do saber, ao tratar de uma problemática que traz à tona as mazelas da sociedade e o homem, condicionado por ela. Homem, aqui, no sentido do homem no mundo, que rompe com as fronteiras, e estabelece o contato imediato entre os diversos povos, nações, línguas e culturas, por intermédio da interação entre o local e o global ou, por outro lado, entre a cooperação e o conflito.

Tais apontamentos demonstram que o desenvolvimento do tráfico de drogas transforma o espaço geográfico e, pela interferência direta que realiza, assume importância como objeto de pesquisa, pois permite contribuir para o desenvolvimento de estudos sobre a "geografia da droga" e/ou sobre a "geografia das redes ilegais".

O grande fluxo existente nas regiões de fronteira – de pessoas, capitais, informações, dinheiro, mercadorias lícitas e ilícitas, dentre outros – contribui para a complexificação da análise dos inúmeros processos envolvidos nesse espaço geográfico, tornando-o denso e dinâmico. A grande fluidez espacial que caracteriza ambos os lados da fronteira faz surgir atividades paralelas ao poder estatal que, em sua ausência, deixa livre acesso a estratégias de subsistência.

Diante desta problemática, este estudo – vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia – Nível Mestrado, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Francisco Beltrão – PR – busca analisar as configurações espaciais em determinada porção da região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Porção que compreende a fronteira paranaense com o Paraguai, mais especificamente ao longo da extensão do Lago de Itaipu, de acordo com o desenvolvimento do tráfico de drogas ilícitas existente.

A pesquisa analisa, especificamente, o fluxo do tráfico de drogas ilícitas[3] na fronteira entre Brasil e Paraguai, entendendo o tráfico como pressuposto para a formação de redes

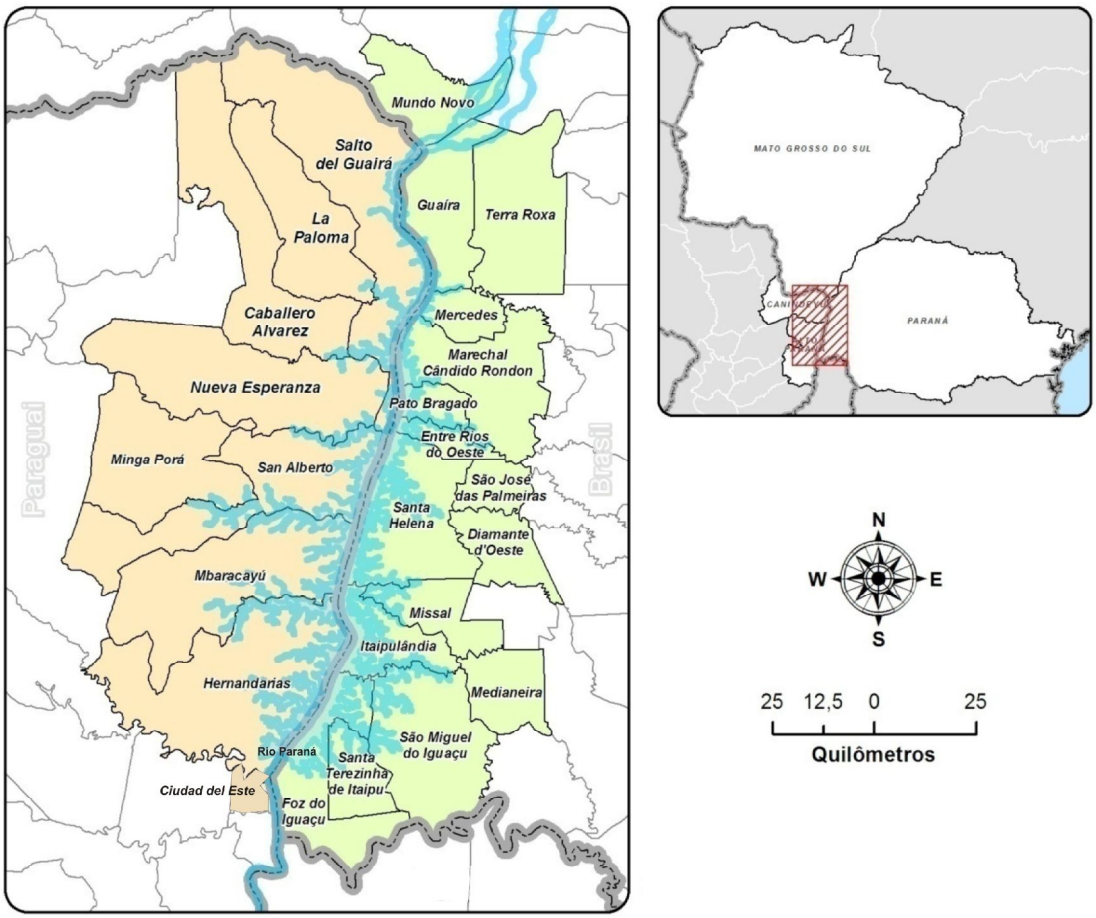
[3] Drogas ilícitas, para esta pesquisa, são consideradas aquelas que, no Brasil, são proibidas pela legislação tanto o cultivo, o uso e a venda, conforme disposto na Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, por serem capazes de causar dependência ao usuário.

geográficas ilegais pelo território, que aceleram o fluxo econômico da droga, dotando o território de uma territorialidade particular e ilegal.[4]

Para tanto, selecionou-se como corpus da pesquisa o tráfico de maconha, cocaína e crack, em função da grande quantidade de apreensões dessas drogas na fronteira. O tratamento de dados de apreensões de drogas considera a escala temporal entre 2009 e 2011 devido à sua disponibilização por parte de órgãos oficiais do Brasil e do Paraguai.[5]

A área de estudo compreende os municípios brasileiros e distritos paraguaios fronteiriços, existentes entre Foz do Iguaçu e Guaíra, e Salto Del Guairá e Ciudad Del Este, os quais pertencem à região de fronteira entre ambos os países, conforme Figura[6] 1 a seguir:

Figura 1 - Mapa dos municípios do Brasil e distritos do Paraguai na região de fronteira



Fonte: IBGE (2005); GADM (2009).
Elaboração: Cleverson A. Reolon.

[4] Entende-se aqui o tráfico como negócio ilegal, conforme Ferreira (2010, p. 748).
[5] Cabe destacar, que excepcionalmente no Quadro 6 do terceiro capítulo, foram coletados via mídia eletrônica, alguns dados de apreensões de drogas que consideram também os anos de 2012 e 2013.
[6] Optou-se por empregar o conceito de "Figura" para todas as fotos, imagens, ilustrações e gráficos deste trabalho, exceto quadros, de acordo com as orientações para elaboração de trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações e teses), conforme NBR14724: 2011.

Nessa região de fronteira, o tráfico de drogas ilícitas é uma constante que faz parte do cotidiano, constituindo uma complexa e articulada rede ilegal pelo território que ultrapassa o limite internacional, concretizando-se numa indústria essencialmente transnacional. Assim, de acordo com Santos (1996, p.125): "a noção de rede global se impõe nesta fase da história [...]", conforme demonstra a transnacionalidade das redes criadas pelo tráfico de drogas.

Outras porções da fronteira brasileira são objeto de estudo de diversos pesquisadores, que investigam a temática do tráfico de drogas, principalmente através do Grupo Retis,[7] vinculado à Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).[8] Além da Geografia, outras disciplinas desenvolvem estudos científicos voltados para a questão da droga como, por exemplo, a Sociologia, a Antropologia e a Psicologia.

No que se refere à área de estudo da presente pesquisa, percebeu-se, pelas leituras, relatos e trabalhos de campo realizados, que a realidade da faixa de fronteira brasileira é diferente da paraguaia, conforme mostra-se ao longo desse trabalho. Não obstante, existem alguns pontos em comum entre os dois países, com destaque para o tráfico de drogas ilícitas na fronteira, atividade essa que se intensificou após a formação do Lago de Itaipu. Na Figura 2, abaixo, parte do Lago de Itaipu:

Figura 2 - Parte do Lago de Itaipu

Fonte: MAISTURISMO.NET.
Disponível em: < http://www.maisturismo.net/foz-do-iguacu-pr-brasil/lago-itaipu/>. Acesso em: 12 jan. 2012

[7] As produções oriundas de tais pesquisas podem ser consultadas em: <http://www.retis.igeo.ufrj.br/>.

[8] Um exemplo é a monografia em Geografia defendida em 2003, por André Reyes Novaes que versa sobre o "Tráfico de drogas e lavagem de dinheiro: um estudo sobre a atuação das redes ilegais na Amazônia brasileira", sob orientação da Profª. Drª. Lia Osório Machado. Esse trabalho buscou investigar o tráfico de drogas na fronteira brasileira com a Colômbia, o Peru e a Bolívia. Além do Grupo Retis, há o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), que desenvolve diversos estudos que tratam da violência e da criminalidade no Brasil, sendo que algumas pesquisas também discutem a questão das drogas.

O tráfico de entorpecentes[9] é uma realidade em todo o mundo, e cresce constantemente. Desta perspectiva, regiões de fronteira merecem atenção especial, pois são a porta de entrada de drogas ilícitas. Castells (2003), ao se referir ao estudo dessas atividades criminosas, explica que:

> a importância e a existência concreta desse fenômeno são amplamente reconhecidas, e há uma grande riqueza documental sobre esse assunto, com origem, sobretudo, em reportagens bem fundamentadas de jornalistas e de conferências de organizações internacionais. Entretanto, o fenômeno é bastante ignorado pelos cientistas sociais quando vinculado a análises que pretendem entender economias e sociedades, mediante os argumentos de que os dados não são verdadeiramente de confiança e que o sensacionalismo que daí decorre distorce a interpretação (CASTELLS, 2003, p. 209).

O autor ainda ressalta que discorda dessa posição adotada por alguns cientistas sociais, pois:

> se um fenômeno é reconhecido como uma dimensão fundamental não só nas nossas sociedades, mas, sobretudo, no novo sistema globalizado, devemos utilizar todos os dados disponíveis para explorar a relação entre essas atividades criminosas e as sociedades e economias de modo geral (CASTELLS, 2003, p. 209).

Nesse sentido, o fenômeno do tráfico de drogas ocupa determinados lugares e impõem sua lógica de funcionamento, pois possui amplo conhecimento do terreno como condição para sua livre circulação. Ou seja, tal atividade apresenta uma flexibilidade de ligação entre diferentes pontos do território, o que cria redes internacionais que o permeiam. A dispersão espacial existente nas operações do tráfico é o que o torna articulado em redes, sendo estas essenciais para o seu funcionamento. Aliás, no que concerne à análise da articulação em redes, a Geografia é um campo de estudo indispensável para o entendimento do seu funcionamento. As redes são, portanto, o arranjo espacial que nos permite compreender a lógica das esferas da produção das drogas.

Os objetivos específicos deste trabalho delineiam-se no sentido de verificar a existência da produção, distribuição, comercialização e consumo das drogas, pois evidenciar de onde elas vêm e para onde vão permite-nos apreender a magnitude escalar da rede ilegal que se forma, bem como seu caráter transnacional.

[9] Entorpecente é aqui entendido como “substância tóxica, com ação analgésica, e efeito tido como agradável pelo usuário” (FERREIRA, 2010, p. 292).

Identificar quais são os agentes envolvidos no tráfico – quais sejam: os produtores rurais que trabalham no plantio e processamento da droga; os indivíduos que transportam a droga, desde pequenas quantidades até grandes volumes; os grandes chefes do tráfico, que são aqueles indivíduos que coordenam a logística da atividade e que ficam com a maior parte dos lucros obtidos ao final do processo; os consumidores de drogas, que alimentam o tráfico de drogas e os agentes que compõem os órgãos encarregados da repressão à atividade ilícita, representando o Estado – é, também, constitutivo dos objetivos. Ambas as finalidades citadas visam compreender que a rede geográfica ilegal que se forma através do tráfico de drogas é de ampla escala, de caráter transnacional, e que envolve diferentes atores sociais, como será explanado ao longo do trabalho.

Em um terceiro momento, objetivou-se levantar os lugares de maior movimentação das drogas sobre o Lago de Itaipu, entendendo o lago como base territorial do tráfico, sobretudo à noite. Na busca pelo levantamento desses lugares, deparou-se com a situação de que a quantidade de lugares, ou portos clandestinos, por onde as drogas passam é muito grande, e esses portos se espalham por praticamente toda a fronteira. Nesse sentido, considera-se que toda a região fronteiriça, que compreende a extensão do Lago de Itaipu, configura-se como uma região onde há grande movimentação de drogas. Levantar e mapear todos os portos exigiria uma pesquisa minuciosa durante vários anos, pois tais portos se fecham e se abrem ininterruptamente, num jogo de desvio da fiscalização empreendida pelos órgãos de segurança.

O próximo objetivo específico integra-se com o anterior, e diz respeito ao mapeamento e análise da espacialização de algumas das principais redes ilegais de tráfico de drogas ilícitas, o que evidenciou, novamente, a premissa inicial de que as redes espalham-se por toda a região do Lago de Itaipu.

Por fim, teve-se a finalidade de levantar as políticas públicas de segurança, voltadas para o combate e a repressão ao tráfico de drogas existentes tanto no Brasil, quanto no Paraguai. Por meio desse objetivo, constatou-se a presença e atuação do Estado na região de fronteira, bem como compreender o papel da sociedade no que se refere a essa questão. Além disso, discutiu-se ações que vão a contramão do combate e da repressão praticados pelo Estado como, por exemplo, os ideais de descriminalização do uso de drogas.

Dessa forma, compreende-se que o tráfico de drogas, além de envolver a formação de redes geográficas ao longo da fronteira, envolve uma questão social profunda. Isso porque, muitas vezes, a desigualdade social, bem como os problemas a ela vinculados, levam indivíduos a serem usuários de drogas ou a atuarem como traficantes em busca de

complementar a renda familiar. É, justamente, por se tratar de um problema social, que o tráfico de drogas deve ser encarado como um problema que é de toda a sociedade, e não apenas responsabilidade do Estado. Tal relação será explanada ao longo do trabalho.

Embora falar sobre o tráfico ou o uso de drogas, ainda, seja motivo de medo ou preconceito para grande parte da sociedade, há aqueles que expõem sua opinião sobre o assunto, seja esta contra ou a favor do uso de drogas.

Nesse âmbito, em oposição à proibição do uso de drogas, diversos setores da sociedade civil organizada mobilizam-se, por meio de movimentos ou organizações, para defender a legalização das drogas ou a descriminalização do seu uso.

Com base no exposto até aqui, compreende-se que analisar e estudar o mercado da droga, portanto, exige um amplo campo de reflexão, pois, além de envolver uma questão social imbricada, possui uma movimentação que não é apenas de escala local, mas transpõe outras escalas, a nível regional, nacional e internacional. Sob este viés, compartilha-se da ideia de que o estudo de fronteiras coopera com o campo científico da Geografia, pois permite retomar, reelaborar e analisar teorias, processos, conceitos, categorias e elementos diretamente relacionados ao estudo geográfico – tais como espaço, território, territorialização, região, fronteira e redes. Ademais, a dissertação desenvolvida contribui para a compreensão do espaço geográfico ao explorar as transformações e apropriações espaciais oriundas da atividade ilegal, além de trazer um novo olhar para os estudos de fronteira na Geografia.

A estrutura textual, além da metodologia que segue, divide-se em quatro capítulos. No primeiro, discute-se o debate conceitual em torno de fronteira, com enfoque para a faixa de fronteira do Brasil e a Zona de Seguridad Fronteriza, do Paraguai. Nesse primeiro momento, a dissertação discute a sobreposição de conceitos no estudo da fronteira, tais como o espaço, o território, a região e as redes.

O segundo capítulo explora a caracterização da região de fronteira analisada, na porção que corresponde ao Brasil e ao Paraguai, e elenca os aspectos criadores de conflitos e tensões entre ambos os países. O capítulo em questão evidencia a ilegalidade comum aos dois países, tratando-se de aspectos referentes às drogas ilícitas consideradas nesse estudo, bem como da caracterização do Lago de Itaipu como território base para o desenvolvimento da atividade ilegal.

O terceiro capítulo versa sobre a formação, quantificação e territorialização das redes geográficas ilegais do tráfico de drogas ilícitas. Tal discussão é feita por meio de elementos referentes à logística do tráfico, circuitos superior e inferior da atividade, agentes envolvidos, bem como por meio da análise de dados e informações coletados durante a pesquisa,

referentes a apreensões de drogas e sua circulação, os quais permitiram quantificar as redes na fronteira e estabelecer sua espacialização por meio do mapeamento.

O último capítulo busca discutir a relação Estado/sociedade e tráfico/uso de drogas. No que se refere ao papel do Estado, tem-se a criação de políticas públicas de combate às drogas, tanto no Brasil, como no Paraguai. Por parte da sociedade civil organizada, são elencados os ideais de descriminalização do uso de drogas. Afora isso, este capítulo versa sobre a questão social do tráfico, e a relação entre drogas e o sistema capitalista.

Para finalizar, as considerações finais trazem os principais apontamentos considerados a partir dos resultados obtidos pela pesquisa.

PROCEDIMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, fez-se a escolha de determinados procedimentos metodológicos, sendo que os mesmos, salvo pequenas mudanças, mantiveram-se de acordo com o projeto de pesquisa elaborado no processo de seleção do Mestrado.

Inicialmente, como base de sustentação teórica, levantou-se uma bibliografia para compreender epistemologicamente o tema desenvolvido, na busca de potencializar a pesquisa empírica por meio do pensamento de teóricos de temáticas afins às fronteiras e a outros aspectos que estão diretamente relacionados ao seu estudo.

Procurou-se, assim, elucidar conceitos chave para a pesquisa, tais como fronteira, espaço, território, territorialidades, região, redes geográficas, tráfico e drogas ilícitas. Tal levantamento permitiu a estruturação do trabalho sob uma base teórica.

Estes conceitos e/ou categorias utilizados para embasar a pesquisa são tomados por meio de uma perspectiva de complementaridade e correlação entre os mesmos. Considera-se que o estudo do tráfico de ilícitos nessa região de fronteira deve levar em consideração uma realidade de sobreposição desses conceitos e categorias geográficas.

Espaço e território, por exemplo, são tomados nesta pesquisa como categorias que possuem diferenciações, mas, também, correlações. O espaço é aquele construído pelo estabelecimento da sociedade em determinado lugar, onde as atividades que nela são desenvolvidas, tais como a produção de bens, permitem a reprodução dessa sociedade, bem como do espaço em que vive. A produção do espaço se dá num movimento constante e o território se constitui pelas relações que a sociedade ali estabelece, as quais envolvem sempre uma relação de poder. (SANTOS, 1994; RAFFESTIN, 1993; SAQUET; SPOSITO, 2009; HEIDRICH, 2004; HAESBAERT, 2004, 2011;)

Nesse sentido, espaço não é o mesmo que território. No entanto, embora diferentes, ambos se complementam e são indissociáveis, não podendo ser analisados separadamente, uma vez que possuem uma estreita relação, pois um está sobreposto ao outro e se configura como condição para a existência e desenvolvimento do outro.

Assim, também as territorialidades estão relacionadas aos territórios, pois o território, enquanto espaço social historicamente produzido e organizado, possui identidades, as territorialidades, que estão em constante transformação no tempo, e remodelam-se conforme o movimento da sociedade. Nesse contexto, a região, enquanto desdobramento e configuração espacial proporcionada pelas territorialidades, redefine-se constantemente.

Portanto, espaço, território, territorialidades e região são elementos que, embora

interdependentes, correlacionam-se, uma vez que cada território(os) é construído por meio da relação espaço-tempo, e apresenta modos de vida, costumes e identidades próprias. Essas particularidades se desdobram nas respectivas territorialidades, que são os elementos que caracterizam determinada porção do espaço, formando as regiões.

Na perspectiva de complementaridade, as redes geográficas são importantes elementos de análise nessa pesquisa. Em maior evidência, principalmente após o final do século XX, com a intensificação da mundialização do capital, as redes originam-se dos crescentes fluxos proporcionados pelas inovações no campo da informação, das telecomunicações e dos transportes etc. Moreira (2007, p.57), coloca que:

> com o desenvolvimento dos meios de transferência (transporte, comunicações e transmissão de energia), característica essencial da organização espacial da sociedade moderna – uma sociedade umbilicalmente ligada à evolução da técnica, à aceleração das interligações e movimentação das pessoas, objetos e capitais sobre os territórios –, tem lugar a mudança, associada à rapidez do aumento da densidade e da escala da circulação. Esta é a origem da sociedade em rede. Nos anos 1970 já não se pode mais desconhecer a relação em rede, que então surge, articula os diferentes lugares e age como a forma nova de organização geográfica das sociedades, montando a arquitetura das conexões que dão suporte às relações avançadas da produção e do mercado. É quando junto à rede se descobre a globalização.

Nos meandros do processo de globalização, as redes tornam-se cada vez mais presentes, e são responsáveis pela conexidade de diferentes pontos do espaço geográfico. De acordo com Dias (2002), a rede se constitui em instrumento que permite a circulação de tecnologias, capitais, matérias-primas e comunicação, dentre outros.

Na fronteira em estudo, identifica-se a formação de uma rede ilegal de circulação e tráfico de drogas ilícitas, que articula diferentes pontos do espaço geográfico, numa complexa trama de relações que transpõe o limite nacional. Cabe considerar que: “A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é desta falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo: se adapta às variações do espaço e às mudanças que advêm do tempo.” (RAFFESTIN, 1993, p. 204).

A fronteira, portanto, constitui-se em um espaço de múltiplas interpretações e tratamentos, onde as semelhanças e diferenças, o limite, a livre fluência e a ilegalidade se mesclam, formando uma região que possui características e identidades próprias.

Além da base teórica apontada, a pesquisa se pauta no levantamento de dados estatísticos e demais informações sobre o tráfico de drogas, fornecidos por instituições e/ou

órgãos públicos e privados, voltados para a temática em questão, e com atuação na área em estudo, tais como a Polícia Federal do Brasil, a Secretaria Nacional Anti-Drogas (SENAD-PY) e o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID).

Embora não existam estatísticas precisas sobre o total de drogas que são produzidas e traficadas, os dados fornecidos por essas instituições permitem quantificar a expressividade do tráfico de drogas na fronteira, haja vista a grande quantidade de drogas que são apreendidas.

Outro importante instrumento metodológico utilizado refere-se à realização de entrevistas e à aplicação de questionários. Para tanto, realizou-se alguns trabalhos de campo, os quais proporcionaram maior conhecimento da realidade da região de fronteira, permitindo a coleta de informações *in loco*.

As entrevistas foram realizadas através de questionário (Apêndice 1) com alguns agentes ligados ao setor de segurança pública. Foram entrevistados os delegados das três Delegacias de Polícia Federal do Brasil, que estão localizadas na faixa de fronteira entre Brasil e Paraguai (na porção que corresponde ao Paraná – área de estudo), sendo eles: Rivaldo Venâncio, da Delegacia de Cascavel, Guilherme Monseff de Biagi, da Delegacia de Foz do Iguaçu e Ricardo Cubas César, da Delegacia de Guaíra. Além disso, obteve-se por meio de agente da Secretaria Nacional AntiDrogas do Paraguai, material contendo dados e informações sobre o tráfico de drogas no Paraguai.

Cabe destacar que se obteve também, através de ofício encaminhado pelo Diretor do Departamento de Operações de Fronteira do Mato Grosso do Sul, Coronel Joel Martins dos Santos, informações referentes ao tráfico de drogas, algumas das quais são citadas ao longo desse trabalho.

Ressalta-se, ainda, que o projeto de pesquisa que originou esse trabalho foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob o parecer 73004 (Anexo 1). O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Oeste do Paraná é uma instância criada para contribuir com o desenvolvimento de pesquisas dentro dos padrões éticos, preservando a integridade e a dignidade dos sujeitos da pesquisa. Tal comitê é vinculado à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde (CNS) do Ministério da Saúde (MS), criado pela Resolução CNS 196/96.

Além das entrevistas, foram aplicados dois modelos de questionários (Apêndice 2 e 3), um direcionado ao pesquisador de temas correlatos ao desenvolvido por esta pesquisa, Profº Drº Eric Gustavo Cardin, e ao jornalista investigativo da Gazeta do Povo, Sr. Mauri König.

Quanto ao segundo modelo de questionário, este foi aplicado aleatoriamente a 13 moradores dos municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra, Marechal Cândido Rondon e Santa Helena, na região de fronteira do Brasil com o Paraguai. A escolha destes municípios seguiu o seguinte critério: tais municípios possuem ligação mais "direta" com o Paraguai. No caso de Santa Helena e Marechal Cândido Rondon há portos que os ligam ao país vizinho. Foz do Iguaçu e Guaíra são municípios ligados ao Paraguai por pontes, o que pressupõe que a circulação de pessoas destes municípios para o Paraguai, e vice-versa, é mais intensa que nos demais municípios da fronteira.

O objetivo da aplicação destes questionários foi de apreender de forma geral e não aprofundada, a percepção dos moradores da região de fronteira sobre a questão do tráfico de drogas, evidenciando, assim, as diferentes ou semelhantes visões daqueles que moram na região de fronteira sobre o tema estudado.

No entanto, tal metodologia deparou-se com algumas dificuldades, pois nem todas as pessoas estão dispostas a falar sobre o assunto, muitos temem sofrer retaliações, e preferem não se pronunciar. Embora a existência do tráfico de drogas seja de conhecimento geral, por ser uma atividade ilegal e muitas vezes atrelada à prática da violência, torna-se velada pela população, sendo que a "lei do silêncio" em muitos casos impera, contribuindo para o êxito do tráfico. Nesse sentido, a busca por efetivar a aplicação dos questionários demandou de tempo, até encontrar pessoas[10] dispostas a falar sobre o assunto. A identidade das pessoas entrevistadas foi preservada neste trabalho, sendo que as mesmas serão tratadas pelo pseudônimo de "Informante", diferenciados por números consecutivos, conforme ilustra o Quadro 1, a seguir:

[10] Destaca-se, ainda, que devido à disponibilidade de tempo dos informantes, tais questionários foram enviados por meio de correio eletrônico.

Quadro 1- Informantes consultados durante a pesquisa

INFORMANTE	MUNICÍPIO	DATA
Informante 1	Guaíra	27 jan. 2013
Informante 2	Marechal Cândido Rondon	15 out. 2012
Informante 3	Foz do Iguaçu	20 nov. 2012
Informante 4	Marechal Cândido Rondon	15 out. 2012
Informante 5	Foz do Iguaçu	20 nov. 2012
Informante 6	Marechal Cândido Rondon	15 out. 2012
Informante 7	Guaíra	27 jan. 2013
Informante 8	Santa Helena	13 dez 2012
Informante 9	Marechal Cândido Rondon	15 out. 2012
Informante 10	Marechal Cândido Rondon	15 out. 2012
Informante 11	Santa Helena	13 dez 2012
Informante 12	Marechal Cândido Rondon	15 out. 2012
Informante 13	Foz do Iguaçu	20 nov. 2012

Elaboração: Vanderleia Gemelli.

Outro recurso metodológico utilizado refere-se à utilização de mapas já confeccionados e a elaboração de outros, para representar a cartografia da fronteira à luz do tema estudado, e de gráficos, que demonstram a quantificação da atividade por meio de dados estatísticos de apreensões de drogas, bem como trazem as percepções daqueles que vivem nessa região quanto ao assunto trabalhado. Alguns dos gráficos confeccionados a partir do programa Microsoft Office Excel 2007 permitem mostrar as diferentes drogas e quantidades apreendidas tanto no Brasil, como no Paraguai, enquanto outros trazem as porcentagens de respostas obtidas através da aplicação de questionários a alguns moradores da região de fronteira. Quanto aos mapas, alguns deles foram confeccionados através dos programas Philcarto e CorelDRAW X3, e representam a produção e circulação das drogas na região estudada. O trabalho traz, ainda, mapas de outros autores.

Outro procedimento metodológico utilizado foi o levantamento de políticas públicas voltadas à área de segurança e combate ao tráfico de drogas ilícitas existentes no Brasil e no Paraguai. Tal levantamento evidenciou a atuação do Estado no que se refere ao tema estudado.

De forma paralela e complementar aos procedimentos metodológicos utilizados por essa pesquisa, buscou-se informações e notícias referentes ao tráfico de drogas na região em

jornais impressos e digitais, tais como “O presente”, “Gazeta do Povo” e “Brasil de Fato”, além de sites[11].

Também, de forma complementar, utilizou-se de dados e informações obtidos direta ou indiretamente junto ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e a Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC).

Os procedimentos metodológicos acima elencados intervêm na pesquisa em questão, de modo a proporcionar/aprofundar o conhecimento sobre a realidade da fronteira Brasil/Paraguai, do ponto de vista da ilegalidade e da formação de redes geográficas ilegais de drogas ilícitas, além de assegurar a realização da pesquisa.

[11] Os sites consultados foram os seguintes: <http://observatoriodafronteira.wordpress.com/>; <http://www.retis.igeo.ufrj.br/>; <http://www.abc.com.py/>; <http://www.observatoriotf.com/br/index.html>; <http://www.cartamaior.com.br/templates/index.cfm>; <http://www.senad.gov.py/>; <http://www.gazetadopovo.com.br/>; <http://www.seguranca.pr.gov.br/>; <http://www.adital.com.br>; e <http://www.ultimahora.com/>.
Observação: É importante destacar que nem todas as notícias encontradas nesses sites foram citadas no presente trabalho, a busca dessas informações teve por objetivo nos manter atualizados e informados quanto aos acontecimentos relacionados à temática estudada na região de fronteira, sendo que tais notícias também ratificam o que os dados oficiais do tráfico de drogas afirmam.

CAPÍTULO I – A FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI: INTERFACES GEOGRÁFICAS E SOCIAIS

Este primeiro capítulo discutirá o conceito de fronteira, para o qual convergem fatores referentes à faixa de fronteira entre o Brasil e o Paraguai e a sobreposição das categorias geográficas, que, também, serão explorados neste primeiro momento.

1.1 O debate conceitual de fronteira

O termo fronteira pode ser interpretado de diversas formas, a depender do contexto em que está inserido. Pode referir-se por exemplo, a fronteira fixas entres estados, ou a fronteiras não fixas entre diferentes etnias. Nesse sentido, esse item traz para o debate as diversas interpretações ligadas ao conceito de fronteira.

No final do século XX, fatores como o avanço do processo de globalização, a intensificação da mundialização do capital e os crescentes fluxos proporcionados pelas inovações no campo da informação, das telecomunicações, dos transportes etc., conduziram a sociedade a um equívoco que ressoa até os dias mais atuais, isto é, de que as fronteiras, em qualquer escala, haviam sido rompidas. Tratava-se, agora, de “um mundo sem fronteiras”, uma via de acesso fácil para o deslocamento do capital.

Todavia, tão logo a transnacionalização irrompeu de modo intenso e crescente, tal sofisma se desfez. Isto porque não houve o desaparecimento das fronteiras que, ao serem “subtraídas” e “negadas”, contraditoriamente se afirmavam modelarmente no próprio ato da sua negação. Esta interpretação errônea se evidencia pelo fato de que “... os avançados estágios de transnacionalização não extinguiram os estados territoriais e suas fronteiras, mas coadjuvam novas configurações territoriais próprias e inerentes ao atual período” (FURQUIM JUNIOR, 2007, p. 1).

A intensidade dos fluxos dentre os mais diferentes pontos do globo terrestre não influenciou na homogeneização dos espaços, mas, por outro lado, na acentuação das diferenças. Na medida em que o desenvolvimento social e econômico, os fluxos, a informação, dentre outros elementos, não são distribuídos de maneira uniforme pelo espaço, não se pode falar de um mundo homogêneo, sem fronteiras. Ocorre que, na atualidade, elas adquirem novos significados, novos valores, que condizem com seu momento histórico e com as características sempre mutantes que a sociedade, em sua evolução, imprime no espaço geográfico. Tais características se afirmam cada vez mais, garantindo maior dinamicidade ao território.

A existência de Estados nacionais constitui-se no instrumento de reprodução e reafirmação da concepção de fronteira – nesse caso, oficialmente delimitadas – pois representa modelarmente a dualidade da seguinte problemática: como anunciar um mundo sem fronteiras, se cada país possui uma forma de governo, leis e políticas próprias, restritas ao seu território nacional?

É temerária a tentativa de classificação e conceitualização de "fronteira" ao se confrontar com a sua não fixidez. Com efeito, o termo não tem um fim em si, não é fechado e, por conseguinte, não possui uma definição pronta e acabada. Estamos tratando de um fenômeno de transição, entre o Eu e o Outro, cujo movimento se revela à sombra do engendramento da sociedade: um eterno "vir-a-ser", pois está sempre em construção.

Mas, as noções de "limite" e "fronteira" devem ser desarticuladas, visto que não raras vezes identificadas como sinônimos: a organicidade e concretude daquela, que se caracteriza pelas demarcações, estreitos e faixas, se desvencilha desta, de caráter amplo, pois é mais espessa, é móvel, possui conteúdo, identidades, vivências, ou seja, é a zona contígua ao limite propriamente dito. Tal situação pode ser analisada da seguinte forma: o limite é, paradoxalmente, começo e fim – fim da soberania de um país e começo da de outro – assegurado pela fixidez de linhas divisórias, ao passo que a fronteira é diagnosticada pela sua extensão e fluidez.

> Assim, enquanto a concepção de limite é meramente do domínio físico, geográfico, como uma linha de separação que é, a concepção de fronteira paira num ambiente mais elevado: político, étnico, econômico, certamente ligado às condições climáticas e geográficas (VIANA, 1948 apud FURQUIM JUNIOR, 2007, p. 2).

A contemporaneidade potencializa a ressignificação de territórios e fronteiras por intermédio de novos mecanismos que, frequentemente, se sobrepõem ao controle oficial do Estado. Este é o caso da atividade ilegal do tráfico de drogas, cujo funcionamento se baseia em um conjunto de regulamentos criados por seus agentes, que a desenvolvem – de modo mais efetivo – nas áreas de fronteira internacional, haja vista que a fiscalização e coibição nem sempre conseguem cobrir toda a extensão das fronteiras.

As fronteiras podem ser distinguidas como materiais e imateriais. No primeiro caso, são aquelas institucionalmente delimitadas e representadas nos mapas, que separam, por exemplo, as cidades, os estados, as regiões, os países etc. Por outro lado, as fronteiras imateriais são aquelas construídas pelo imaginário social. Isto significa que são fronteiras criadas simbolicamente e não oficializadas pelos Estados ou em mapas. Com efeito, existem

> fronteiras econômicas, políticas, sociais, culturais, tecnológicas, do conhecimento, que separam indivíduos, grupos sociais, culturas e nações, mesmo que esses atores se encontrem na presença de um mesmo espaço físico-geográfico (MÉLO, 1997, p. 69).

As fronteiras podem, assim, serem interpretadas de diversas formas, dependendo de quem as analisa. Para as comunidades fronteiriças, por exemplo, que vivenciam a ambiguidade de duas lógicas, as fronteiras representam uma região única, onde o limite internacional não impede a livre fluência entre os dois países.

> ... espaços nos quais o local e o internacional se articulam, estabelecendo vínculos e dinâmicas próprias, construídas e reforçadas pelos povos fronteiriços. Neles estão presentes as identidades e as culturas nacionais de cada um dos países envolvidos, que constrói, reelabora e constitui uma outra cultura e identidade diferenciada, capaz de recriar um novo lugar, com aspectos regionais. São regiões que não respeitam as barreiras existentes, já que há ação e integração dos agentes fronteiriços, estimulando dinâmicas fronteiriças informais (SOUZA, 2009b, p. 5).

Para o governo de ambos os lados da fronteira, essa região é diacrônica, pois abalada por nuances históricas, econômicas e sociais que reafirmam políticas diferenciadas sob a perspectiva excludente de quem defende seu território. Com efeito, o espaço intersticial entre fronteiras fica exposto às decisões fragmentadas que direcionam sua trajetória.

> A ausência de qualquer tipo de instituição regional, trinacional ou no âmbito dos dois países faz com que a tomada de decisões seja fragmentada e que não se formulem estratégias que priorizem ações para o desenvolvimento do território. O caminho a enfrentar passa necessariamente por pactos ou contratos de cooperação específicos a partir de objetivos comuns, mediante uma articulação política entre o comando central desses países (esfera federal), complementada pelas esferas dos estados e municípios, porém totalmente pautada no amplo conhecimento da realidade local e na aceitação e participação dos agentes locais (IPARDES, 2008, p. 63).

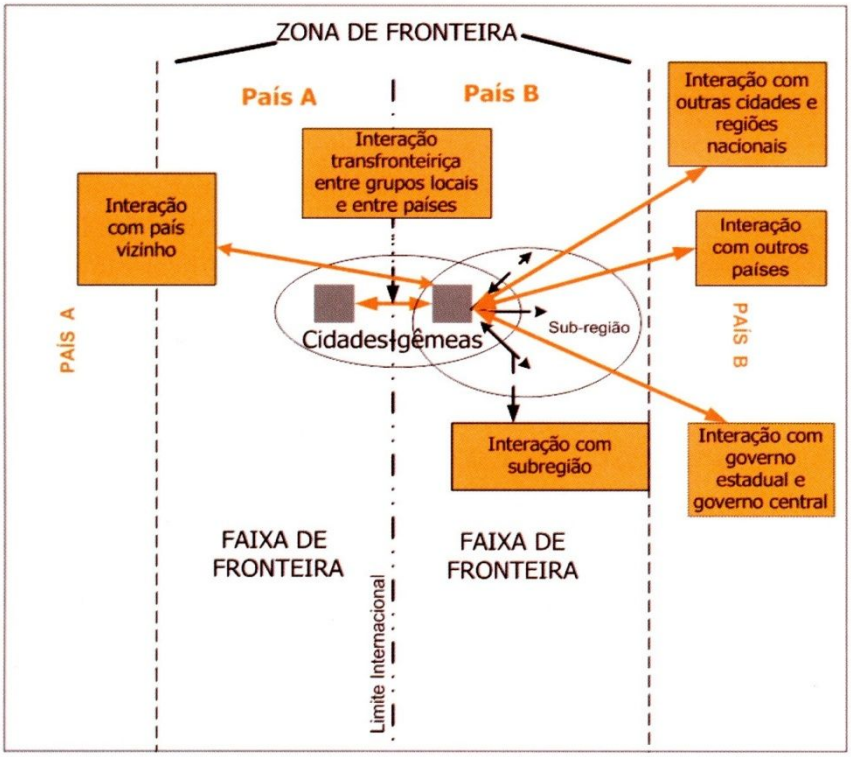
As fronteiras são um objeto de estudo bastante complexo e amplo, pois transita entre as diversas áreas do saber: se, por um lado, delimitam o território dos estados e o poder exercido pelos governos, por outro podem representar as esferas simbólicas e culturais da trajetória de personagens ficcionais da literatura, por exemplo. Neste caso, as fronteiras são o cenário que permite estudar a ilegalidade de atividades do tráfico de drogas.

No item que segue serão discutidas as diferentes tipologias e interações fronteiriças inerentes à faixa de fronteira do Brasil.

1.2 Faixa de fronteira e suas tipologias

A faixa de fronteira representa uma porção do território oficialmente delimitada como fronteira internacional. Para além da faixa de fronteira, há a zona de fronteira, que é formada pela contiguidade das faixas de países fronteiriços. No exemplo esquemático abaixo, Figura 3, é possível identificar a espacialização e abrangência da faixa e da zona de fronteira.

Figura 3 - Faixa e zona de fronteira



Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional (2005).

As fronteiras se constituem por faixas e podem ser habitadas, possuindo zonas contíguas a elas, enquanto que os limites são como linhas e, por isso, não podem ser habitados. Quanto às zonas de fronteira densamente povoadas, estas propiciam maior intensidade de fluxos e processos de integração entre as populações de países fronteiriços, além de apresentarem disparidades, como as distintas ações de cada Estado, as assimetrias de poder dos governos, a cobrança de impostos, os serviços públicos ofertados, a infraestrutura, o serviço militar etc.

Segundo Martin (1994, p. 47), para além de todas essas diferenças existentes, nessas zonas choca-se "o direito de ir e vir e o princípio da soberania dos Estados. É a esfera da política que decidirá se o Estado irá incentivar ou dificultar o intercâmbio com os vizinhos."

Ou seja, a integração entre populações fronteiriças se dá até certo ponto, visto que a ação estatal pode interferir nesse espaço, ora criando proximidade, ora criando divergências, mesmo que indiretamente.

Ainda conforme Furquim Junior (2007), no continente sul americano, a faixa de fronteira só é oficialmente delimitada e reconhecida por outros cinco países, além do Brasil. São eles: Peru, Colômbia, Venezuela, Bolívia e Equador. Oficialmente, o Brasil só forma uma zona de fronteira com esses países.

De acordo com estudo realizado pelo Ministério da Integração Nacional (2005) em parceria com o Grupo Retis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, verificou-se que, ao longo de todo o limite terrestre internacional do Brasil, há diversas situações e diferentes tipologias de interações fronteiriças. As situações de fronteira não são as mesmas em todo o limite internacional do país, seja por motivo das diferenças geográficas ou pelo tratamento diferenciado que cada região de fronteira recebe dos respectivos Estados nacionais, além de que as relações estabelecidas com os povos vizinhos não são sempre as mesmas.

Para definir as tipologias de interações fronteiriças brasileiras, o estudo se utilizou do modelo proposto pelo geógrafo francês Arnaud Cuisinier-Raynal (2001 apud BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005), chegando a cinco principais tipos de interações: *margem, zona-tampão, frentes, capilar e sinapse.*

Na tipologia *margem:*

> ... a população fronteiriça de cada lado do limite internacional mantém pouco contacto entre si, exceto de tipo familiar ou para modestas trocas comerciais. As relações são mais fortes com o nacional de cada país do que entre si, apesar da vizinhança (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 144).

Tal realidade ainda apresenta carência de infraestrutura conectando ambos os lados da fronteira, ou a presença de raras estradas não pavimentadas. Ademais, há a ausência de projetos de cooperação binacional. Esse tipo de interação fronteiriça é encontrado, apenas, em alguns trechos do estado do Acre.

Em relação às *zonas-tampão*, estas se constituem em:

> ... zonas estratégicas onde o Estado central restringe ou interdita o acesso à faixa e à zona de fronteira, criando parques naturais nacionais, áreas protegidas ou áreas de reserva, como é o caso das terras indígenas. Mesmo que em certos locais exista uma relação de tipo cultural ou de ordem comercial ou uma combinação deles para justificar sua criação, a situação de

> bloqueio espaço-institucional ‘pelo alto’, ou seja, pelo governo central, pode criar uma dicotomia espacial com potencial de conflito entre o institucional e os nexos de passagem e expansão espontânea do povoamento no nível local (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 145).

Essa tipologia de interação fronteiriça é oriunda de uma estratégia política que pode ser articulada devido a diversos fatores, tais como: proteção ou “fechamento” das fronteiras, impedindo o avanço de frentes pioneiras nessas áreas, o que se traduz numa medida de segurança; diminuição de despesas com infraestruturas, haja vista a formação de áreas protegidas; existência de áreas de tensão militar, onde a opção é pela formação dessas *zonas-tampão* e reconhecimento da ocupação de determinadas áreas por grupos locais, como é o caso das reservas indígenas.

Quanto à tipologia de *frentes*, esta é empregada para designar *frentes pioneiras de povoamento* e *frentes culturais*, *indígenas* ou *militares*.

Nas interações de tipo *capilar*, os processos que as formam são diversos:

> as interações podem se dar somente no nível local, como no caso das feiras, exemplo concreto de interação e integração fronteiriça espontânea. Pode se dar através de trocas difusas entre vizinhos fronteiriços com limitadas redes de comunicação, ou resultam de zonas de integração espontânea, o Estado intervindo pouco, principalmente não patrocinando a construção de infraestrutura de articulação transfronteira. A primazia é o local, antes de ser nacional ou bilateral ... (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 146).

Várias regiões da fronteira do Brasil apresentam esse tipo de interação, tal como porções da fronteira com a Bolívia, com o Paraguai, com a Argentina e com o Uruguai. O modelo *capilar*, geralmente, é sobreposto pelo modelo *sinapse*, principalmente nas porções onde há maiores interações entre ambos os lados da fronteira ou em áreas consideradas estratégicas.

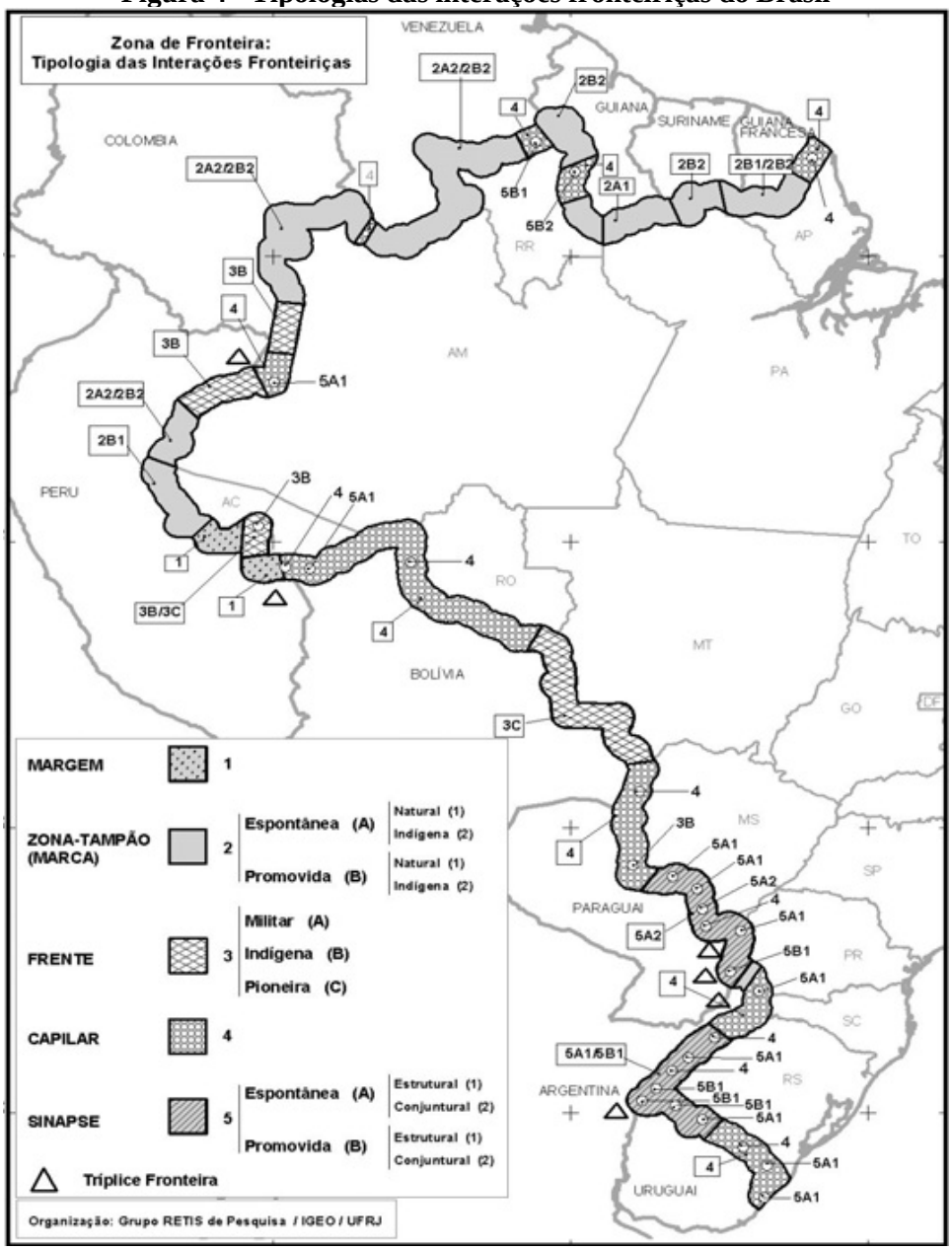
O modelo *sinapse*

> ... se refere à presença de alto grau de troca entre as populações fronteiriças. Esse tipo de interação é ativamente apoiado pelos Estados contíguos, que geralmente constroem em certos lugares de comunicação e trânsito infraestrutura especializada e operacional de suporte, mecanismos de apoio ao intercâmbio e regulamentação de dinâmicas, principalmente mercantis. As cidades-gêmeas mais dinâmicas podem ser caracterizadas de acordo com este modelo. No caso da sinapse, os fluxos comerciais internacionais se justapõem aos locais (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 147).

Esse tipo de interação fronteiriça é verificado modelarmente entre Foz do Iguaçu (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai), onde as trocas e interações, entre ambos os lados da fronteira, são intensos, não obstante as outras porções da fronteira também apresentam esse tipo de interação.

Na Figura 4, a seguir, é possível identificar as diversas tipologias de interação fronteiriça ao longo de toda a fronteira brasileira.

Figura 4 - Tipologias das interações fronteiriças do Brasil



Fonte: BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005.

Apenas nas fronteiras do Brasil com o Paraguai, a Argentina e o Uruguai, é que existem interações fronteiriças do tipo sinapse, em que se verifica alto grau de trocas e interações entre as populações.

Caracterizadas as diferentes tipologias de fronteiras, no próximo subitem tratar-se-á da faixa de fronteira do Brasil e da Zona de Seguridad Fronteriza do Paraguai.

1.2.1 A faixa de fronteira do Brasil e a Zona de Seguridad Fronteriza do Paraguai

Tanto Brasil quanto Paraguai, possuem delimitações quanto às suas respectivas faixas de fronteira. No caso do Brasil esta denomina-se Faixa de Fronteira e no Paraguai, Zona de Seguridad Fronteriza.

No Brasil, a Faixa de Fronteira foi criada por meio da Constituição de 1891[12], sendo que passou-se a ter uma nova concepção de fronteira. A partir daí, há uma maior preocupação com a necessidade da criação de políticas públicas territoriais, voltadas para essas áreas que possuem características peculiares com relação ao restante do território, tais como os imensos fluxos transfronteiriços de pessoas, informações, ideias, capitais, mercadorias, ilícitos etc.

Desde sua criação, a faixa de fronteira passou por algumas reformulações nas constituições posteriores. Na Constituição de 1934 se manteve a delimitação da constituição anterior. A Constituição de 1937 ampliou a abrangência da Faixa de Fronteira para 150 km, a partir do limite internacional. Tal delimitação permaneceu nas Constituições posteriores, de 1946 e 1988, respeitando o recorte municipal (ANDERSEN, 2008).

No que se refere à extensão da Faixa de Fronteira, segundo Furquim Junior (2007), cerca de 2.532.900 km² do território nacional são componentes da mesma. Essa faixa, em toda sua extensão, engloba 27% do território nacional e abriga uma população de mais de 10 milhões de habitantes, distribuídos entre 588 municípios de 11 estados brasileiros, sendo fronteiriça a outros 10 países (INSTALADO O NÚCLEO, 2011).

> Para o Ministério da Integração Nacional (2005), considerando toda a extensão da Faixa de Fronteira brasileira, é na fronteira Brasil/Paraguai que se verifica o maior número de fluxos transnacionais e onde há uma dinamicidade maior, ou seja, onde as interações fronteiriças são mais acentuadas. Lá, a dinâmica é muito mais intensa que no restante da fronteira internacional do Brasil, característico da tipologia de interação fronteiriça do tipo sinapse.... a sinapse aponta para um regime fronteiriço amplo, onde não é incomum a

[12] O governo brasileiro institui a faixa de fronteira por uma faixa de 66 km ao longo do limite fronteiriço internacional brasileiro.

> criação de assimetrias espaciais, caso da fronteira do Cone Sul-mato-grossense e do Paraná com o Paraguai (Departamentos de Canindeyú e Alto Paraná) (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005, p. 147).

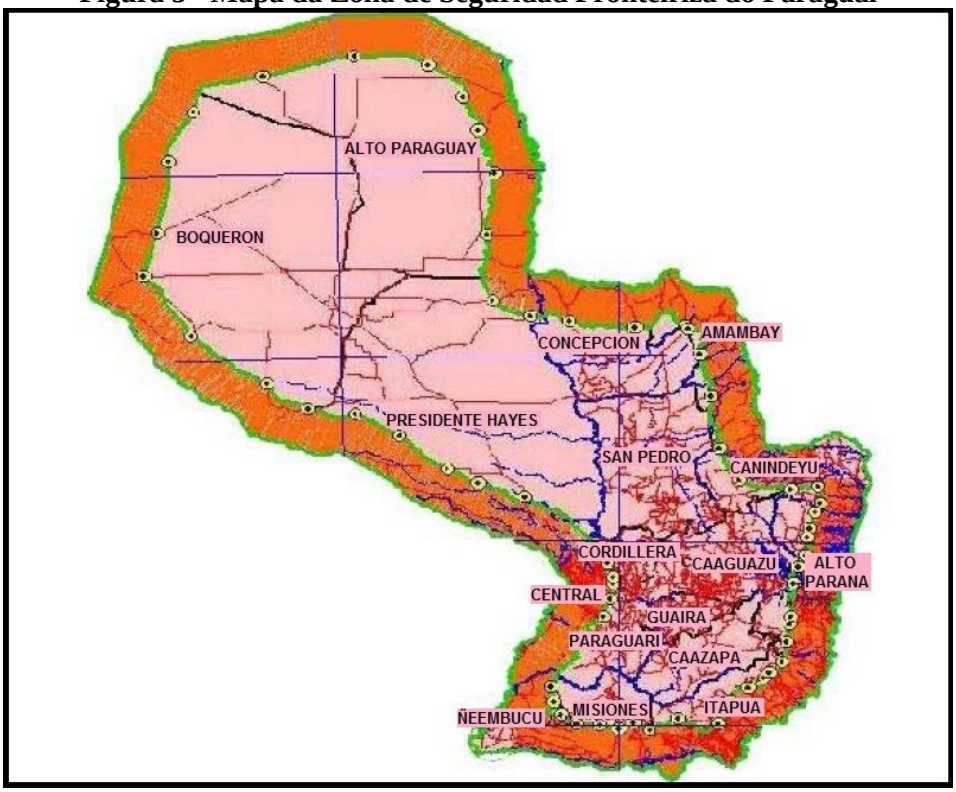
Nessa fronteira se localiza uma das maiores vias de acesso à entrada de produtos e mercadorias contrabandeados e traficados dos países vizinhos. Dentro dessa atividade ilegal, se destaca o tráfico de drogas ilícitas como a atividade que mais cresce e gera dividendos, conforme será evidenciado no capítulo III, que trata dos dados das apreensões de drogas.

No que se refere ao Paraguai, a faixa de fronteira não é oficialmente delimitada com essa denominação, no entanto, é estabelecida com o nome de Zona de Seguridad Fronteriza, por meio da Lei nº 2532, promulgada em 14 de fevereiro de 2005. As principais causas que instigaram a criação dessa zona foram: a existência de leis de segurança fronteiriça na maioria dos países sul-americanos; a posse de grande parte dos imóveis rurais por estrangeiros; a perda de identidade nacional e os problemas sociais existentes.

No Artigo 1º, a Lei nº 2532 estabelece a seguinte extensão: **"**Se establece zona de seguridad fronteriza la franja de 50 kilómetros adyacente a las líneas de frontera terrestre y fluvial dentro del territorio nacional."[13] (PARAGUAY, Lei n. 2532, de 14 de fevereiro de 2005). Na sequência, a Figura 5 retrata a delimitação da Zona de Seguridad Fronteriza do Paraguai.

[13] Tradução nossa: "Se estabelece zona de segurança fronteiriça a franja de 50 quilômetros adjacente as linhas de fronteira terrestre e fluvial dentro do território nacional."

Figura 5 - Mapa da Zona de Seguridad Fronteiriza do Paraguai



Fonte: República Del Paraguay

O Paraguai possui uma superfície de aproximadamente 406. 752 km² e, desse total, cerca de 143.328 km² compõem a Zona de Seguridad Fronteriza, o equivalente a 31% da superfície total do país. Dos 17 departamentos existentes no Paraguai, 15 possuem porções de seus territórios dentro dos limites dessa Zona, sendo que outros 134 distritos também a compõem.[14]

Nesse sentido, a fronteira Brasil/Paraguai pode ser interpretada de diversas formas, tendo-se em vista as mais diferentes realidades e perspectivas. Algumas condições espaciais existentes entre ambos os países são favoráveis à prática do tráfico, dentre elas pode-se destacar a grande extensão do Lago de Itaipu, que dificulta a fiscalização policial, deixando, por vezes, trechos sem fiscalização e, por conseguinte, facilitando a ação dos traficantes. Afora isso, chama-se atenção para o fato de que o mercado do tráfico de drogas se constitui em atividade altamente rentável, desenvolvendo-se sob condições adversas, favoráveis ou não.

No próximo subitem serão discutidas algumas categorias geográficas que perpassam ao estudo da fronteira.

[14] ZONA DE SEGURANÇA Fronteiriça do Paraguai. Disponível em: <http://diarioaltoparana.com/PDFs/paraguai.pdf> Acesso em: 08 ago. 2012.

1.3 Fronteira numa “constelação” de conceitos: espaço, território, região e redes

O termo “constelação”, aqui empregado, é cunhado por Deleuze e Guattari (1992 apud HAESBAERT, 2010), que o utilizam para discutir o conceito de região, enquanto atrelado obrigatoriamente a outros conceitos, como espaço e território. A “constelação” de conceitos tem o intuito, sob este viés, de utilizar outros conceitos pra definir um em específico. Nesse caso, pretende-se discutir a fronteira por intermédio de uma “constelação” de conceitos, diante dos quais ela pode ser melhor definida: o espaço, o território, a região e as redes.

A fronteira se constitui em espaço de múltiplas interpretações e tratamentos, onde as semelhanças e diferenças, a barreira política imposta pelo limite, a livre fluência das relações sociais, dos fluxos de pessoas, de ideias, de capital e a ilegalidade através do tráfico e contrabando se mesclam, atribuindo a esse espaço características e identidades próprias.

Essas características e identidades formam um território constituído pela apropriação do espaço, ou seja, é o espaço transformado historicamente pelas sociedades (SAQUET; SPOSITO, 2009).

> O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático [...]. O território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O território é uma produção a partir do espaço (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Com base no raciocínio do autor, compreende-se que na fronteira as diversas apropriações que se fazem do espaço formam, por consequência, o território, ou, os territórios, haja vista a influência de diversas relações.

Destaca-se, por exemplo, o território do comércio, estabelecido em algumas cidades da fronteira, como Ciudad del Este e Salto del Guairá, no Paraguai. A atividade econômica mais desenvolvida nessas cidades é o comércio, através da venda de produtos em geral, com destaque para o setor terciário. Ambas as cidades oferecem produtos de baixo valor, se comparado às outras regiões do Brasil – o que atrai um grande número de pessoas na busca por esses produtos, sendo que o maior público do comércio paraguaio é brasileiro. Cria-se, nesse sentido, um território através da apropriação do espaço pelo comércio, seja pelas relações cotidianas de oferta e venda de produtos, pela grande circulação de pessoas, de mercadorias etc.

Em torno da venda de mercadorias, pode-se identificar outro território, o território dos vendedores ambulantes. Estes, presentes em grande quantidade em Ciudad del Este e Salto del

Guairá, no Paraguai, e em Foz do Iguaçu, no Brasil, vendem suas mercadorias em pequenas barracas improvisadas na calçada, à margem da rua. Na Figura 6, é possível verificar alguns vendedores ambulantes em Ciudad del Este, bem como a circulação de pessoas devido à concentração de lojas.

Figura 6 - Comércio em Ciudad del Este no Paraguai

Fonte: Trabalho de campo realizado por Vanderleia Gemelli, 2011.

Afora isso, outra forma de apropriação do espaço para a criação de um determinado território é através da circulação de motoboys, principalmente sobre a Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu, no Brasil, e Ciudad del Este, no Paraguai. A quantidade de motoboys ou moto-táxis que circula diariamente nesse local é extremamente intenso. Ao chegar próximo à ponte, vê-se uma grande quantidade de motoboys aglomerados (Figura 7), oferecendo seus serviços às pessoas que querem atravessá-la.

Figura 7 - Fluxo de moto táxis sobre a Ponte da Amizade entre Foz do Iguaçu – BR e Ciudad-del-Este – PY

Fonte: <http://www.flickr.com/photos/22561517@N03/4393543486/> Acesso em: 20 set. 2012

Além dessa, outras apropriações do espaço criam territórios específicos, como o território do tráfico de drogas e do contrabando de mercadorias, realizadas sobre o Lago de Itaipu e pelas estradas principais e vicinais dos municípios da região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Há o território dos brasiguaios, os quais se concentram na porção leste do Paraguai, como será melhor explanado no segundo capítulo. E, ainda, o território de atividade turísticas, perceptíveis através da exploração do potencial turístico do Lago de Itaipu pela criação de praias artificiais nos municípios lindeiros ao Lago.

Na fronteira Brasil/Paraguai percebe-se a sobreposição de diversos territórios, criados devido às mais diversas formas de apropriação do espaço. Território significa, assim, "... objetos, ações e a constituição de redes, podendo ser compreendido como sinônimo de espaço geográfico socialmente organizado ..." (SANTOS, 1994, p. 78).

Cada território(os) é construído através da relação espaço-tempo, e apresenta modos de vida, costumes e identidades próprias. Essas particularidades se desdobram nas respectivas territorialidades, que são os elementos que caracterizam determinada porção do espaço, formando as regiões. Nesse trabalho em específico, será discutida a territorialidade do tráfico de drogas ilícitas.

Cabe considerar que "a territorialidade é compreendida como relacional e dinâmica, mudando no tempo e no espaço, conforme as características de cada sociedade" (RAFFESTIN, 1976; 1978 apud SAQUET; SPOSITO, 2009, p. 78). Ou seja, o território,

enquanto espaço social historicamente produzido e organizado, possui identidades que estão em constante transformação no tempo, remodelando-se conforme o movimento da sociedade.

Conforme Heidrich (2004, p. 39), “o território é antes de tudo uma relação que envolve apropriação, domínio, identidade, pertencimento, demarcação e separação”, cuja relatividade desses elementos, ao longo do espaço, caracteriza diferenças espaciais, e identifica as diversas territorialidades. Não obstante, como já destacado em Souza e Gemelli (2011a, p. 5) “essas territorialidades não são permanentes, pois se modificam do mesmo modo que ocorre com o espaço e com o território”.

Nesse sentido, as relações entre os objetos variam segundo o lugar, em vista de suas diferentes condições históricas, apropriações do espaço e acessos disponíveis em relação ao meio-técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996, 2000), entre outros fatores. Daí a grande diversidade entre os lugares, a heterogeneidade das relações e, por consequência, as múltiplas territorialidades em virtude das diversas apropriações que se faz do território. Tais disparidades espaciais explicam o fato de a fluidez espacial não ocorrer de maneira contígua e uniforme por todo o espaço e, dessa forma, pelo território.

Sob este viés, é possível compreender que as constantes transformações que a sociedade e o espaço geográfico sofrem dentro da dinâmica local/global, ocasionam os processos de territorialização-desterritorialização-reterritorialização (T-D-R) (HAESBAERT, 2004; HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Cabe destacar, conforme mencionado em Souza e Gemelli (2011b, p. 102), que “o movimento do território, que implica T-D-R, está intimamente ligado ao movimento de construção, de desconstrução e de reconstrução de novas regiões,” sendo que “a região é assim uma realidade que se concretiza através da ação de atores sociais, evidenciada a partir do momento em que se definem similaridades e relações internas comuns, capazes de delimitá-las”.

O movimento da sociedade na formação de territórios tem, dessa forma, relação direta na formação de regiões. O território se constitui de uma constante des-ordem, envolto num processo contínuo de destruição e reconstrução de si mesmo, sempre com novos elementos, ou seja, compõe o processo de des-re-territorialização (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Espaço e território possuem diferenciações, e se modificam constantemente no tempo: aquele representando o espaço construído pela sociedade e este as relações estabelecidas nesse espaço, envolvendo sempre uma relação de poder. No entanto, embora diferentes,

ambos são complementares e indissociáveis, não podendo ser analisados separadamente, uma vez que possuem uma estreita relação.

Opondo-se a esta linha de análise da sociedade, há outras que apostam nos estudos que afirmam o "fim dos territórios". Tendo por base a crescente fluidez entre pontos distantes do globo, dissemina-se a ideia de "aniquilação do espaço"[15] por meio da aceleração do tempo, ou seja, a contração das distâncias e a crescente homogeneidade espacial, que traz como consequência a desterritorialização. Contudo, isto se configura em um equívoco, pois,

> enquanto geógrafos, estamos preocupados em elucidar as questões atinentes à dimensão espacial e à territorialidade enquanto componentes indissociáveis da condição humana. Decretar uma desterritorialização "absoluta" ou o "fim dos territórios" seria paradoxal. A começar pelo simples fato de que o próprio conceito de sociedade implica, de qualquer modo, sua espacialização ou, num sentido mais restrito, sua territorialização. Sociedade e espaço social são dimensões gêmeas. Não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao mesmo tempo inseri-los num determinado contexto geográfico, "territorial" (HAESBAERT, 2004, p. 20).

A dimensão espaço/territorial, assim, não possui um "fim" decretado, mas uma constante reprodução, haja vista que a fluidez espacial não é homogênea, pois não alcança da mesma forma todos os lugares e, por isso, não beneficia a todas as pessoas. As benesses da globalização são disseminadas de forma irregular pelo território, no sentido de que para alguns lugares são oferecidas melhores condições (tecnológicas, infraestruturais etc.), enquanto outros permanecem à mercê desses benefícios. Estes não são excluídos do processo global, mas sua participação se restringe à passividade e à desigualdade (SANTOS, 2000).

Outra categoria de análise geográfica que permeia essa relação espaço/território, e que se faz presente na fronteira, é a região. Ela é entendida, aqui, conforme Corrêa (1998, p. 32), como "... um conjunto de lugares onde as diferenças internas entre esses lugares são menores do que as existentes entre eles e qualquer elemento de outro conjunto de lugares", pois, embora se trate de um conceito complexo, está ligado fundamentalmente à noção de diferenciação de área. Pode-se falar de regiões existentes nos espaços de fronteira, ou seja, uma região fronteiriça com características semelhantes e que contrastam com as demais porções do entorno.

[15] Segundo Virilio (1998, p. 130-131): "... este tempo único, universal, astronômico, se transformou no tempo do mundo rápido. Existe assim uma desqualificação do tempo e espaço local, em proveito do tempo mundial e de um não-lugar […] que diz respeito ao fim do *hic et nunc*, ao fim do aqui e agora (grifo do autor)." Para o autor, a corrida da sociedade é sempre em proveito da redução das distâncias, onde os espaços são eliminados.

Assim, a região se constrói e se desconstrói nesse movimento de T-D-R, uma vez que está intimamente ligada à construção do espaço e do território. Conforme estes se remodelam, também a região o faz. Daí que a desterritorialização, como uma das marcas da globalização, é o que nos permite compreender a constante reconstrução de novos espaços no mundo atual.

As configurações e os arranjos espaciais são diversos e heterogêneos, produzindo territórios múltiplos, visto que a aceleração do tempo, ao invés de homogeneizar o espaço, acentua a diferenciação dos eventos e aumenta a diferenciação dos lugares.

O arranjo espacial e suas transformações são diretamente influenciados pela ação de alguns agentes como, por exemplo, o capital, por meio das empresas e do Estado, enquanto agente regulador, tendo-se em vista que ambos intervêm na organização social e do trabalho. Sob este aspecto, Corrêa (1998) afirma que:

> a organização espacial é o resultado do trabalho humano acumulado ao longo do tempo. No capitalismo, este trabalho realiza-se sob o comando do capital, quer dizer, dos diferentes proprietários dos diversos tipos de capital. Também é realizado através da ação do Estado capitalista. Isto quer dizer que o capital e seu Estado são os agentes da organização do espaço. Daí falar-se em espaço do capital (p. 60- 61).

Na sociedade capitalista, o trabalho possui determinada centralidade, que permite a esta sociedade sua constante produção, reprodução e relação com o meio em que vive. O trabalho sempre esteve no centro da relação homem/natureza e na relação sociedade/espaço, sendo que esse trabalho é viabilizado por instrumentos técnicos, permitindo ao homem a produção do espaço.

Inserido no sistema capitalista, no entanto, o trabalho se constitui numa relação técnica, capitalizada, voltada para o acúmulo, através da extração da mais-valia do trabalhador, sendo capturado e controlado pelo sistema através do valor-de-troca (MOREIRA, 2001, 2002).

Nesse caso, como todos os indivíduos (que possuem apenas a força de trabalho) precisam do trabalho para sobreviver, o capitalismo possui essa forma de controle sobre a sociedade, interferindo diretamente nas suas formas de organização, e na consequente organização espacial e configuração de arranjos espaciais.

No que se refere ao papel do Estado, sua atuação pode se concretizar através da criação e implementação de programas, projetos, políticas públicas, de infraestrutura, por exemplo, (construção de pontes, portos, aeroportos, pavimentação de estradas etc.) em determinadas porções do espaço, onde são consideradas as características da realidade

existente e sua dinâmica, tendo em vista as respectivas fragilidades e potencialidades apresentadas.

Ao analisar as condições existentes em determinada realidade, o Estado, não via de regra, intervém por meio de políticas públicas, pautadas em objetivos específicos que são previamente definidos. Estes, uma vez colocados em prática, colaboram para a concretização de uma realidade com características específicas, que criam uma identidade própria no espaço, uma paisagem humanizada particular, sendo possível, através desse processo de criação de políticas públicas, identificar a atuação do Estado na organização do espaço geográfico.

Cabe considerar, que nem sempre tais políticas públicas são de fato implementadas, porém quando o são, estas influenciam e contribuem para a regionalização ou para a acentuação de regionalizações já existentes no espaço geográfico. Ou seja, uma vez implementadas em determinados lugares, as políticas contribuem para a diferenciação destes em relação às demais porções territoriais.

Nas palavras de Corrêa (1998, p. 48), "... o Estado, surgido dentro do modo de produção dominante, é o agente da regionalização". Assim, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, muitas vezes agindo em conjunto com o Estado, ou na própria mobilização da sociedade, atuam no sentido de criar uma mesma realidade específica, contribuindo, além disso, para a organização do espaço e para sua regionalização.

Na relação espaço/território em regiões de fronteira, o papel das redes geográficas ganha destaque. Rede é entendida aqui como "um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações" (CORRÊA, 1997, p. 11).

Na atualidade, essas ligações são as responsáveis pela fluidez e circulação de ideias, informação, mercadorias, dinheiro etc, pelo espaço, premissa essa ratificada pelo autor a seguir:

> a fluidez contemporânea é baseada nas redes técnicas, que são um dos suportes da competitividade. Daí a busca voraz de ainda mais fluidez, levando à procura de novas técnicas ainda mais eficazes. A fluidez é, ao mesmo tempo, uma causa, uma condição e um resultado (SANTOS, 1996, p. 218).

A fluidez é, assim, uma consequência do surgimento das redes, ao mesmo tempo em que é condição para que estas existam. São as redes que tornam o espaço mais dinâmico, proporcionando o encurtamento das distâncias, uma vez que espaços territorialmente distantes tornam-se próximos devido às conexões que existem entre eles. Nesse mesmo sentido, Dias e

Silveira (2007, p. 12) colocam que: “fluxos de toda ordem tornaram-se mais espessos, ampliando as necessidades de circulação e exigindo técnicas cada vez mais eficazes”.

O desenvolvimento das redes de transporte, de comunicação, bem como o surgimento de novas tecnologias da informação, representa o aprimoramento das técnicas que permite a ampliação e/ou maior densidade da circulação pelo espaço.

A circulação, por sua vez, “se configura como um dos fundamentos do espaço” (SILVA JUNIOR, 2007, p. 118) que, aparada pelas inovações técnicas, permite as mudanças de valor no espaço, dotando determinados espaços de maior ou menor fluidez.

Tal fluidez, portanto, é seletiva, pois não ocorre de maneira uniforme por todo o espaço geográfico. É a técnica existente nos diferentes pontos do espaço que lhes garantirá maior ou menor fluidez e, por consequência, maior ou menor densidade de redes.

O surgimento das redes traz consigo novas desigualdades territoriais, pois sua distribuição pelo espaço não é homogênea. Nesse sentido, alguns espaços estão mais interligados através de redes financeiras, de comunicação ou de transportes, por exemplo, como nas conexões entre grandes centros urbanos próximos (ex: Rio de Janeiro – São Paulo) e distantes (ex: São Paulo – Nova Iorque), que estabelecem grande número de relações econômicas, financeiras, dentre outras, entre si.

Por outro lado, outros espaços, como cidades menores, apresentam menor interligação por meio de redes, devido às relações e conexões que se estabelecem em menor proporção entre si. As redes podem ser consideradas como causa/efeito do desenvolvimento do meio-técnico-científico-informacional, este último cunhado por Milton Santos e que, também, ocorre em proporções diferentes ao longo do espaço.

Essa heterogeneidade cria diferentes capacidades de conexão dos lugares, isto porque alguns espaços apresentam um conjunto de técnicas mais desenvolvidas que outros, ou dispõe de diferentes avanços tecnológicos ou, ainda, dispõe de diferentes condições infraestruturais. Essas diferenças criam consequentemente novas desigualdades territoriais, oriundas do incremento de novas técnicas na configuração do meio-técnico-científico-informacional.

As redes enquadram-se em duas grandes matrizes: na da materialidade (concretas) ou denominadas redes de proximidade territorial e na da imaterialidade (abstratas) ou redes de proximidade relativa.

Sobre os dois tipos de redes citados, Lencioni (2011, p. 141) menciona que: “a rede de proximidade territorial é formada por redes materiais, em especial a circulação”. A autora refere-se especificamente às redes de transporte viário, visto que a densidade das mesmas, bem como sua capacidade de fluidez, redimensiona as distâncias entre os lugares.

Por outro lado, as redes de proximidade relativa se referem,

> ... às redes imateriais, como a rede de fluxos de informação e comunicação, as quais, não se pode esquecer, requerem infraestrutura material, como cabos de fibra ótica implantados sob o solo. As redes imateriais permitem que o que está territorialmente distante fique próximo e, nesse sentido, a rede proporciona uma aproximação (LENCIONI, 2011, p. 142).

Ambas as redes se complementam, garantem maior fluidez, proporcionam o encurtamento das distâncias, e são responsáveis por mudanças espaciais, trazendo a este maior circulação, bem como conexões globais.

Tais redes representam formas específicas de organização/articulação que pode ser social (entre grupos, instituições, firmas etc), urbana, econômica, política, técnica e transnacional. Neste último caso, a articulação pode se dar na esfera da legalidade ou da ilegalidade. A rede representa

> ... toda infraestrutura, permitindo o transporte de matéria, de energia ou de informação, e que se inscreve sobre um território onde se caracteriza pela topologia dos seus pontos de acesso ou pontos terminais, seus arcos de transmissão, seus nós de bifurcação ou de comunicação.
> Mas a rede é também social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam ... (CURIEN, 1988 apud SANTOS, 1996, p. 209).

As características da rede ratificam seu caráter tanto concreto, como abstrato, uma vez que representa, além da materialidade, as relações, os fluxos e a circulação pelo espaço e, consequentemente, o território.

Desta perspectiva, o caráter social da rede é

> ... como qualquer outra invenção humana, é uma construção social. Indivíduos, grupos, instituições ou firmas desenvolvem estratégias de toda ordem (políticas, socais, econômicas e territoriais) e se organizam em rede. A rede não constitui o sujeito da ação, mas expressa ou define a escala das ações sociais (DIAS; SILVEIRA, 2007, p. 22-23).

As redes são produtos da ação social, pois são as diferentes formas de organização da sociedade que criam sua ligação em redes. Tanto as redes concretas, como infraestruturas de toda ordem, bem como as redes abstratas, tais como a disseminação da informação, são proporcionadas pela ação social. Sob este prisma, a rede se concretiza como um produto da sociedade em determinado momento histórico. Sublinha-se que tais redes não são uniformes, uma vez que

> num mesmo subespaço, há uma superposição de redes, que inclui redes principais e redes afluentes ou tributárias [...]. Levando em conta seu aproveitamento social, registram-se desigualdades no uso e é diverso o papel dos agentes no processo de controle e de regulação do seu funcionamento (SANTOS, 1996, p. 214).

São as necessidades e características do espaço que definirão a densidade e o funcionamento das redes e, por conseguinte, as redes garantem maior circulação, redefinindo o espaço, visto que a circulação quanto "... mais numerosa, mais densa, mais extensa, detém o comando das mudanças de valor no espaço" (SANTOS, 1996, p. 214).

No processo de globalização, as redes se tornam cada vez mais evidentes, como aquelas responsáveis pela conexão de diferentes pontos do espaço geográfico, nas mais diversas distâncias. A rede, assim, segundo Dias (2002), constitui-se em instrumento que permite a circulação de tecnologias, capitais, matérias-primas, dentre outros, e a comunicação por todo o espaço geográfico, cuja circulação das redes não só contígua, mas também à distância, "mobiliza e altera os territórios onde tem seus pontos de referência e conexão" (DIAS; SILVEIRA, 2007, p. 59). As redes são, portanto, geradoras de mudanças e transformações espaciais ao longo do tempo.

Quanto à sua constituição, a rede não é estática, ela está em constante movimento e acompanha as mudanças do espaço geográfico, reconfigurando-se constantemente, conforme explica Raffestin (1993, p. 204):

> A rede aparece, desde então, como fios seguros de uma rede flexível que pode se moldar conforme as situações concretas e, por isso mesmo, se deformar para melhor reter. A rede é proteiforme, móvel e inacabada, e é dessa falta de acabamento que ela tira sua força no espaço e no tempo. A rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornando território: tanto libera como aprisiona. É o porquê de ela ser o "instrumento" por excelência do poder.

A rede está diretamente relacionada à formação de territórios e à noção de poder. Dentro desse contexto, as redes tomam lugar de destaque e representam uma forma privilegiada de representar a contemporaneidade, pela conexidade e fluidez, em virtude dos fluxos de toda ordem se tornarem cada vez mais espessos. Com efeito, as redes interferem diretamente na estrutura e formas de organização da sociedade no espaço.

> Redes constituem a nova morfologia social de nossas sociedades, e a difusão da lógica de redes modifica de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura. Embora a forma de organização social em redes tenha existido em outros tempos e espaços, o

> novo paradigma da tecnologia da informação fornece a base material para sua expansão penetrante em toda a estrutura social (CASTELLS, 2001, p. 497).

De acordo com o autor acima, a revolução no campo da tecnologia da informação é que deu suporte para a expansão das redes pelo espaço, e estas interferem na estrutura e morfologia da sociedade.

Nesse ínterim, compreender a relação e interação entre as redes e o território formado por meio das relações entre os indivíduos perpassa pela análise de duas lógicas espaciais, a lógica territorial tradicional e a lógica reticular, conforme Haesbaert (2011).

A lógica territorial tradicional é o modelo de ordenamento territorial por excelência dos Estados nacionais modernos, expressa por áreas onde as relações sociais estão delimitadas e reguladas de forma a serem estabelecidos recortes espaciais contínuos e contíguos, que servem como quadro de referência para a ação dos agentes sociais. Assim, a identidade territorial tende a legitimar ou a ser legitimada pelas fronteiras político-territoriais.

A lógica reticular, por sua vez, é o padrão espacial reticular de organização do território, que envolve outras relações em redes do capital e de solidariedade, para além do estado, ou em redes de relações indiretamente criadas pelo Estado. Nesse caso, as redes é que influenciam na organização e estruturação espaço-territorial.

Na fronteira em estudo, percebe-se a constituição de redes através do fluxo de circulação de drogas ilícitas, que articula diferentes pontos do espaço geográfico, numa complexa trama de relações para além do limite nacional. Inclui-se, aqui, a noção de redes ilegais, como característica dessas relações.

A circulação dessas drogas ilícitas se insere na lógica reticular de organização, sendo esta a sua relação de interação para com o território, o qual se constitui na base do seu movimento.

Haesbaert (2005) considera que, na diversidade territorial atual, deve-se levar em conta esta distinção e relação crescente entre ambas as lógicas, uma vez que

> elas se interpenetram, se mesclam, de tal modo que a efetiva hegemonia dos territórios-zona estatais que marcaram a grande colcha de retalhos política, pretensamente uni-territorial (no sentido de só admitir a forma estatal de controle político-territorial) do mundo moderno, vê-se obrigada, hoje, a conviver com novos circuitos de poder que desenham complexas territorialidades, em geral na forma de territórios-rede, como é o caso da territorialidade do narcotráfico globalizado (HAESBAERT, 2005, p.7).

A rede é produto da sociedade em determinado momento histórico e se constitui no seu suporte de ações. Ela é dinâmica, ativa e representa o movimento, sendo este último produzido tanto pelo local como pelo global, bem como pela interação entre ambos. Assim, o movimento do tráfico de drogas se dá num jogo de relações que envolve o local e o global, o que constitui uma lógica territorial reticular. Criam-se, então, territórios-rede para além do poder estatal.

A partir desse embasamento teórico, no próximo capítulo segue a caracterização da fronteira em estudo, com suas diferenças e semelhanças.

CAPÍTULO II - A REGIÃO DE FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI E A FACE DA ILEGALIDADE

Analisar a região de fronteira pressupõe a necessidade de caracterizá-la, auxiliando na compreensão do contexto em que está inserida. Por isso, este capítulo privilegia a caracterização[16] da região de fronteira pesquisada, abordando, para tanto, aspectos que assemelham e diferenciam o Brasil e o Paraguai. Em um segundo momento, discute-se a ilegalidade existente nessa região de fronteira e, para tanto, são caracterizadas as drogas ilícitas analisadas pela pesquisa: a maconha, a cocaína e o crack, de grande trânsito na região de fronteira, bem como é realizada uma abordagem a respeito do Lago de Itaipu como território da atividade ilegal.

2.1 Caracterização da região de fronteira do Brasil

De um total de aproximadamente 16 mil quilômetros de extensão de fronteira terrestre do Brasil, cerca de 1339 quilômetros ligam-na ao Paraguai, cuja porção corresponde a 5,8% de toda a faixa de fronteira (BRASIL. Ministério da Integração Nacional, 2005).

A faixa fronteiriça, compreendida na fronteira do Paraná com o Paraguai, é a que possui o maior contingente populacional se comparada ao restante da faixa de fronteira brasileira, sendo formada pelo maior número de municípios, que totalizam 139.

Segundo o Ministério da Integração Nacional (2005), o tráfico de maconha e cocaína é apontado como o principal entrave ao desenvolvimento das interações transfronteiriças nesta região de fronteira.

Nas figuras em anexo (Anexos 2, 3 e 4), é possível verificar o contingente populacional urbano[17] do Arco Norte[18], Arco Central[19] e Arco Sul[20] da faixa de fronteira do Brasil.

---

[16] Cabe ressaltar que se buscou ao longo da pesquisa obter dados socioeconômicos do Brasil e do Paraguai, referentes à área de estudo, com o objetivo de melhor caracterizar a região, bem como estabelecer um comparativo entre ambos os países. No entanto, tal busca deparou-se com alguns empecilhos, haja vista que os dados coletados, bem como as metodologias utilizadas, não são as mesmas entre ambos os países, ou esses dados não são divulgados igualmente. No caso do Paraguai, por exemplo, alguns dados são disponibilizados apenas a nível nacional e não por distritos. A falta de alguns dados tornaria deficitário um perfil comparativo na área de estudo entre os países, por isso que se optou por não colocar tal perfil neste trabalho. Porém, tais dados não comprometem os resultados da pesquisa, uma vez que são apenas complementares, tais como: taxas de natalidade, mortalidade, alfabetização e desemprego, produto interno bruto per capita e faixas etárias da população.

[17] Considera-se que os dados da população urbana são expressivos o suficiente para demonstrar o diferencial do contingente populacional ao longo da faixa de fronteira.

[18] O Arco Norte compreende a Faixa de Fronteira dos Estados do Amapá, Pará, Amazonas, Roraima e Acre.

[19] O Arco Central compreende a Faixa de Fronteira dos Estados de Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

Tais figuras são meramente ilustrativas, com o objetivo de demonstrar as diferenças de contingente populacional ao longo da faixa de fronteira do Brasil. Ao analisá-las em conjunto, pode verificar-se que há maior concentração populacional urbana no Arco Sul (Anexo 4) da faixa de fronteira, onde se localiza a fronteira paranaense com o Paraguai.

A divisão da faixa de fronteira em Arcos foi definida pelo Ministério da Integração Nacional, durante a elaboração da Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, realizada em parceria com o Grupo Retis datada de 2005. Tal divisão criou uma nova base territorial, de acordo com as peculiaridades da fronteira, possibilitando a redefinição de estratégias e conceitos do referido programa.

Baseado em dados do IBGE (2000; 2007) e do Ministério da Integração Nacional (2005) (Anexo 5), Furquim Junior (2007) constata que a faixa de fronteira do estado do Paraná é a que possui maior número de habitantes, se comparada às demais faixas de fronteiras dos demais estados brasileiros, somando um total de 2.259.924 habitantes.

A região de fronteira entre Brasil e Paraguai possui diversas peculiaridades que a diferencia das demais regiões de fronteira brasileira, estando entre elas o grande contingente populacional já citado e o intenso fluxo de pessoas, o que confere maior dinamicidade ao território. Ademais, a intensidade do contingente de pessoas culmina em outras peculiaridades, como a diversidade étnica e cultural e o grande fluxo de ideias, de mercadorias, de capitais e de informação. Conforme Marquezini (2010, p. 47), “são milhares de pessoas que, diariamente, atravessam a fronteira entre o Brasil e o Paraguai, atravessando também, deste modo, fluxos incomensuráveis de mercadorias e capitais ...”.

Outras peculiaridades dessa região de fronteira são a atratividade turística, haja vista a existência do Lago de Itaipu, o consumo de mercadorias em Ciudad del Este e Salto Del Guairá, no Paraguai, o contrabando de diversos produtos e o tráfico de drogas, dentre outras.

Ao longo do tempo, essa região passou por mudanças e transformações do espaço geográfico, o que caracteriza a essência do movimento da sociedade, concretizando processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização, os quais são inerentes ao território e, consequentemente, ao espaço geográfico, uma vez que essas duas categorias de análise são indissociáveis (HAESBAERT; PORTO-GONÇALVES, 2006).

Algumas dessas transformações, de acordo com estudos realizados por Adiala (2003), são: a concretização da urbanização dos municípios que se acelera ao longo dos anos, principalmente após a década de 1990; o processo de municipalização, visto que novas

[20] O Arco Sul compreende a fronteira dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

emancipações distritais surgem a partir dessa década e, por último, o aumento do número de habitantes residentes na região de fronteira.

A construção da Hidrelétrica de Itaipu – e a formação do Lago em 1982 – é um dos acontecimentos que ocasionou significativas mudanças no arranjo espacial da região em estudo, visto que a formação do Lago propiciou uma nova feição à região.

Por conseguinte, a partir de 1982, iniciou-se uma nova fase de desenvolvimento para a região dos municípios impactados pela construção da Hidrelétrica de Itaipu. Nesse período, formulou-se uma visão de região, na medida em que as mudanças proporcionadas pela construção da hidrelétrica fizeram (e fazem) com que os municípios que se situam em torno do lago se encontrem inseridos em um mesmo contexto. Assim, por meio da relação entre tecnologia e sociedade, responsável pela transformação da realidade em vista da construção de um grande empreendimento, o espaço se reconfigurou e adquiriu um novo entorno.

Sob este viés, a realidade regional configura um novo panorama dos municípios situados na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, os quais convivem em situações e condições comuns. Ou seja, constituem-se numa porção de área que possui características comuns, aspectos semelhantes e inerentes a uma região.

No entanto, a formação do Lago de Itaipu modificou a estrutura territorial, bem como as relações no território. De acordo com Souza (2009a, p. 126) "... a formação do lago não mudou apenas o aspecto geográfico da região, alterou sua própria essência. A agricultura, base da economia regional, começou a ceder lugar à atividade turística ...".

A nova configuração espacial trouxe, assim, aspectos negativos e positivos. Aqueles podem ser exemplificados pela perda de terras férteis utilizadas para a agricultura, a expropriação de inúmeras famílias e a perda de dezenas de espécies animais e vegetais, devido à inundação em decorrência da formação do lago.

A construção da Usina provocou imensas perdas simbólicas, culturais e identitárias às famílias que tiveram que sair de suas terras, sem terem sido consultadas sobre a aprovação, ou não, da construção de uma obra de tal porte, que trouxe desapropriações tanto no Brasil, como no Paraguai. Tais famílias[21] receberam indenizações, porém consideradas muito abaixo do valor real das terras, além de ter-se ignorado a ligação simbólica que essas pessoas possuíam com as mesmas.

[21] Cerca de 8000 mil famílias viviam na margem brasileira e 4000 mil famílias na margem paraguaia, de acordo com Mazzarollo (2003).

> É extremamente doloroso saber que não se poderá mais sequer rever o lugar da casa, a rua ou a estrada, o local do encontro comunitário formado pela igrejinha, a escolinha, o campinho de jogo, o bosque, a churrasqueira. Talvez uma fotografia guarde a imagem pálida do que desapareceu sob as águas, mas aos poucos, tanto no papel como na memória, vão se apagando os traços do que foi o cenário de toda uma rica história (MAZZAROLLO, 2003, p. 44).

Não obstante as perdas territoriais, o prejuízo alcançou o caráter mais profundamente humano do homem, ou seja, suas referências simbólicas e identitárias. Às famílias expropriadas restou uma irrisória indenização e um futuro incerto: tornavam-se estrangeiros em sua própria terra.

Por outro lado, a possibilidade de explorar a região por meio do turismo nas águas do lago, através da formação de praias ou a utilização destas como nova forma de lazer, até então inexistente, bem como o recebimento de compensação financeira ou royalties[22] pelos municípios que tiveram terras alagadas, são alguns dos aspectos positivos em virtude da nova configuração espacial.

Para além dos aspectos anteriormente elencados, cabe destacar, ainda, que a nova configuração espacial trouxe outras transformações, como verificado na Figura 8.

Figura 8 - Vista aérea de parte do Lago de Itaipu

Fonte: Itaipu.
Disponível em: <http://jie.itaipu.gov.br/print_node.php?secao=turbinadas1&nid=8064>
Acesso em: 20 set 2012

[22] Os royalties são uma compensação financeira paga pela Hidrelétrica Binacional em função das perdas territoriais sofridas pelos municípios, sendo que cada um recebe uma quantidade em dinheiro de acordo com a porcentagem de terras alagadas. A Lei dos Royalties entrou em vigor pelo Decreto nº 1 de 11 de janeiro de 1991, no entanto, são pagos desde 1985 e serão ainda repassados até 2023. No Paraguai, os royalties são repassados integralmente ao Ministerio de Hacienda e distribuídos igualmente por todo o país. Portanto, assim como os distritos lindeiros recebem os royalties, também os que não margeiam o Lago recebem.

A imagem mostra que o lago apresenta, ao longo de sua extensão, inúmeras reentrâncias. São curvas e golfos que constroem diversos contornos às margens dos municípios lindeiros. A princípio essas reentrâncias parecem apenas belezas paisagísticas dos contornos do lago, no entanto, tal configuração proporciona, por outro lado, maior facilidade àqueles que contrabandeiam mercadorias ou traficam ilícitos do Paraguai. As curvas do lago permitem uma grande quantidade de “esconderijos”, possibilitando aos traficantes evadir-se da fiscalização policial, que não consegue patrulhar todas as reentrâncias.

No item a seguir será caracterizada a região de fronteira no que compete à porção paraguaia.

2.2 Caracterização da região de fronteira do Paraguai

O Paraguai, por ser um país de dimensões menores se comparadas às do Brasil e por não adotar normas específicas que definam legalmente sua faixa de fronteira, não possui dados referentes à mesma. Aos consultar órgãos que possuem dados estatísticos sobre as mais diversas regiões do país, como a Dirección General de Estadísticas, Encuestas y Censos (DGEEC), constatou-se que alguns dados disponíveis são levantados de acordo com cada departamento ou do país como um todo. Ou seja, a metodologia utilizada pelo Brasil e pelo Paraguai na coleta de dados é diferenciada e, por isso, caracterizaremos a região de fronteira do Paraguai com o Brasil com base nos dados disponibilizados do país como um todo.

O Paraguai possui atualmente 17 departamentos, sendo eles: Concepción, San Pedro, Cordillera, Guairá, Caaguazú, Caazapá, Itapúa, Misiones, Paraguarí, Alto Paraná, Central, Ñeembucú, Amambay, Canindeyú, Presidente Hayes, Alto Paraguay e Boquerón. Essa divisão política pode ser visualizada na Figura 9.

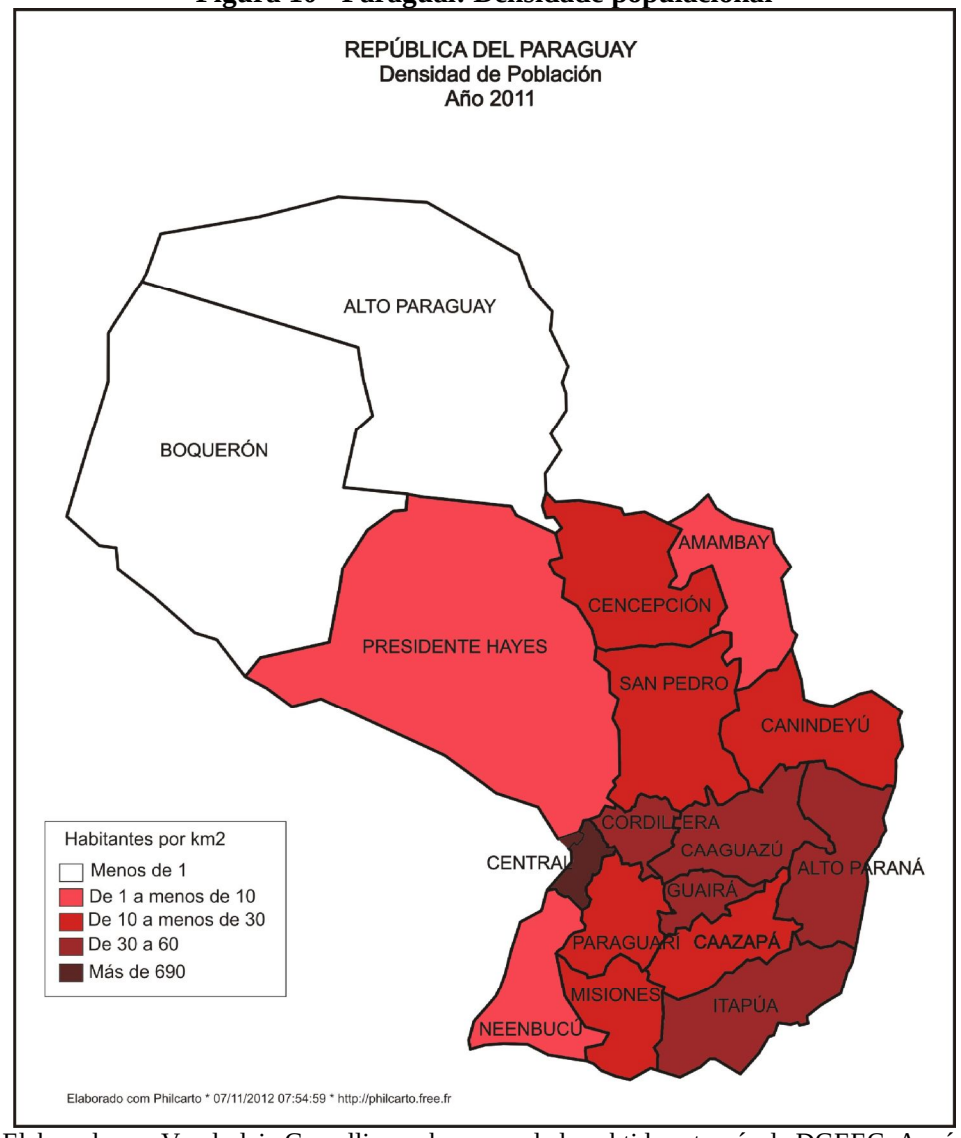
Figura 9 - Divisão política do Paraguai

Fonte: Paraguai é suspenso do Mercosul.
Disponível em: <http://orandialmeida.blogspot.com.br/2012/06/paraguai-e-suspenso-do-mercosul.html>
Acesso em: 12 set. 2012

Do total de 17 departamentos paraguaios, 5 são fronteiriços ao Brasil, sendo eles Alto Paraguay, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraná. Desses departamentos, os 2 últimos são fronteiriços com o Paraná e lindeiros ao Lago de Itaipu, e neles estão distribuídos os distritos que compõem a área de estudo dessa pesquisa.

No que se refere à população, pode-se perceber, de acordo com a Figura 10, que os departamentos fronteiriços à área de estudo dessa pesquisa, Canindeyú e Alto Paraná, apresentam considerável densidade demográfica.

Figura 10 - Paraguai: Densidade populacional



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos dados obtidos através da DGEEC, Anuário 2011

Canindeyú apresenta densidade de 10 a menos de 30 habitantes por km² e Alto Paraná apresenta densidade maior, de 30 a 60 habitantes por km². Segundo o DGEEC, a população total estimada do Paraguai em 2012 é de 6.672.631 habitantes.

Os departamentos paraguaios que fazem fronteira com o Brasil apresentam grande parte da população constituída por brasileiros, comumente chamados de “brasiguaios”. A emigração de brasileiros para o Paraguai teve início no final da década de 1950, intensificando-se nas duas décadas posteriores.

> ... num curto período de seis anos, entre 1972 e 1978, emigraram para a região Oriental do Paraguai, especialmente para o Alto Paraná e Canindeyú, entre 250 e 300 mil brasileiros. Os Censos de Población y Vivendas de 1962 e 1982 registraram que a população residente no departamento de Alto

> Paraná passou de 24.067 habitantes para 192.518, num período de 20 anos (PALAU; HEIKEL, 1987 apud MARQUES, 2009, p. 51).

Dados atualizados da Dirección General de Estadísticas Encuestas y Censos do Paraguai, datados de 2012, apontam para uma população de 785.747 habitantes em Alto Paraná, e 191.447 habitantes em Canindeyú.

Não obstante, nota-se as diferenças existentes entre Brasil e Paraguai na região de fronteira, pois, tratando-se de economia, este segundo país apresenta o menor crescimento nos últimos vinte anos em relação aos países pertencentes ao Mercado Comum do Sul (Mercosul). Com efeito, a economia paraguaia

> é a mais atrasada do Mercosul não por ser a menor, mas por ter se desenvolvido dentro de um modelo econômico com característica adversas [...] caracterizou-se pela exportação de matérias-primas, pela triangulação comercial, com alta dose de informalidade e pela especulação financeira (MASI, 2006, p. 23).

Nesse panorama econômico do Paraguai, o Brasil desenvolve grande interferência devido à intensificação da relação comercial entre ambos os países, principalmente a partir de 1970, período em que ocorreram muitas mudanças relacionadas à intensificação do processo de modernização da agricultura no Brasil, e que se iniciou esse processo, também, no Paraguai. Vale ressaltar que a modernização da agricultura paraguaia foi alavancada pelo General Alfredo Stroessner, o qual pretendia a inserção do Paraguai no mercado externo com a modernização da agricultura.

É nesse contexto que inicia o processo de migração de brasileiros para o Paraguai, em virtude da expulsão do campo brasileiro pelo processo de modernização e, também, pelo incentivo à ocupação da região leste paraguaia, até então esparsamente habitada, uma vez que, para a sua modernização, eram necessárias pessoas que ocupassem e trabalhassem na terra.

No intuito de seguir em seu projeto de modernização da agricultura, Stroessner iniciou um processo de incentivo à colonização da região por brasileiros, tarefa esta confiada às grandes colonizadoras. Forte propaganda foi feita, então, no Brasil, das terras paraguaias, baratas e praticamente inabitadas, o que representava uma solução para aqueles que estavam sendo “expulsos” do campo.

> A mecanização da agricultura e a concentração fundiária na sociedade brasileira foram os principais fatores de “expulsão” de arrendatários,

> posseiros e pequenos agricultores brasileiros, enquanto que o preço baixo da terra e dos impostos e as facilidades de créditos agrícolas no Paraguai foram alguns dos mecanismos de atração (ALBUQUERQUE, 2008, p. 3).

Entretanto, mesmo com o incentivo à modernização, o Paraguai

> … caracterizou-se por ser um país mais comercial do que produtivo, com uma economia aberta (principalmente em razão do comércio ilegal ou contrabando) e, portanto, não protecionista, com um escasso desenvolvimento industrial e agroindustrial, e especializado na exportação de duas ou três matérias-primas (soja, algodão e carne) (MASI, 2006, p. 23).

A produção de soja no Paraguai tem sua expressividade. A introdução desse tipo de cultivo, no país, se deve aos brasileiros que para lá migraram e, atualmente, ainda de acordo com Masi (2006), este produto é responsável por 50% das exportações do país.

Todavia, um dos tipos de comercialização mais comum, verificada no Paraguai, é o comércio de triangulação pela reexportação. Ou seja, produtos são importados de países como Brasil e Argentina, que formam um triângulo com o Paraguai e, depois, retornam a esses países pela reexportação ou contrabando, livrando-se do pagamento de impostos. Ou, conforme Masi (2006, p. 24), muitos produtos são "... provenientes principalmente dos Estados Unidos e dos países asiáticos em direção aos mercados altamente protegidos do Brasil e da Argentina, majoritariamente através de canais ilegais". Todavia, esse tipo de comércio de reexportação não garantiu ao Paraguai um crescimento considerável de sua economia.

2.3 As diferenças e os conflitos na fronteira

Na segunda metade da década de 1980, presenciou-se o retorno de muitos brasiguaios do Paraguai para o Brasil. Wagner (1992) coloca que, no primeiro semestre de 1986, algo em torno de 60 mil camponeses retornaram para o Brasil. O autor, porém, ressalta a incerteza dos números:

> nunca existiu um cálculo de quantos colonos abandonavam diariamente o Paraguai no final do primeiro semestre de 86. Mas podiam ser observados por qualquer pessoa que se postasse, por alguns instantes, na fronteira dos dois países. Eles saíam daquele país com os seus filhos ao colo e carregando os seus pertences em trouxas feitas de cobertas (WAGNER, 1992, p. 27).

Embora muitos dos brasileiros que emigraram para o Paraguai tenham retornado ao Brasil, estudiosos estimam que a quantidade destes naquele país ainda seja muito grande. No

entanto, não é possível estabelecer o número exato, haja vista que muitos brasileiros estão no Paraguai ilegalmente.

Comumente esses brasileiros residentes no Paraguai vêm ao Brasil na busca pelo atendimento de algumas necessidades, tais como atendimento médico, compras em supermercados e lojas do Brasil, visita a familiares e amigos, atendimento escolar, dentre outros.

A presença dos brasiguaios na região de fronteira entre Brasil e Paraguai cria, conforme Marques (2009), uma circularidade transfronteiriça, onde o limite internacional não impede a livre fluência entre ambos os lados da fronteira, uma vez que

> o dinâmico intercâmbio de idéias, crenças, solidariedade, bens e capital, e o intenso trânsito de pessoas nas fronteiras nacionais desses dois países amenizam o conceito de fronteira política nessa região. As relações sociais dos "brasiguaios" se dão num espaço que é delimitado não pelas fronteiras formais do Brasil e Paraguai, mas sim pelas redes que unem os elementos que as constituem ... (MARQUES, 2009, p. 70).

No entanto, cria-se uma zona de conflitos e tensão entre brasileiros e paraguaios, haja vista que os brasiguaios são responsáveis por cerca de 60% da produção de soja no Paraguai, produção essa que gera importantes divisas para o país. Dentre os setores produtivos, o agropecuário é o de maior peso, com a produção de soja, algodão e óleos vegetais (ROLON, 2010).

Nesse caso, o grande número de propriedades paraguaias ocupadas por brasileiros que produzem soja gera um clima conflituoso por terras naquele país. O Quadro 2, na sequência, mostra a produção de soja de acordo com cada departamento paraguaio.

Quadro 2 - Produção de soja no Paraguai

Departamentos do Paraguai	Produção de soja em toneladas
Alto Paraná	2.459.121
Canindeyú	1.646.867
Itapúa	1.467.217
Caaguazú	1.077.474
San Pedro	684.772
Caazapá	391.003
Amambay	378.583
Misiones	86.169
Concepción	84.586
Guairá	33.962
Paraguarí	36
Cordillera	3
Alto Paraguay	-
Boquerón	-
Central	-
Neembucú	-
Presidente Hayes	-
Total	**8.309.793**

Fonte: DGEEC, Anuário 2011.

O quadro acima revela que os departamentos que lideram na produção de soja são aqueles fronteiriços ao Brasil, ou próximos à fronteira: Alto Paraná, Canindeyú, Itapúa e Caaguazú.

Por outro lado, assim como no Brasil, também no Paraguai a construção da Itaipu trouxe impactos e tensões. Segundo Rolon (2010), este fato histórico foi um dos elementos que possibilitou o fluxo migratório brasileiro para a região limítrofe do Paraguai. Para o autor, a presença massiva de brasileiros no Paraguai constitui-se num "... verdadeiro cinturão em torno da usina como se fora uma proteção para qualquer eventualidade" (ROLON, 2010, p. 97). E acrescenta que:

> esse fluxo foi facilitado pelas autoridades paraguaias através do Instituto de Bienestar Rural (IBR). O Instituto promoveu uma colonização – de baixo custo -, da região, evitando as pressões por reforma agrária, enquanto uma das demandas internas (ROLON, 2010, p. 97).

O governo paraguaio, da época, auxiliou e incentivou a venda de terras a brasileiros, cuja migração foi facilitada quando alterada a lei de aquisição de propriedades por estrangeiros.

Enquanto o governo se beneficiava com a venda de terras a brasileiros, permanecia um clima de tensão para com os paraguaios que reivindicavam por terras, clima este, aliás, que permanece até os dias atuais.

Quanto à Itaipu, seu tratado assinado por ambos os países se constitui em outro elemento que gera descontentamentos, principalmente por parte do Paraguai, pois, "... na percepção paraguaia, os termos do acordo favorecem amplamente o Brasil, deixando-o em grande desvantagem econômica e dependente deste." (ROLON, 2010, p. 95).

A revisão do tratado tornou-se necessária, haja vista que o mesmo foi assinado em tempos de ditaduras militares, sem a participação da população. Recentemente, quando da eleição do presidente paraguaio Fernando Lugo (2008 - 2012), atualmente deposto (2012), fez-se uma revisão do tratado juntamente com o governo brasileiro de Luis Inácio Lula da Silva.

Para além dos conflitos, existem uma série de elementos diferenciadores na região de fronteira entre Brasil e Paraguai. Em trabalhos de campo realizados no ano de 2010, no Distrito de Marangatu, no Paraguai, pertencente ao Departamento de Canindeyu, que faz fronteira com o município de Pato Bragado, no Brasil, e em Salto del Guairá, também pertencente ao Departamento de Canindeyu, fronteira com Guaíra, percebe-se uma série de aspectos que distinguem os respectivos países analisados.

Do ponto de vista da infraestrutura básica (estradas pavimentadas, transporte, educação, saúde), e do acesso a serviços e produtos, constatou-se que se trata de uma realidade oposta e "distante" da vivida no Brasil, pois se constitui num espaço com grande carência de ações e investimentos por parte do Estado.

Outra diferença entre Brasil e Paraguai diz respeito à infraestrutura rodoviária, uma vez que a malha viária da margem esquerda do Lago de Itaipu é bem mais densa do que a margem direita do lago, o que caracteriza a diferenciação fronteiriça entre os dois países.

Na localidade visitada durante o trabalho de campo, há o Puerto de Marangatu, do lado Paraguaio (Figura 11), que embora se encontre em precárias condições, é responsável pela travessia de pessoas pelo Lago de Itaipu, até o Porto de Pato Bragado, do lado brasileiro. É por esse porto que muitos brasileiros residentes no Paraguai vêm até o Brasil para utilizar diversos serviços, tais como saúde, educação, assistência social, aposentadoria etc.

Figura 11 - Puerto Marangatu/Paraguai

Fonte: Trabalho de campo realizado por Vanderleia Gemelli, 2010

Sobre essa questão o senhor Staziak residente no Paraguai desde 1984, diz que:

> no Paraguai é longe pra se conseguir as coisas, é mais perto ir para o Brasil, sem contar na qualidade, aqui no Paraguai, por exemplo, a saúde é muito precária, a educação é muito fraca, aí a gente vai para o Brasil (STAZIAK, Marangatu, 17 abr. 2010).

A família do senhor Staziak reside no distrito de Marangatu e foi visitada durante trabalho de campo[23], anterior a presente pesquisa, realizado no ano de 2010. Na época, possuíam uma propriedade de 200 hectares, onde cultivavam soja, milho, trigo e trabalhavam com a pecuária.

Nesse sentido, Sprandel (2006) afirma que:

> famílias de brasiguaios, muitas vezes acompanhadas de crianças e adolescentes, procuram no Brasil atendimento nos serviços públicos de saúde (inclusive atendimento neonatal), educação e assistência social. Também é comum a procura por assistência jurídica, documentação (inclusive registro de nascimento) e aposentadoria (SPRANDEL, 2006, p.13).

Além disso, outro elemento de diferenciação entre os dois países refere-se à infraestrutura para o turismo. O Brasil possui uma estrutura consideravelmente mais forte e

[23] Trabalho de campo realizado durante a graduação em Geografia quando do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado “Territorialidades na região de fronteira entre Brasil e Paraguai”, no ano de 2010.

consolidada, se comparada à do Paraguai que, praticamente, não possui estrutura, ou esta é muito incipiente.

Isto, em parte, pode ser explicado pelo seguinte fator: o governo central paraguaio não oferece autonomia aos departamentos, atuando, apenas, nas áreas consideradas prioritárias, tendo por base as condições e os problemas sociais do país, o que significa que o turismo não se constitui numa das áreas prioritárias.

Percebe-se que há diferenças de organização socioespacial nas regiões de fronteira do Brasil e do Paraguai e que, embora tais regiões se abriguem em espaços contíguos, as realidades vividas são distintas e oriundas de um processo histórico diferencial de evolução de ambas as sociedades.

A presente caracterização permite traçar uma visão geral da região em estudo, podendo constatar que, embora a fronteira seja uma região que possui situações e preocupações em comum, ligadas à segurança, saúde, educação, e demais serviços, as condições de cada uma delas são diferentes nos dois países, visto que no Brasil a qualidade e quantidade dos serviços ofertados se dão em maior proporção que no país vizinho.

Dando continuidade à caracterização da região de fronteira, no próximo item será discutida a ilegalidade.

2.4 A ilegalidade na região de fronteira

A região de fronteira Brasil/Paraguai apresenta inúmeras diferenças, como já apresentadas. No entanto, há um elemento de convergência entre ambos os países, que é a ilegalidade, que subsiste por intermédio do contrabando de mercadorias e tráfico de drogas ilícitas.

Nesse trabalho, enfatiza-se o tráfico de drogas ilícitas como atividade que se territorializa na fronteira Brasil/Paraguai, sendo o Lago de Itaipu a base desse território. A compreensão da ilegalidade, presente na fronteira, passa pela necessidade de especificar as drogas ilícitas consideradas nesse estudo, para o posterior desdobramento na territorialização deste espaço, como se dá nos próximos subtítulos.

2.4.1 As drogas ilícitas: maconha, cocaína e crack

Conforme já destacado, são consideradas neste estudo, as drogas ilícitas: maconha, cocaína e crack. Nesse sentido, considera-se importante caracterizá-las quando a alguns

aspectos básicos, tais com em quais subgrupos se encaixam, onde são originalmente produzidas, os efeitos provocados nos usuários, dentre outros, conforme segue.

De acordo com Bilibio (2010), droga é toda e qualquer substância, natural ou sintética que, introduzida no organismo, modifica suas funções.

As drogas podem ser divididas em 3 subgrupos: as naturais, as sintéticas e as semi-sintéticas. As drogas naturais são extraídas de plantas, animais e/ou minerais, não sendo necessário submetê-las a processos laboratoriais ou à adição de componentes químicos. Tais drogas provocam efeitos alucinógenos em sua forma natural. Exemplos desse tipo de droga são: o ópio, extraído da papoula, a cafeína, extraída do café, a nicotina, presente no tabaco, e a maconha, obtida através das plantas da espécie *Cannabis Sativa.*

Quanto às drogas sintéticas, essas são totalmente produzidas em laboratório, através de processos químicos. Algumas dessas drogas são: anfetaminas, LSD, ecstasy, anabolizantes, inalantes etc.

Já as drogas semi-sintéticas são aquelas obtidas através da combinação de drogas extraídas naturalmente e submetidas a processos químicos de transformação, ou seja, são drogas naturais alteradas em laboratórios. Exemplos desse tipo de droga são o crack, a cocaína, a heroína e a morfina.

Além dessa diferenciação, as drogas podem, ainda, ser classificadas em lícitas e ilícitas. Ao primeiro grupo pertencem aquelas legalmente disponíveis, como remédios, álcool e cigarros. As outras, ilícitas, são substâncias psicoativas, cuja produção e venda e/ou uso são proibidos pela legislação, tais como a maconha, a cocaína e o crack.

Quanto aos efeitos causados pelas drogas, estes podem ser: depressores, estimulantes ou perturbadores, no que se refere à atividade do sistema nervoso central. As drogas depressoras diminuem a atividade do cérebro, deprimindo o seu funcionamento. Por outro lado, as drogas estimulantes afetam o funcionamento do cérebro, aumentando sua atividade. Esse é o efeito causado pela cocaína e pelo crack, por exemplo.

Enquanto as drogas depressoras e estimulantes têm efeito de diminuir e aumentar a atividade do cérebro, as drogas perturbadoras modificam a atividade do mesmo, ou seja, o cérebro passa a funcionar fora do seu estado normal, provocando no indivíduo a sensação de perturbação mental. Tal efeito é causado, por exemplo, pela maconha.

As drogas consideradas no âmbito dessa pesquisa – a cocaína, o crack e a maconha – são caracterizadas do seguinte modo.

A cocaína é considerada semi-sintética, ilícita e estimulante, extraída das folhas da coca (*Erythroxylon* coca) e, quando submetida a processos químicos, torna-se droga. De

acordo com o Centro Brasileiro de Informações Sobre Drogas Psicotrópicas (CEBRID), do Departamento de Psicobiologia da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), a cocaína pode chegar até o consumidor em três formas diferentes:

> ... sob a forma de um sal, o cloridrato de cocaína, o 'pó', 'farinha', 'neve' ou 'branquinha', que é solúvel em água e serve para ser aspirado ('cafungado') ou dissolvido em água para uso intravenoso ('pelos canos', 'baque'), [...] sob a forma de base, o crack, que é pouco solúvel em água, mas que se volatiliza quando aquecida e, portanto, é fumada em 'cachimbos'.
> Também sob a forma base, a merla (mela, mel ou melado), um produto ainda sem refino e muito contaminado com as substâncias utilizadas na extração, é preparada de forma diferente do crack, mas também é fumada (CEBRID, 2003, p. 36).

A cocaína, portanto, apresenta-se na forma de pó, o crack na forma de pedra, e a merla na forma de pasta. Por se apresentarem em aspecto mais consistente, o crack e a merla não podem ser aspirados nem injetados, apenas fumados. Enquanto que a cocaína, por conter menor consistência, na forma de pó, pode ser aspirada e injetada.

Tanto o crack quanto a merla são considerados cocaína, uma vez que extraídos da mesma planta e apenas submetidos a processos diferentes. Assim, todos os efeitos provocados pela cocaína ocorrem da mesma forma com o uso do crack e da merla. O elemento diferencial é a forma de uso. De acordo com o CEBRID (2003, p. 37),

> assim que o crack e a merla são fumados, alcançam o pulmão, que é um órgão intensivamente vascularizado e com grande superfície, levando a uma absorção instantânea. Através do pulmão, cai quase imediatamente na circulação, chegando rapidamente ao cérebro. Com isso, pela via pulmonar, o crack e a merla 'encurtam' o caminho para chegar ao cérebro, surgindo os efeitos da cocaína muito mais rápido do que por outras vias. Em 10 a 15 segundos, os primeiros efeitos já ocorrem, enquanto os efeitos após cheirar o 'pó' surgem após 10 a 15 minutos, e após a injeção, em 3 a 5 minutos. Essa característica faz do crack uma droga 'poderosa' do ponto de vista do usuário, já que o prazer acontece quase instantaneamente após uma 'pipada' (fumada no cachimbo).

No entanto, cabe destacar que a duração dos efeitos do crack é muito rápida, aproximadamente 5 minutos, enquanto que, após injetar ou aspirar cocaína, os efeitos duram de 20 a 45 minutos. Esse tempo de duração dos efeitos faz com que o crack vicie muito mais rapidamente que a cocaína.

A maconha é o nome que recebe no Brasil uma planta de nome científico *Cannabis sativa*. É uma droga natural, perturbadora e ilícita. Em outros países, a maconha recebe outros

nomes, tais como THC (Tetraidrocanabinol), Hashishi, Bangh, Ganja, Diamba, Marijuana e Marihiana.

Até o início do século XX a maconha era utilizada em diversos países para fins medicinais, inclusive no Brasil. No entanto, o seu uso indiscriminado e para outros fins que não os medicinais, levou à proibição de sua utilização.

Quanto à composição da maconha, de acordo com o CEBRID (2003, p. 45):

> o THC (tetraidrocanabinol) é uma substância química fabricada pela própria maconha, sendo o principal responsável pelos efeitos desta. Assim, dependendo da quantidade de THC presente (o que pode variar de acordo com solo, clima, estação do ano, época de colheita, tempo decorrido entre a colheita e o uso), a maconha pode ter potência diferente, isto é, produzir mais ou menos efeitos.

Nesse contexto, conforme o posicionamento do Delegado da Polícia Federal, Antonio Celso dos Santos, em entrevista divulgada no jornal "O Presente", o Paraguai é grande produtor de maconha de qualidade: "os usuários do Brasil preferem a maconha paraguaia até pela qualidade, pois ela tem concentração maior de THC do que a produzida no Brasil" (QUANTIDADE DE MACONHA, 2011, p. 22).

Os moradores da região de fronteira (informantes), ao serem questionados sobre quais drogas predominantemente são ali traficadas, colocaram as seguintes respostas, conforme Figura 12, a seguir.

Figura 12 - Gráfico sobre quais drogas são traficadas

Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

A maioria dos informantes, equivalente a 85%, citou vários tipos de drogas que são traficadas, dentre as quais as mais citadas foram a maconha (7 vezes), a cocaína (7 vezes) e o crack (4 vezes). No entanto, outras drogas também foram citadas, tanto legais quanto ilegais, como heroína, haxixe, lança perfume, analgésicos, balbitúrgicos, êxtase, ácido ou LSD, oxi e o cigarro. Apenas 15% dos informantes não souberam ou não responderam à questão.

Uma vez caracterizadas a cocaína, o crack e a maconha, quanto aos seus efeitos e sua composição, no subitem seguinte será discutido o Lago de Itaipu como território por onde tais drogas ilegais predominantemente transitam.

2.4.2 O Lago de Itaipu: território da atividade ilegal

O tráfico de drogas teve seu aumento na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, principalmente a partir década de 1980, quando há a inclusão do Brasil como rota de trânsito do narcotráfico. Após essa data, o Brasil se tornou uma plataforma de exportação para as organizações do tráfico de drogas colombianas. Essa intensificação da passagem de drogas pelo Brasil ocorre devido ao maior controle de antigas rotas de tráfico, como a do Caribe (STEIMAN, 1995).

Dentro desse contexto, ocorre, em 1982, a formação do Lago de Itaipu por meio do fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Tal fato modificou a estrutura territorial com o encobrimento de antigos limites pelas águas, assim como, também, modificaram-se ao longo do tempo as relações, no espaço e no território.

O Lago de Itaipu é um elemento existente na fronteira que contribui para o tráfico de drogas, pois, como já destacado, a falta de contingente policial suficiente para fiscalizá-lo em toda sua dimensão favorece o desenvolvimento da atividade ilegal.

Sobre esse fator, o jornalista Mauri König (2013)[24] acredita que "... não há um trecho sequer da fronteira entre Brasil e Paraguai que não esteja vulnerável ao tráfico de drogas e armas".

No caso do Lago de Itaipu, König (2013) coloca, ainda, que embora a Polícia Federal utilize de lanchas para monitorar o lago, o efetivo policial é insuficiente, o que cria brechas na fiscalização ao longo do Lago de Itaipu. Tais brechas, de acordo com o jornalista, "... fazem do Paraná a principal rota do tráfico de drogas, armas e munições de todo o Brasil".

[24] GEMELLI, Vanderleia. **Entrevista via e-mail** [mensagem pessoal]. Recebido em 13. Mar. 2013. Concedida pelo jornalista Mauri König, do *Jornal Gazeta do Povo*. Tendo-se que todas as citações referentes a este entrevistado remetem à mesma entrevista e data de sua realização, optou-se por não repetir exaustivamente tais informações, mencionando, apenas, o sobrenome do entrevistado.

No mesmo sentido, o professor Cardin (2013)[25] acredita que o Lago de Itaipu está sendo explorado em toda sua extensão pelo tráfico de drogas. Mas, para além disso, Cardin (2013) menciona que a existência do tráfico de drogas nessa região de fronteira nos revela outras questões.

> O ingresso da comunidade ribeirinha nestes circuitos – sacoleiro e tráfico – e a alta dependência econômica em relação às atividades possibilitadas com o Paraguai denunciam o fracasso de uma proposta de desenvolvimento regional. [...] O problema não é de vigilância ou dos aspectos naturais, mas econômicos.

Para o professor, embora o tráfico de drogas encontre grandes facilidades de se desenvolver sob o Lago de Itaipu devido à sua grande extensão, aliado às dificuldades de fiscalização, essas características não são as únicas responsáveis pelo desenvolvimento da atividade, uma vez que é preciso considerar o seu envolvimento com as questões econômicas.

O aumento do tráfico de drogas na fronteira Brasil/Paraguai e a sua relação com a formação do Lago de Itaipu pode ser captada através do depoimento do Sr. H. C. T., agricultor da região do Lago de Itaipu. Em entrevista ao Jornal Gazeta do Povo, em novembro de 2011[26], referindo-se ao tráfico de drogas e ao contrabando na fronteira, o agricultor diz que "o problema começou a surgir depois da formação do Lago de Itaipu.".

O agricultor coloca, ainda, que o "pacto do silêncio" é uma realidade, ele diz que: "o problema existe sim, mas os produtores não querem falar porque temem pela própria segurança e da família. Preferem ficar quietos.".

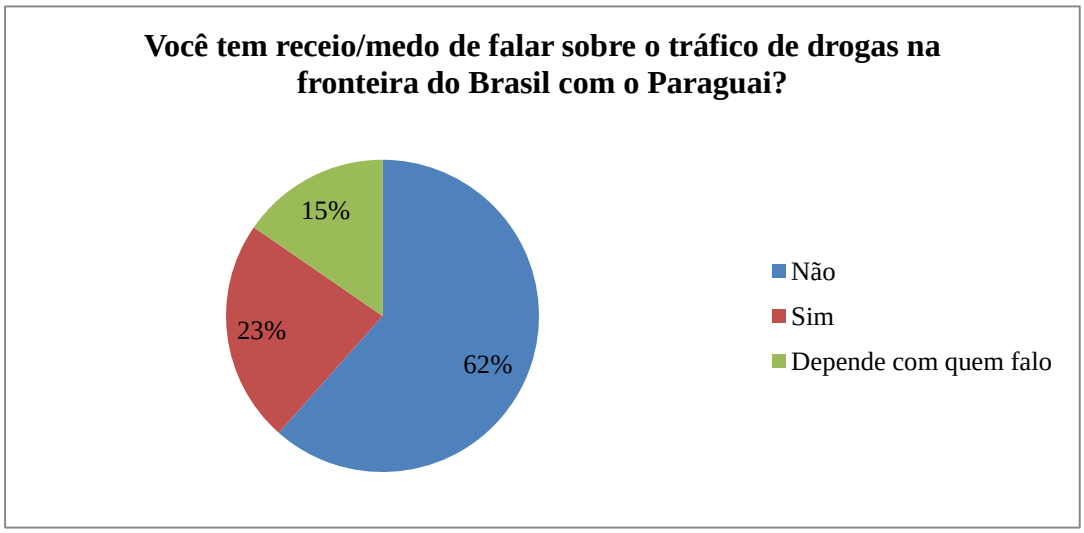
Há, na fronteira, medo por parte de muitas pessoas em falar sobre o assunto, porém, este medo não deve ser generalizado. Em análise aos questionários que foram aplicados a alguns moradores da região de fronteira, obtiveram-se as seguintes porcentagens de respostas, quando questionados sobre o medo ou receio de falar sobre o tráfico de drogas, conforme Figura 13:

---

[25] GEMELLI, Vanderleia. **Entrevista via e-mail** [mensagem pessoal]. Recebido em 20 mar. 2013. Concedida pelo professor Eric Gustavo Cardin, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Toledo. Tendo-se que todas as citações referentes a este entrevistado remetem à mesma entrevista e data de sua realização, optou-se por não repetir exaustivamente tais informações, mencionando, apenas, o sobrenome do entrevistado.

[26] H. C. T. [identidade não revelada]. Entrevista. [S. L.]: 2011. **Jornal Gazeta do Povo,** nov. 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1191486&tit=Crime-recruta-trabalhador-de-municipios-lindeiros> Acesso em: 24 nov. 2011.

Figura 13 - Gráfico sobre o receio/medo de falar sobre o tráfico de drogas



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

Como é possível verificar, mais da metade dos informantes, 62%, responderam que não têm medo de falar sobre o tráfico de drogas, 23% responderam que têm medo e cerca de 15% dos informantes responderam que dependem com quem falam sobre o assunto.

Algumas pessoas não tem clareza sobre o assunto e, por isso, preferem não falar. No mesmo sentido, por se tratar de uma atividade ilegal e muitas vezes atrelada à violência, tal característica gera medo, inibindo as pessoas de falar sobre o tráfico de drogas, temendo represálias. Por outro lado, há muitas pessoas que não temem em falar sobre o assunto, o que aponta para o fato de que o medo não deve ser generalizado.

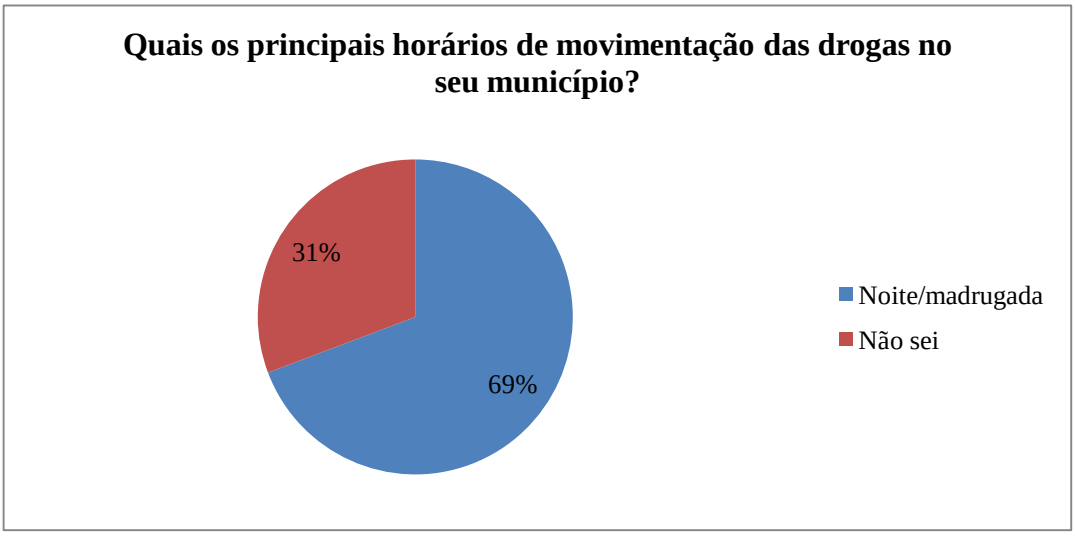
No que se refere ao patrulhamento do lago, de acordo com depoimentos de delegados de Polícia Federal, não é possível fiscalizá-lo durante 24 horas por dia. Ao longo de toda a sua extensão, a quantidade dos portos clandestinos é muito grande, e sua multiplicação funciona como num ciclo: enquanto alguns portos são desmantelados pela Polícia Federal, outros são criados, realimentando a atividade, tornando-se difícil quantificá-los. A seguir, na Figura 14, patrulhamento do Lago de Itaipu realizado pela Polícia Federal.

Figura 14 - Polícia Federal em patrulha ao Lago de Itaipu

Fonte: A saga policial.
Disponível em: <http://www.sagapolicial.com/2010/07/policia-federal-em-acao.html> Acesso em: 20 mar. 2013

Quanto aos principais horários de movimentação das drogas sobre o Lago de Itaipu, de acordo com os questionários aplicados aos moradores da região de fronteira, 69% destes colocaram que a movimentação ocorre principalmente no horário noturno. Os demais informantes, 31%, não sabem quais são os principais horários de movimentação das drogas. Veja-se a Figura 15, na sequência:

Figura 15 - Gráfico sobre horários de movimentação das drogas



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

O Informante 2 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012), por exemplo, coloca que a movimentação, geralmente, ocorre entre 1:00 hora da madrugada e 7:00 horas da manhã. Sob este viés, König (2013) assevera que: “o tráfico de drogas e armas pelo Lago de Itaipu, bem

como o contrabando de mercadorias em geral, se dá à noite. Os grupos criminosos usam barcos a remo ou motor de popa.”.

Conforme Cardin (2013), embora a navegação relacionada ao tráfico de drogas no Lago de Itaipu ocorra 24 horas por dia, essa atividade se intensifica no período da noite. No entanto, o autor menciona, ainda, que não é possível afirmar com precisão os horários em que as drogas são traficadas, devido à diversidade de fatores relacionados, como: articulação dos grupos Paraguai/Brasil, condições climáticas, quantidade de volumes transportados, informações fornecidas pelos olheiros e pela própria polícia etc.

Percebe-se, com base nas entrevistas que, embora não seja possível definir com precisão em quais horários há maior ou menor movimentação de drogas, durante o período noturno há maior predominância da atividade, isto porque na escuridão o risco de a movimentação ser avistada é menor.

Outro questionamento direcionado aos informantes refere-se aos municípios por onde as drogas passam, conforme Quadro 3, a seguir:

Quadro 3 - Municípios com rotas de passagem de drogas[27]

No seu entendimento, quais são os municípios da região de fronteira entre Brasil e Paraguai onde se constituem as principais rotas de passagem de drogas?	
Municípios	**Número de vezes citado**
Foz do Iguaçu	7
Guaíra	6
Mundo Novo	2
Cascavel	1
Ciudad del Este (Paraguai)	1
Marechal Cândido Rondon	1
Mercedes	1
Pato Bragado	1
Santa Helena	1
Toda a fronteira Brasil/Paraguai, com destaque para a região lindeira ao Lago de Itaipu	4

Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

[27] A análise das respostas foi realizada com base no número de vezes que determinados municípios foram citados pelos informantes.

As informações revelam que Foz do Iguaçu e Guaíra foram os mais citados , 7 e 6 vezes respectivamente, seguidos dos demais municípios que constam no referido quadro.

Cabe destacar que todos os municípios citados pelos informantes são lindeiros ao Lago de Itaipu, exceto Ciudad del Este. Desse modo, percebe-se que, embora espectadores de todo esse processo ilícito, tais informantes acompanham os acontecimentos referentes ao tráfico de drogas e são deliberadamente conhecedores de tal situação – de modo que conseguem apontar as cidades que integram o movimento do tráfico – porém, como medida preventiva, preferem manter-se no anonimato, preservar sua identidade e ter um posicionamento passivo em vista de tal situação, inerente à nossa região.

De todos os informantes, três não citaram municípios específicos, colocaram que toda a fronteira Brasil/Paraguai possui rotas de passagem de drogas, com destaque para a região lindeira ao Lago de Itaipu. O Informante 7, por exemplo, disse que: “praticamente todas as cidades têm rotas, principalmente as próximas ao Lago de Itaipu, pois não há muita fiscalização.” (INFORMANTE 7, Guaíra, 27 jan. 2013).

A seleção de entrevistas, notícias, depoimentos e referências teóricas sobre a temática desta pesquisa confirma a premissa inicial de que o Lago de Itaipu favorece ininterruptamente o desenvolvimento da atividade ilegal do tráfico de drogas. Entre a fiscalização policial e a realização da atividade ilícita, está a dimensão do Lago, que se interpõe ao trabalho de policiamento da região. Tal problemática acelera as ações de traficantes que, ao conceberem o tráfico como fonte de renda, envolvem ativa ou passivamente toda a população brasileira e paraguaia residente na região de fronteira.

No próximo capítulo, são discutidos alguns dos principais elementos referentes às redes geográficas ilegais do tráfico de drogas, conforme segue.

CAPÍTULO III - REDES GEOGRÁFICAS ILEGAIS NA FRONTEIRA BRASIL/PARAGUAI

Este capítulo trata de elementos como o domínio e logística espacial das redes do tráfico de drogas, os circuitos em que se inserem, os principais agentes envolvidos no tráfico. Além disso, tais redes são também quantificadas através de dados estatísticos de apreensões e demais informações que permitem tratar da sua espacialização.

No que se refere à atividade criminosa, esta é praticada desde remotos tempos, é tão antiga quanto a própria humanidade. No entanto, essa prática se redefine e se transforma conforme necessário, ou como resultado da própria evolução da sociedade e da busca por novos mercados (CASTELLS, 2003).

Com o advento do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996), caracterizado pela profunda interação entre a ciência e a técnica, determinadas relações e processos encontram suporte para se redefinir e ampliar seu alcance global. Nesse sentido, “os espaços assim requalificados atendem sobretudo a interesses de atores hegemônicos da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes da globalização” (SANTOS, 2005, p. 148).

Nesse meio, agora técnico, científico e informacional, enquanto expressão geográfica da globalização, tem-se, também, a incorporação de elementos novos nos processos já existentes. A configuração em redes da atividade criminosa, por exemplo, é um elemento novo, incorporado recentemente pela atividade.

De acordo com Castells (2003, p. 208):

> ... o crime global, a formação de redes entre poderosas organizações criminosas e seus associados, com actividades partilhadas em todo o planeta, constitui um novo fenômeno que afecta profundamente a economia no âmbito internacional e nacional, a política, a segurança e, em última análise, as sociedades em geral.

Essa ligação em redes pode ser oriunda de diversos processos, como exemplo, pode-se citar a própria globalização que se intensificou a partir do final do século XX. Com outros processos associados a esse primeiro, como a mundialização do capital, as inovações no campo da informática, das telecomunicações, dos transportes, dentre outros, tem-se um crescimento dos fluxos de todas as ordens, seja de informação, de pessoas, de mercadorias, de fluxos financeiros ou de ideias.

O mundo se tornou globalizado, com ligações e conexões maiores entre os diferentes e distantes pontos do globo. Essa é uma das consequências do desenvolvimento do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1996), de profunda interação da ciência e da técnica, o que colabora para a densidade das ligações em redes e, consequente, para a fluidez espacial. Essa realidade de fluidez inspira, também, as atividades criminosas, que passam a se conectar em redes, as quais se aprimoram e se reconfiguram sempre que necessário.

Dentro das atividades criminosas, destaca-se o tráfico de drogas ilícitas na fronteira entre Brasil e Paraguai, sendo que, a partir dessa realidade existente na fronteira, pode-se identificar a formação de redes ilegais que proporcionam condições ao desenvolvimento do tráfico.

A organização em rede do tráfico é a forma operacional da economia ilegal, sendo que, para as diversas fases da atividade ilegal, são necessárias determinadas articulações pelo território. Os processos de cultivo da droga, fases de beneficiamento semi-industrial, circulação, estocagem e distribuição do produto aos mercados necessitam de uma integração horizontal e vertical da cadeia produtiva, uma vez que as regiões produtoras de drogas, como a cocaína, por exemplo, encontram-se em porções territoriais geograficamente distantes das indústrias de insumos químicos, utilizados no beneficiamento dessa droga, e, consequentemente, distantes, também, do mercado consumidor.

Há, portanto, uma organização em rede em diversas escalas e espaços geográficos, a qual é necessária para garantir o funcionamento de cada etapa da atividade, que vai desde o cultivo da droga, até sua distribuição ao mercado consumidor.

De acordo com Machado (2007), a organização em rede deve ser atribuída a três fatores.

> O primeiro é a integração horizontal da cadeia de produtores-mercado, onde as zonas produtoras situam-se em áreas geográficas específicas [...] distantes do mercado global, o que exige uma articulação das operações ....
> O segundo fator é o imperativo de flexibilidade das rotas e corredores de trânsito. Estes são utilizados, abandonados, re-utilizados, devido as mudanças nas estratégias de repressão, à existência ou não de certas garantias no terreno ou à própria forma de controle da rede comercial. ...
> O terceiro fator é corolário do anterior. Parafraseando Giovanni Arrighi, (1995, p.83), a rede de intermediação financeira e comercial controlada pelas firmas e proto-organizações (locais ou transnacionais) ilegais ocupa os lugares, mas não é definida pelos lugares que ocupa. Cada lugar é tão importante quanto qualquer outro para a organização do espaço-de-fluxos através do qual a dispersa comunidade ilegal controla o sistema. Mas nenhum lugar define, por si só, o sistema organizacional do tráfico de drogas e do contrabando (MACHADO, 2007, p. 8-9).

A dispersão espacial das operações e das relações do tráfico é o que o torna articulado em redes e é necessário para o seu funcionamento. E, dentro dessa realidade, a Geografia é um dos elementos essenciais à análise de tais redes.

Além da necessidade da articulação em redes para a realização do tráfico de drogas, outra necessidade imposta àqueles que estão envolvidos com essa atividade é o domínio espacial, como destacado no item que segue.

3.1 O domínio espacial e a logística do tráfico de drogas

O domínio e a logística espacial, associados ao tráfico, constituem-se em elementos essenciais ao êxito o tráfico. As organizações criminosas necessitam conhecer esse espaço onde atuarão, para que possam ser criados "canais de comunicação", os quais farão circular as informações necessárias para garantir que a droga chegue a seu destino, sem ser apreendida.

Os grupos criminosos, portanto, desenham suas estratégias de acordo com seus interesses, considerando, para tanto, as características dos lugares, bem como sua população, pois é o domínio sobre estes que pode garantir conexões a nível local, essencial para o escoamento da droga.

De acordo com Machado (2007),

> ao contrário das organizações legítimas, o negócio ilegal exige integrar a visão *desde baixo*, pelo motivo óbvio de estar sujeito a uma maior exposição ao risco no terreno. A exploração, e eventual êxito, dos negócios ilegais são fortemente dependentes de conexões locais, tendo em vista que operam com complexas e instáveis redes de informação e comunicação (MACHADO, 2007, p.4 grifo do autor).

Ter o domínio do terreno, bem como aliciar a população que nele vive, assegura a flexibilidade das rotas de tráfico e a diminuição dos riscos de apreensão e de intervenção pelos órgãos de segurança na atividade ilegal.

O conhecimento e domínio do espaço, através do estabelecimento de relações de poder, é uma característica essencial da atividade ilegal do tráfico de drogas. Tal realidade ratifica a máxima de Yves Lacoste, em seu livro "A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra" (1989, p.189), no qual diz que é preciso "saber pensar o espaço para saber nele se organizar, para saber ali combater."

Além da fronteira brasileira com o Paraguai ser a região de fronteira mais dinâmica do Brasil, com maior número de fluxos de todas as ordens, esta é, também, uma das fronteiras

mais vulneráveis à entrada de drogas ilícitas e mercadorias contrabandeadas, oriundas, principalmente, do Paraguai, ou de outros países.

Durante entrevista com o Delegado de Polícia Federal da Delegacia de Foz do Iguaçu, Guilherme Monseff de Biagi**,** ao ser indagado quanto à origem das drogas apreendidas no Brasil, o mesmo destacou que: "do Paraguai vem a maconha, sendo este país também rota da cocaína e crack dos países andinos[28]."

O delegado da Delegacia de Cascavel, Rivaldo Venâncio, também durante entrevista[29], explica essa logística da passagem de drogas não produzidas no Paraguai com destino ao Brasil, como é o caso da cocaína e do crack. De acordo com o mesmo, essa escolha se dá devido à "facilidade de entrar no Brasil pela fronteira com o Paraguai". O lago representa um atrativo para os traficantes, pois se torna inviável patrulhá-lo ininterruptamente, considerando a quantidade de policiais federais à disposição.

Como mostra a reportagem veiculada pelo *The New York Times*, traduzida por George El Khouri Andolfato, e publicada no Portal Vermelho[30], o Brasil é o segundo maior consumidor mundial de cocaína, ficando atrás somente dos Estados Unidos. De acordo com a notícia:

> o aumento no uso da droga é alimentado por fronteiras porosas, dificuldades econômicas e, mais recentemente, pela eliminação das restrições ao cultivo da coca na vizinha Bolívia, desde que o presidente Evo Morales assumiu o governo em 2006. O resultado foi a democratização da cocaína nesta parte da América do Sul, que se tornou uma área de despejo de cocaína mais barata, de qualidade inferior.

Quanto ao destino das drogas traficadas nessa região de fronteira, o delegado Guilherme Monseff de Biagi ressalta, ainda, que o Brasil, além de ser destino dessas drogas, muitas vezes serve também de rota:

> há drogas que vão também para outros países passando pelo Brasil, principalmente Europa e EUA, sendo que as principais drogas traficadas

[28] GEMELLI, Vanderleia. **Entrevista.** Concedida em 13. Mar. 2012 pelo Delegado de Polícia Federal Guilherme Monseff de Biagi, da Delegacia de Foz do Iguaçu. Tendo-se que todas as citações referentes a este entrevistado remetem à mesma entrevista e data de sua realização, optou-se por não repetir exaustivamente tais informações, mencionando, apenas, o nome completo do entrevistado.

[29] GEMELLI, Vanderleia. **Entrevista.** Concedida em 5. Mar. 2012 pelo Delegado de Polícia Federal Rivaldo Venâncio, da Delegacia de Cascavel. Tendo-se que todas as citações referentes a este entrevistado remetem à mesma entrevista e data de sua realização, optou-se por não repetir exaustivamente tais informações, mencionando, apenas, o nome completo do entrevistado.

[30] NYT. enxurrada de cocaína invade Brasil e Argentina. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=30928&id_secao=3> Acesso em: 18 fev. 2012.

> nesses casos são a cocaína e o crack, por serem mais lucrativas não necessitando ser traficadas em grande quantidade. A maconha, em geral, permanece no Brasil, pois seria necessário levá-la em grande quantidade aos outros países para obter lucro, o que se torna inviável.

A droga que entra no Brasil com destino aos países Europeus e aos EUA, faz esse caminho como necessidade estratégica, objetivando desmascarar sua origem. Conforme explica um dos delegados de Guaíra, Ricardo Cubas César, "a droga é levada para outros países principalmente pelos aeroportos, em pequenas quantidades, ou pelos portos, em navios[31]."

A estratégia parte do pressuposto de que a fiscalização, nos portos e aeroportos brasileiros, é menor que nos países produtores de cocaína e crack, ou seja, a suspeita da possibilidade de indivíduos transportando drogas e/ou cargas da mesma, é maior nos portos e aeroportos dos países produtores da droga. Traficá-la pelo Brasil é uma forma de despistar a fiscalização.

Nesse mesmo sentido, em reportagem divulgada no jornal "O Presente"[32], o delegado Antonio Celso dos Santos ressalta que

> o Paraguai é o produtor de maconha e tem se tornado rota de passagem de cocaína, que vem da Colômbia, Bolívia e outros países, diz o delegado. "Estão usando muito o Paraguai como passagem de cocaína e drogas derivadas como o crack, para o território brasileiro, até pela posição geográfica. Eles aproveitam a vasta fronteira seca com o Paraguai e atravessam a droga para o Brasil. Hoje, talvez o Paraguai esteja se tornando uma das principais rotas de passagem de drogas da América do Sul para o Brasil" (QUANTIDADE DE MACONHA, 2011, p. 23).

A passagem da droga pelo Brasil representa o alto grau de conhecimento do terreno, bem como a organização e logística espacial como elementos fundamentais para o êxito dos traficantes.

O tráfico de drogas ilícitas é uma atividade que cresce exponencialmente em todo o mundo, devido entre outros fatores, pelos grandes lucros que proporciona. E é justamente pela grande lucratividade que apresenta que essa atividade sempre encontra formas de se realimentar e fortalecer.

---

[31]GEMELLI, Vanderleia. **Entrevista.** Concedida em 20. Mar. 2012 pelo Delegado de Polícia Federal Ricardo Cubas César, da Delegacia de Guaíra. Tendo-se que todas as citações referentes a este entrevistado remetem à mesma entrevista e data de sua realização, optou-se por não repetir exaustivamente tais informações, mencionando, apenas, o nome completo do entrevistado.

[32] Edição de 22 dez. 2011

Machado (2010, p. 103) diz que “a Guerra às Drogas é uma luta inglória, e é um fracasso diante das expectativas e dos recursos investidos em seu combate ....” Para defender sua afirmativa, a autora expõe alguns argumentos que explicam a razão do fracasso na “Guerra às Drogas”, conforme segue.

O primeiro argumento diz respeito aos “lucros elevados da economia das drogas ilícitas (MACHADO, 2010, p. 103)”, já identificado previamente. A sua grande lucratividade sempre fará com que seus mentores encontrem formas que garantam sua continuidade. O não pagamento de impostos é uma das principais vantagens dos produtos ilícitos, que lhe garante ainda maior lucratividade, sendo que, também, representa a perda de controle dessa atividade por parte do Estado.

Outro argumento apresentado por Machado (2010, p. 104) se refere à “capacidade e rapidez de adaptação das redes de tráfico à repressão.” Por mais que a repressão se intensifique, as redes de tráfico sempre encontram formas de escapar ao cerco. A cada rota descoberta, ou porto clandestino desmantelado, outras rotas e portos são criados, quando os antigos não são retomados.

As informações empíricas obtidas *in loco*, através das entrevistas com agentes da área de estudo, possibilitou confirmar as análises teóricas empreendidas. Quanto à flexibilidade das rotas, o delegado de Foz do Iguaçu Guilherme Monseff de Biagi destaca que, “quando apertasse a fiscalização na fronteira paranaense o tráfico deslocasse para a fronteira com o Mato Grosso do Sul.” Ou seja, o aumento da repressão, por parte da Polícia Federal, faz com que as redes de tráfico encontrem formas de escapar ao cerco.

Além disso, ainda de acordo com Machado (2010), o tráfico é assessorado, também, por redes de informação sobre o território em que atuam e sobre a atuação dos órgãos encarregados da repressão.

O recebimento de informações sobre a atuação dos órgãos de repressão, por exemplo, pode ser observado na região em estudo. Recentemente, a Operação Láparos[33] confirmou o envolvimento de policiais militares e civis no favorecimento de quadrilhas de atuação na fronteira. Tais policiais passavam informações sobre as ações da Polícia Federal com relação ao contrabando e tráfico, ação essa que possibilitava uma livre circulação da droga, sem o risco de ser apreendida.

Assim, o conhecimento do terreno, bem como das ações de repressão e o grande poder de corrupção, aliado dessa atividade, explicam, em parte, o êxito das redes formadas pelo

[33] Realizada em novembro de 2011 pela Polícia Federal, a nível nacional.

tráfico de drogas. Novamente, sobressaem-se elementos geográficos, tais como o conhecimento do lugar/espaço e as relações de poder que formam o território dos traficantes.

Dentro dessa capacidade de adaptação das redes de tráfico à repressão, cabe salientar, ainda, que o tráfico se utiliza de redes de circulação multimodais, ou seja, uma combinação de diferentes tipos de transportes para auxiliar o tráfico, como, também, a utilização de vias de circulação de outras atividades ilegais, tais como o contrabando de mercadorias. Tal fato demonstra o caráter empreendedor das redes de tráfico, as quais buscam sempre aprimorar a logística da economia ilegal, além do que a circulação multimodal dificulta ainda mais o controle e a fiscalização por parte dos órgãos de segurança.

Dando continuidade aos argumentos apontados por Machado (2010, p. 104) que explicam a razão do fracasso na guerra às drogas, o último argumento diz respeito à "ilegalidade e benefícios colaterais". Um desses benefícios, proporcionados pela ilegalidade, é a possibilidade de renda extra para muitas famílias pobres, principalmente de agricultores que trabalham tanto na produção, como no transporte da droga.

É comum faltar mão de obra no campo em atividades agrícolas, devido ao fato de que muitos agricultores e filhos julgam ser muito mais compensatório trabalhar na atividade ilegal, na qual a lucratividade atinge, em geral, o dobro do que se ganha pelo trabalho no campo. O risco é grande, mas o lucro é muito maior.

A dificuldade financeira é um dos fatores que atrai indivíduos para trabalhar no tráfico de drogas, conforme destaca o delegado de Cascavel, Rivaldo Venâncio: "quem transporta a droga, chamados de "mulas", são principalmente pessoas desempregadas e\ou com problemas financeiros, que vêem no transporte da droga a possibilidade de melhorar de vida".

Além disso, a ilegalidade pode sustentar vários outros serviços legais como, por exemplo, o transporte por motoqueiros e caminhoneiros, casas de comércio, escritórios de advocacia, de contabilidade, bancos, casas de câmbio, dentre outros. Tais serviços legítimos podem ser atraídos a se instalar em regiões onde a atividade ilícita desenvolve papel considerável na esfera local/regional. Nesse aspecto, Machado (2007) menciona que,

> embora não conclusivos, pesquisas de campo realizadas no Oeste da Amazônia e na zona de fronteira internacional do Brasil indicaram que não só bancos, mas companhias aéreas, de transporte e comunicação, comércio importador-exportador, comércio de combustíveis, unidades de beneficiamento de calcário e indústrias químicas são setores da economia legal atraídos pela demanda criada nos principais nódulos da rede de trânsito de droga, em geral coincidente com as cidades (MACHADO, 2007, p. 17-18).

Esta pesquisa não tem por finalidade investigar a atração de serviços legais para a área em estudo em virtude da atividade ilegal ali existente, porém, é possível pressupor, por exemplo, que muitos motoqueiros (moto-táxis) e caminhoneiros obtêm renda extra transportando drogas.

Os elementos até aqui explanados se constituem em características que garantem o êxito e a continuidade da atividade ilegal do tráfico, a despeito das ações de contenção. Outro elemento peculiar é a distinção em circuitos da atividade ilegal, conforme análise a seguir.

3.2 Circuitos superior e inferior do tráfico de drogas

Para além das características até o momento destacadas, ao analisar a atividade do tráfico de drogas, é possível dividi-los em circuitos.

É Machado (2007) que traz esse novo elemento para discussão referente às redes ilegais da produção e comercialização de drogas. A autora fala da "... distinção ente os circuitos superiores e inferiores de inserção no tráfico de drogas [...], à semelhança dos dois circuitos da economia urbana propostos por Milton Santos (1979, p.13)".

Sobre a relação entre ambos circuitos, Arroyo (2008) coloca que

> à margem dos circuitos oficiais, uma multiplicidade de atores econômicos de porte modesto preenche os interstícios dos grandes negócios, preservando o espaço urbano como um território de cultura, vida e liberdade – uma resposta à segregação social da metrópole capitalista.[34]

Tal relação também pode ser verificada no grande negócio do tráfico de drogas, em que atores econômicos de porte modesto possuem considerável importância nos interstícios da atividade ilegal. Esses atores econômicos são representados por indivíduos que transportam a drogas em pequenas quantidades pelo território.

No que se refere ao circuito superior das drogas, assim como nos circuitos da economia urbana, este "... engloba os níveis decisórios das organizações e proto-organizações que criam, operam e administram negócios ilegais voltados para o mercado *internacional*" (MACHADO, 2007, p.13 – grifo do autor). Nesse circuito estão presentes os "chefes" do narcotráfico, capazes de coordenar a produção e movimentação da droga em operações de ampla escala, sendo que é representado, também, ainda conforme Machado (2007, p. 13), por "... indivíduos e/ou firmas de capitais comerciais, industriais e financeiros externos à região produtora, prontos a financiar produtores rurais e laboratórios de processamento".

---

[34] ARROYO, Mônica. **A economia invisível dos pequenos.** (2008). Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283> Acesso em: 13 abr. 2011.

Dentro desse circuito estão distribuídas a coordenação de atividades de financiamento, compra, estocagem, transporte, segurança, distribuição e, por consequência, a criação de redes transnacionais de lavagem de dinheiro. Nas zonas de produção da droga, o circuito superior se faz presente por meio do financiamento dos produtores rurais através de indivíduos ou firmas vindos de outras partes que não a região produtora.

Por outro lado, os circuitos inferiores do tráfico de drogas ilícitas congregam aqueles indivíduos que estão envolvidos diretamente no cultivo da droga, sendo, também, responsáveis pelo transporte e circulação do produto pelas redes ilegais. Tal circuito possui assim, uma amplitude geográfica mais localizada.

No Quadro 4, é possível visualizar as principais diferenças entre os circuitos, superior e inferior.

Quadro 4 - Diferenças entre circuitos do tráfico de drogas

Circuito superior	Circuito inferior
Coordena atividades em ampla escala, de nível global	Engloba atividades em escala local, de nível restrito
Lucratividade maior por indivíduo	Lucratividade menor por indivíduo
Envolve menor número de indivíduos	Envolve maior número de indivíduos

Elaboração: Vanderleia Gemelli.

Destarte, conforme Arroyo (2008)[35], os circuitos da economia urbana "envolvem atividades e agentes com diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia". Na mesma medida, esses elementos podem ser verificados nos circuitos do tráfico de drogas.

Nesse sentido, de acordo com as características e a abrangência dos circuitos superior e inferior do tráfico, conclui-se que determinadas porções do território podem ser alcançadas por uma ou várias fases de ambos os circuitos.

Nas regiões produtoras de drogas, por exemplo, tem-se a presença dos investimentos destinados à produção da droga, representados pelo capital financeiro oriundo do circuito superior. No entanto, há, também, nessas mesmas regiões, a presença do circuito inferior representado pelos pequenos agricultores que trabalham no plantio e cultivo da droga. Numa mesma porção do território há, portanto, a presença de ambos os circuitos.

[35]ARROYO, Mônica. **A economia invisível dos pequenos.** (2008). Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283> Acesso em: 13 abr. 2011.

Analisando-se todo o espaço em que se desenvolve o tráfico de drogas, desde sua produção até o consumidor final, percebe-se a correlação entre os circuitos espaciais da produção que envolve diferentes fases do processo produtivo, desde a produção propriamente dita, até a distribuição, a comercialização e o consumo da droga.

A distribuição dessas diferentes fases do processo produtivo pelo território permite analisar a atividade do tráfico de drogas através da divisão internacional do trabalho.

Em alguns departamentos do Paraguai se desenvolve a fase de produção da maconha. Posterior à produção, tal droga é distribuída e transportada em pequenas ou grandes quantidades, desde estes departamentos até pontos pré-estabelecidos nos portos clandestinos localizados na fronteira paraguaia ou brasileira. Da fronteira a droga é transportada ainda para determinados pontos de distribuição, podendo estes ser localizados em cidades ou distritos de cidades próximos à fronteira ou, ainda, em outros centros urbanos distantes da fronteira. Após essa distribuição, a droga é, então, comercializada nessas cidades e consumida.

O município de Cascavel, por exemplo, é um dos centros de distribuição de drogas próximo à fronteira. Em operação policial realizada em novembro de 2012, a Polícia Federal desarticulou um grandioso esquema de tráfico de drogas comandado por uma família de Cascavel. De acordo com notícia[36] divulgada pela Gazeta do Povo, e conforme a Polícia Federal, a família de traficantes distribuía drogas para os grandes centros urbanos do Brasil.

Outro exemplo de centro de distribuição de drogas, porém em centros urbanos distantes da fronteira, consta em notícia[37] divulgada em abril de 2013 por mídia eletrônica. Nesse caso, policiais federais da Delegacia de Repressão de Entorpecentes apreenderam, no dia 18 de abril de 2013, 528 quilos de maconha prensada, em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. A droga apreendida teria como destino a capital do estado, Recife, de onde seria distribuída e comercializada em pontos de venda da região metropolitana do Recife.

Ainda no que se refere à produção da droga, de acordo com Arroyo (2008):

> existem circuitos espaciais da produção extremadamente dispersos, e outros altamente concentrados no território. Há circuitos totalmente extrovertidos, vinculados ao mercado externo e, portanto, muito influenciados por uma lógica mundial, enquanto outros começam e terminam num único sub-espaço, que vai desde a produção até o consumo no mesmo distrito de uma cidade. A escala geográfica de ação dos diferentes circuitos constitui um

[36] FAMÍLIA DE CASCAVEL vendia drogas para o PCC e Comando Vermelho. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1323543&tit=Familia-de-Cascavel-vendia-drogas--para-o-PCC-e-Comando-Vermelho> Acesso em: 23 abr. 2013.

[37] POLÍCIA FEDERAL realiza maior apreensão de maconha do ano no recife. Disponível em: <http://www.caigatoda.com.br/noticias-intro/283/pol-cia-federal-realiza-maior-apreens-o-de-maconha-do-ano-n0-recife> Acesso em: 23 abr. 2013.

> princípio de organização espacial, criando um tecido cuja forma, extensão e complexidade estão mudando permanentemente.[38]

Assim, no que se refere aos circuitos espaciais da produção da droga, estes estão amplamente dispersos pelo território, sendo que abrangem escalas a nível transnacional, para além das fronteiras internacionais.

No que diz respeito ao transporte e circulação da droga, vinculados ao circuito inferior, Machado (2007) ressalta que

> na esfera da circulação [...] os indivíduos envolvidos não são necessariamente criminosos especializados: vinculam-se ao comércio ilegal para obter fundos para sua principal atividade (formal ou informal), ou para suplementarem baixos ingressos. A distinção é especialmente importante em países de trânsito como o Brasil, onde encontramos nessas categorias, motoristas de caminhões e táxi, pilotos, proprietários rurais, e mesmo posseiros, que podem alugar suas terras para armazenamento de drogas ou precursores químicos. Também podem ser englobados no circuito inferior de tráfico, os indivíduos que transportam pequenas quantidades de droga (‘mulas’), roubam veículos pra trocar por droga, circulam mensagens etc. (MACHADO, 2007, p. 111).

De acordo com as entrevistas realizadas com os delegados de Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra, estes colocaram que, em geral, são apreendidos mais indivíduos envolvidos somente com o transporte da droga, ou seja, “mulas”, do que os reais donos da droga. Nesse sentido, o delegado de Cascavel, Rivaldo Venâncio ressalta que

> prender apenas quem transporta a droga é importante, mas não resolve em nada o problema do tráfico, uma vez que os “mulas” não são os donos da droga. Daí a necessidade de uma forte Base de Inteligência[39], para poder chegar até os donos da droga.

Também nesse sentido, o delegado de Foz Guilherme Monseff de Biagi (2012) coloca que:

> a logística do transporte da droga dificulta a ação policial. Muitas vezes os “mulas” que são apreendidos não sabem o caminho que a droga fez até chegar a eles, assim não é possível chegar até o dono da droga.

[38]ARROYO, Mônica. **A economia invisível dos pequenos.** (2008). Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283> Acesso em 13 abr 2011.

[39] A polícia federal possui um departamento chamado Base de Inteligência, onde ocorre o trabalho policial não ostensivo. Nesse departamento são realizadas investigações a partir de informações coletadas pela polícia federal, que permitem ações como: descobrir quem são os donos da droga traficada, qual é a origem e destino da droga, dentre outras.

Uma das estratégias, portanto, dos traficantes, donos da droga, é contratar vários "mulas" ao longo do percurso que a droga terá de percorrer, sendo que nenhum desses tem informações da procedência da droga. Essa estratégia dificulta que a identidade do dono da droga seja revelada.

Ainda no que se refere aos circuitos da economia da droga, cabe destacar que ambos se complementam, sendo um necessário para a existência e sobrevivência do outro. Quanto às diferenças entre ambos, percebe-se que, embora o circuito superior das drogas apresente uma lucratividade exponencialmente maior, envolve um número muito menor de indivíduos, enquanto que o circuito inferior, embora agregue um maior número de pessoas, apresenta uma rentabilidade menor por indivíduo.

Enquanto o circuito superior das drogas coordena atividades em ampla escala, de nível global, envolvendo grandes somas de dinheiro, o circuito inferior engloba atividades de nível restrito, em escala local, envolvendo pequenas somas se comparadas às do outro circuito.

No que se refere à predominância de ambos, defini-las se torna relativo, pois depende da localização geográfica a que está se referindo, pois existem as regiões produtoras, as de transporte e circulação, e as receptoras de drogas.

Ao analisar, portanto, o circuito superior e inferior do tráfico de drogas, bem como as diferentes esferas da produção a estes vinculados, percebe-se a formação da extensa rede do tráfico de drogas, em que as cidades são os "nós" dessa rede.

Tal percepção é ratificada pelo pensamento de Arroyo (2008) quando diz que: "é na encruzilhada da circulação, das redes e dos fluxos que as cidades crescem, na medida em que conseguem ser ponto de confluência de diversos circuitos produtivos" (ARROYO, 2008).[40]

Apresentados os circuitos do tráfico de drogas, o item a seguir traz os principais agentes que estão envolvidos na atividade.

3.3 Os principais agentes do tráfico de drogas

Este subitem procura trazer para a discussão alguns elementos referentes aos agentes envolvidos no tráfico de drogas, quer na produção da droga, na distribuição, na coordenação das atividades, no consumo ou na repressão da mesma.

Os agentes envolvidos compreendem: os produtores rurais que trabalham no plantio e processamento da droga; os indivíduos que transportam a droga, desde pequenas quantidades

[40]ARROYO, Mônica. **A economia invisível dos pequenos.** (2008). Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283> Acesso em 13 abr 2011.

até grandes volumes; os grandes chefes do tráfico, que são aqueles indivíduos que coordenam a logística da atividade e que ficam com a maior parte dos lucros obtidos ao final do processo; os consumidores de drogas, que alimentam o tráfico de drogas e os agentes componentes dos órgãos encarregados da repressão à atividade ilícita. São esses agentes que compõem todas as fases ligadas ao tráfico de drogas, os quais possuem, portanto, determinada ligação.

Quanto aos produtores da droga, esses em geral constituem-se de trabalhadores rurais que, para suplementar os baixos lucros obtidos com a atividade agrícola que até então desenvolviam, cultivam drogas, visto que esta lhe garante melhores condições de vida.

A pobreza existente nas regiões produtoras de drogas, bem como a falta de políticas de desenvolvimento econômico e social, através do incentivo de cultivos alternativos e de melhoria de renda da população, são alguns dos motivos que levam os produtores rurais a entrar para o cultivo ilegal de drogas.

No entanto, apesar da obtenção da maior lucratividade através do cultivo de drogas em detrimento de outras atividades agrícolas, cabe destacar que, para os produtores rurais é reservada uma parcela irrisória nos lucros gerais obtidos. De acordo com Kopp (1998 apud JANSEN, 2007, s/d)[41]:

> cerca de 90% das receitas do tráfico vão para os bancos e são lavados no sistema financeiro internacional. Os 10% restantes são repatriados aos países produtores e, são divididos entre os traficantes. A rentabilidade da droga é estimada em cerca de 3000% enquanto que os camponeses ficam com apenas 0,1% do volume final dos negócios.

Na região de fronteira em estudo, têm-se, próximo à porção de fronteira do Paraguai, inúmeras plantações de maconha, as quais constituem um desafio aos órgãos de combate e repressão ao cultivo, refino e tráfico dessa droga. Segundo dados da Secretaria Nacional AntiDrogas do Paraguai (SENAD), no ano de 2010 foram destruídos 1.001,5 hectares de plantações da droga.

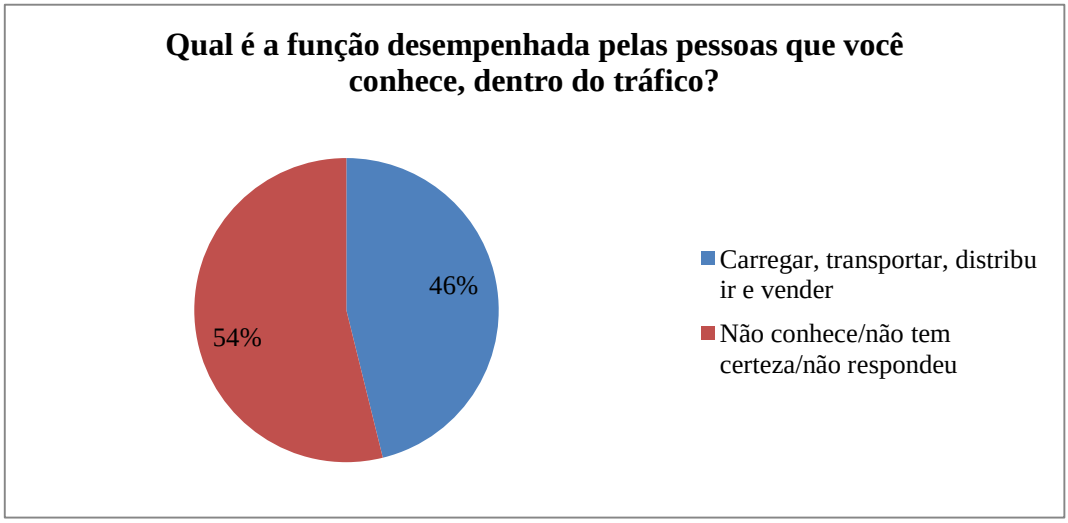
Quanto aos indivíduos que transportam a droga, por pequenas ou longas distâncias, esses, em geral, também o fazem objetivando uma maior obtenção de lucros.

Nos questionários aplicados aos moradores da região de fronteira, 46% dos entrevistados respondeu que as principais funções desempenhadas pelas pessoas que estes conhecem dentro do tráfico são de carregar, transportar, distribuir e vender drogas, conforme

[41] Disponível em: <http://www.urutagua.uem.br/012/12jansen.htm> Acesso em: 29 ago. 2012.

Figura 16, a seguir, sendo que este trabalho é feito com pequena ou grande quantidade de drogas.

Figura 16 - Gráfico sobre funções no tráfico



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

Os outros 54% dos entrevistados não conhece, não tem certeza acerca das táticas utilizadas ou não respondeu a questão.

O Informante 3 (Foz do Iguaçu, 20 nov. 2012) colocou como uma função desempenhada dentro do tráfico de drogas, "... serviços de entrega feitos por moto-taxi. Esse realmente é um luxo. Você liga e os caras entregam, simples assim, sem precisar se arriscar na boca nem nada."

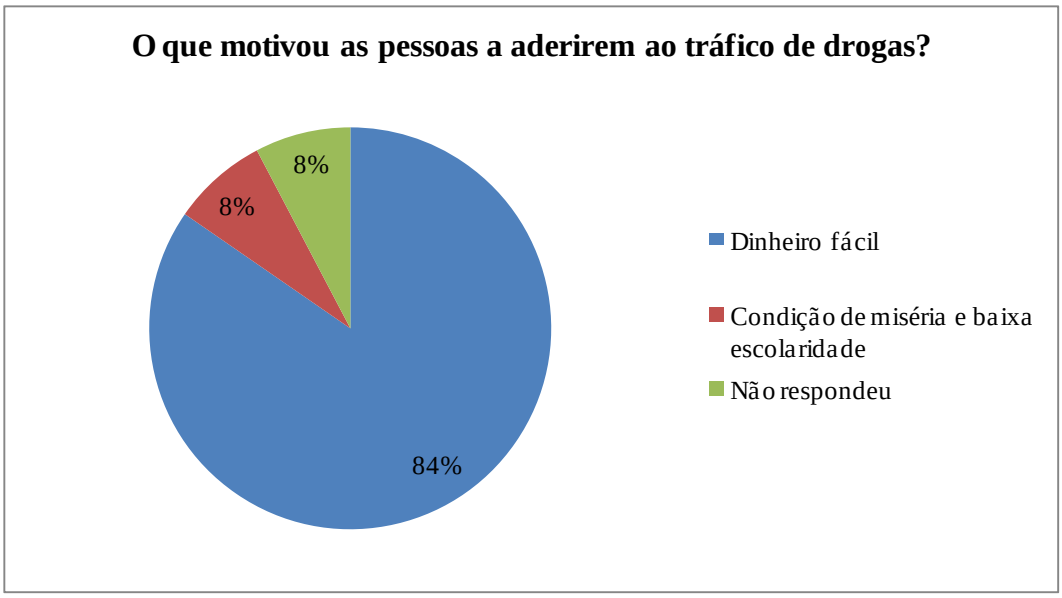
De acordo com investigação e levantamento de notícias de apreensões de drogas, veiculadas por jornais digitais de ampla circulação, pôde-se contatar que os indivíduos que transportam a droga na fronteira Brasil/Paraguai possuem diversas origens. Os principais casos são de: paraguaios que levam a droga para os grandes centros urbanos brasileiros; indivíduos de outras nacionalidades (venezuelanos, colombianos etc.) que transportam a droga do Paraguai, passando pelo Brasil, com destino a outros países; brasileiros vindos de diversas regiões brasileiras que não a região de fronteira, que obtêm a droga em Foz do Iguaçu ou no Paraguai e a levam para os grandes centros urbanos brasileiros e indivíduos que moram na região de fronteira ou próximo a esta, e transportam a droga obtida em Foz do Iguaçu ou no Paraguai, para centros urbanos próximos à fronteira ou para os grandes centros urbanos do Brasil.

Conforme entrevistas com os Delegados de Polícia Federal das delegacias brasileiras da região de fronteira, prendem-se indivíduos que transportam droga de variadas origens e

pelos mais variados motivos. Há pessoas que buscam uma renda extra para o sustento da família, há indivíduos, em geral jovens, que trabalham no tráfico para poder comprar um tênis ou uma roupa de marca, e há, também. aqueles que fazem do tráfico de drogas um negócio.

Os motivos que levam determinados indivíduos a aderirem ao tráfico de drogas são variados. Em resposta aos questionários repassados aos moradores da região de fronteira, o "dinheiro fácil" é apontado por 84% dos informantes como o principal motivo que leva determinados indivíduos a aderirem ao tráfico de drogas, conforme Figura 17, a seguir:

Figura 17 - Gráfico sobre motivos da adesão ao tráfico



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

O Informante 10 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012) diz que: "o fato de que recebem muito dinheiro em um curto período de tempo, por exemplo, R$150,00 (cento e cinquenta reais) por noite para ajudar carregar um caminhão", é um dos principais atrativos para aderir ao tráfico de drogas.

Por outro lado, o Informante 1 (Guaíra, 27 jan. de 2013) colocou que acredita que "... aqueles que atuam no tráfico em atividades mais perigosas, são aqueles com baixa escolaridade e baixa perspectiva de vida, que vivem em condição de miséria." Tal entrevistado não menciona a possibilidade de obtenção de "dinheiro fácil" como principal motivo, e sim as difíceis condições de vida como principal fator que leva indivíduos a aderirem ao tráfico de drogas.

Apenas 8% dos entrevistados não responderam à questão.

Complementando essa questão, o Informante 1 (Guaíra, 27 jan. 2013) afirma que:

> pessoas envolvidas com o tráfico de drogas são de diferentes classes sociais. A condição de pobreza e miséria é fundamental para territorialização do tráfico de drogas. Pessoas que precisam vender sua força de trabalho para garantir sua sobrevivência em um país onde as condições de emprego e renda são extremamente precárias. Desempenham atividades mais perigosas, correndo risco de vida e vivem em condições desumanas.

Para o Informante 1 (Guaíra, 27 jan. 2013), a condição de pobreza vivida pela população é o elemento essencial que permite ao tráfico de drogas fortalecer-se em determinado espaço.

Também nesse sentido, o Informante 6 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012) opinou que as questões sociais que envolvem o problema do tráfico de drogas não devem ser ignoradas:

> os envolvidos com as drogas necessariamente não são os que carecem de recursos financeiros. A demanda por drogas advêm na maioria de carências ligadas a educação e afetividade. Os jovens de nossa sociedade carecem de maiores atenções para um desenvolvimento integrado com a família e a sociedade.

Tal informante destacou, ainda, a necessidade de políticas sociais que estimulem os jovens a desenvolverem suas habilidades, o que poderia lhes garantir condições de vida mais dignas.

No entanto, mesmo que indiretamente, a condição de pobreza fortalece tanto as redes de trânsito das drogas, que leva indivíduos a aderirem a atividades do transporte de drogas, como, também, tal condição leva ao fortalecimento do consumo, visto por muitos usuários como uma "válvula de escape" dos problemas enfrentados em função de sua condição social de pobreza.

Assim, também no entendimento do Delegado da Policia Federal de Cascavel, Rivaldo Venâncio: "Quem transporta a droga ("mulas") são, principalmente, pessoas desempregadas e\ou com problemas financeiros, que vêem no transporte da droga a possibilidade de melhorar de vida."

No entanto, Fraga (2000, p. 103) destaca que: "aliciamento de jovens pelo tráfico não ocorre de forma aleatória, mas sim em um contexto de crise de referências de instituições regulares, como a família e a escola, e de paradigmas.".

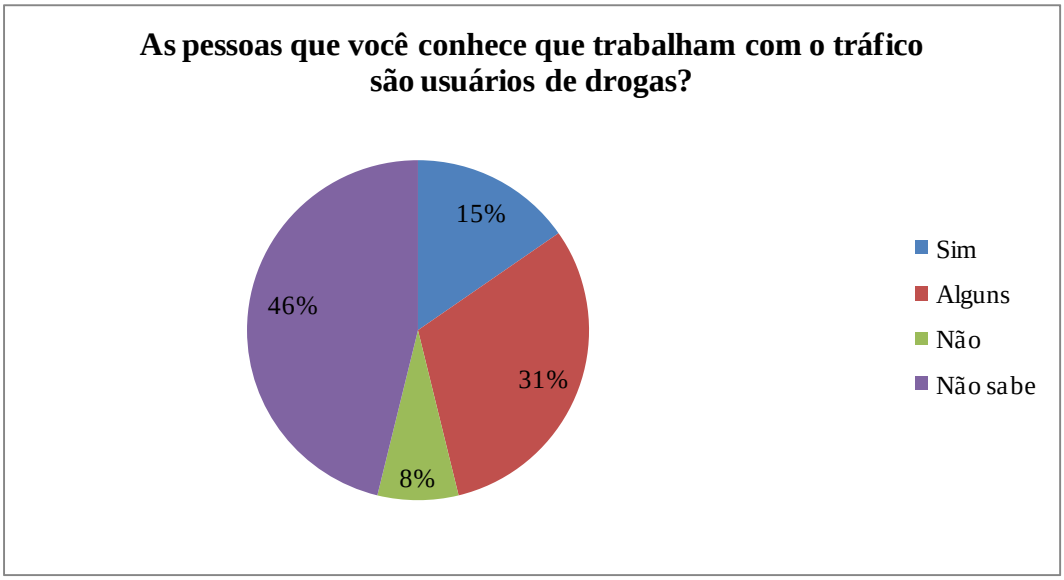
Para o autor, o recrutamento de jovens para o trabalho na atividade ilegal na atualidade se dá com base nas mudanças pelas quais passou a sociedade, as quais ocasionaram alterações nos valores familiares, no negligenciamento da escola e da educação, e nas mudanças de

paradigmas. Todos esses fatores relacionados, aliados aos problemas sociais enfrentados pela sociedade, encurralam muitos jovens a encontrar no tráfico de drogas uma atividade na qual são aceitos, e que se apresenta atraente às suas necessidades.

Novamente, a utilização pelo narcotráfico de jovens como transportadores ou vendedores de drogas se relaciona, paradoxalmente, entre outros elementos, na necessidade que crianças e jovens pobres sempre tiveram de trabalhar para complementar a renda familiar (FRAGA, 2000, p, 102).

Outro questionamento direcionado aos moradores da região de fronteira, relacionado aos agentes que transportam drogas, buscou apreender se essas pessoas que trabalham no tráfico são, também, usuárias de drogas. Na Figura 18, abaixo, constam as porcentagens das respostas.

Figura 18 - Gráfico sobre o trabalhador e o usuário de drogas



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

Os entrevistados deram respostas variadas. De todos, 15% respondeu que sim, conhece pessoas que trabalham no tráfico de drogas e que são, também, usuárias. Outros 31% responderam que apenas algumas das pessoas que conhecem, e que trabalham no tráfico de drogas são usuários de drogas. A grande maioria, 46% dos entrevistados, não soube ou não respondeu à questão.

Percebe-se, assim, que a relação entre trabalhar no tráfico de drogas e ser usuário de drogas, nem sempre é uma constante. No entanto, observa-se que grande parte dos entrevistados não tem conhecimento acerca dessa relação.

Por outro lado, em nível financeiro hierárquico, acima daqueles que transportam a droga encontram-se outros agentes do tráfico de drogas, são os indivíduos aos quais cabe o gerenciamento da atividade, conhecidos como “chefes” do tráfico, do já mencionado circuito superior das drogas.

Esses agentes trabalham sozinhos ou associados em cartéis[42]de várias dimensões. Sua função é coordenar a logística da atividade, a forma como esta é organizada, desde a produção até sua movimentação ao destino final.

Em geral, são os grandes “chefes” do tráfico de drogas que ficam com a maior parte dos lucros obtidos na atividade, e são esses também que criam redes transnacionais de lavagem de dinheiro.

Nesse sentido, Fraga (2000), ao se referir à empresa do tráfico de drogas, coloca que:

> essa empresa que se diversifica e é altamente lucrativa, entretanto, não é democrática. Apesar de empregar um contingente considerável de pessoas, reproduz a concentração de renda característica do desenvolvimento econômico brasileiro, com a maioria da renda nas mãos dos seus principais mentores e organizadores (FRAGA, 2000, p. 101).

Para além desses agentes, há, também, aqueles que alimentam todo esse processo, que são os consumidores de drogas, sem estes não haveria razões para a produção e o tráfico de drogas. Como destaca Oliveira (2007),

> as peças: grupos criminosos, tráfico formiguinha e mercado consumidor estão em processo de interação. Desse modo, pode-se afirmar que o mercado consumidor é uma peça fundamental na compreensão dos mecanismos do tráfico de drogas, porque, sem ele, não existe demanda por drogas e, conseqüentemente, oferta. Não existindo demanda, as peças que ofertam drogas – grupos criminosos e tráfico formiguinha – não têm razão de existir (OLIVEIRA, 2007, 716-717).

Tais elementos, grupos criminosos, tráfico formiguinha e mercado consumidor possuem uma ligação na qual o usuário de drogas é uma peça fundamental, essencial para a sustentação dessa ligação.

Diante dos inúmeros problemas que a humanidade enfrenta e da gigantesca desigualdade social em tempos de globalização, o uso de drogas torna-se, muitas vezes, um refúgio, uma “válvula de escape” da realidade.

---

[42] De acordo com Ferreira (2010, p. 145), cartel é o “acordo entre empresas independentes para atuação coordenada, para restringir a concorrência e elevar preços”.

> A América Latina se degrada ao ver-se obrigada a integrar-se como abastecedora da importante população dos países desenvolvidos que recorre aos excitantes e calmantes artificiais para evadir-se da alienação laboral, da falta de horizontes sociais, ou da destrutiva competição hiperindividualista imposta pelo mercado. O consumo de drogas, que o capitalismo universalizou e massificou em cada época em grupos sociais e nacionais diferentes, esteve, na década de 80, diretamente associado à extensão da marginalidade, da pobreza e da desocupação. O capitalismo só pode oferecer *crack*, cocaína e heroína aos jovens que não emprega, aos emigrantes que expulsa, às minorias que discrimina ou aos trabalhadores que destrói (REVISTA ADUSP: 1996, p. 47).

O tráfico de drogas é um problema social, seu combate passa pela necessidade de políticas sociais que tragam melhorias às condições de vida da população, aliado a políticas voltadas a recuperação dos usuários de drogas.

Comumente costuma-se relacionar o aumento do uso e comercialização de drogas com a causa do aumento da violência, em geral mais perceptível nos grandes centros urbanos. No entanto, o aumento da violência é um fenômeno bastante complexo, sendo que designá-lo apenas como causa da maior presença de atividades relacionadas ao tráfico de drogas implica em maquiar as verdadeiras causas de tal realidade.

De acordo com Fraga (2000, p. 98), condicionar o aumento do tráfico e uso de drogas como a única causa do aumento da violência,

> significa desconsiderar situações e atores importantes que contribuem para a configuração desse quadro e desprezar a existência de uma conjuntura que favorecesse a implementação do narcotráfico como alternativa cultural e social.

O autor destaca, ainda, algumas situações, como:

> a imensa concentração de terras; a não concretização, às margens do século XXI, de uma reforma agrária que assente centenas de milhares de trabalhadores rurais; o uso constante da violência física para resolução de conflitos; a existência de extensas redes de corrupção que envolve os três poderes, as instituições públicas e de repressão; a imensa concentração de renda; a ausência de políticas públicas compensatórias ou de inclusão de parte considerável de grupos sociais vulneráveis, e em especial dos jovens, os efeitos da política neoliberal ... (FRAGA, 2000, p. 99).

Essas situações é que criam um cenário passível à consolidação de uma atividade criminosa extremamente violenta.

Por outro lado, tem-se os agentes estatais que estão incumbidos do combate e repressão à atividade. Nas regiões de fronteira tal função fica sob a responsabilidade da Polícia Federal no Brasil e da Secretaria Nacional AntiDrogas no Paraguai.

O combate ao tráfico de drogas se dá por meio da realização de operações específicas estabelecidas conforme o andamento de investigações realizadas pelo serviço de inteligência da Policia Federal. Ocorrem, também, operações de cooperação transnacional em que se envolvem órgãos dos dois países, em geral a Polícia Federal do Brasil e a Secretaria Nacional AntiDrogas do Paraguai.

Além dessas operações, há, ainda, a fiscalização rotineira, realizada nas aduanas internacionais, por intermédio de denúncias, e em pontos estratégicos pré-definidos pelos agentes de segurança. No entanto, cabe destacar a ocorrência de conflitos entre os agentes de segurança.

Desde 2010, por exemplo, ocorreram vários conflitos entre o Núcleo de Polícia Marítima do Brasil, composto por policiais federais que patrulham o Lago de Itaipu e a Marinha Paraguaia. Essa ocorrência se deu pelo fato de os agentes paraguaios agirem no sentido de proteger e recuperar mercadorias ilícitas de contrabandistas e traficantes, segundo depoimentos de policiais federais do Brasil, tanto de Guaíra, como de Foz do Iguaçu, na fronteira.

Várias reuniões já foram realizadas com representantes das entidades do Paraguai e do Brasil, para solucionar tais impasses, no entanto, problemas sempre irão existir, já que o contrabando só é considerado crime quando entra no território brasileiro.

Nesse sentido, compreende-se que cabe ao Estado a função de garantir a segurança pública, através de ações como a repressão ao tráfico de drogas. No entanto, o tráfico apresenta raízes muito profundas, as quais, possivelmente, não serão desatadas somente com a repressão a atividade. São necessárias, também, ações mais complexas, atreladas aos fatores que ocasionam o aumento da atividade do tráfico de drogas, como a desigualdades social e questões a esta ligadas, como o desemprego, a fome etc.

Por outro lado, é necessário que a sociedade civil compreenda que o Estado não é apenas os governantes, o Estado é constituído pela sociedade. Portanto, o Estado, enquanto governo, não possui a “chave” para todos os problemas. Nesse sentido, é fundamental que haja maior comprometimento da sociedade como um todo no que se refere ao enfrentamento das mazelas produzidas pelo tráfico de drogas.

Apresentado os agentes do tráfico de drogas, no item, a seguir, será analisada a quantificação das redes ilegais na fronteira através dos dados de apreensões de drogas.

3.4 A quantificação das redes ilegais na fronteira

Os dados referentes às apreensões de drogas realizadas pela Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal do Brasil e pela SENAD do Paraguai, permitem tratar da quantificação da redes ilegais.

O tráfico e o consumo de drogas no Brasil é uma realidade evidenciada pelas estatísticas em crescimento, conforme gráficos a seguir. A fronteira contígua com os maiores produtores de folha de coca e maconha do mundo é um dos elementos que contribui para o crescimento dessa atividade ilegal, que se articula numa logística transfronteiriça.

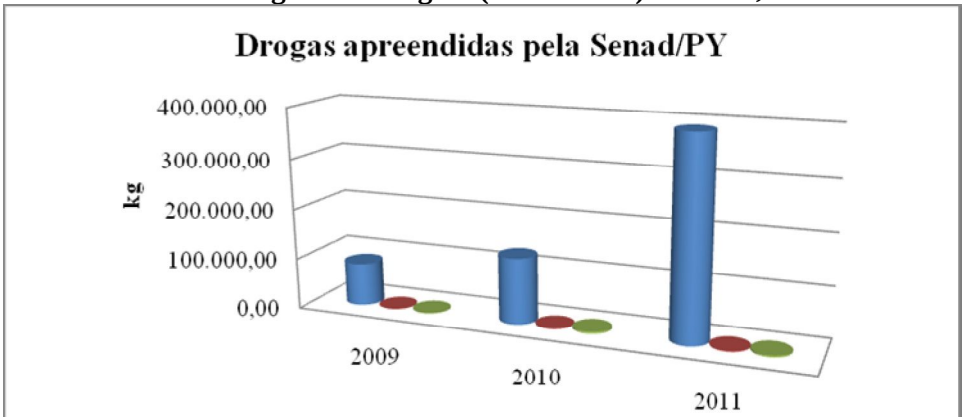
Do total de quase 16 mil quilômetros de fronteira terrestre, cerca de aproximadamente 11 mil quilômetros dessa extensão ligam o Brasil aos três maiores produtores de cocaína do mundo, que são Peru, Bolívia e Colômbia e ao maior produtor de maconha da América Latina, de acordo com o Escritório das Nações Unidas para Crime e Drogas[43], o Paraguai.

De acordo com estudo realizado pela Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, órgão ligado às Nações Unidas, em notícia divulgada pelo site da UOL[44], cerca de 80% da maconha consumida no Brasil, em 2011, entrou pelo Paraguai. Cabe ressaltar que, nesse último país, o trabalho de repreensão tem sido intenso, conforme demonstram os dados de apreensões de drogas feitas pela Secretaria Nacional AntiDrogas do Paraguai (SENAD/PY), de acordo com a Figura 19.

[43]Maiores informações sobre o Escritório das Nações Unidas para Crime e Drogas, consultar <http://www.unodc.org/southerncone/pt/index.html>

[44]PARAGUAI É ORIGEM de 80% da maconha vendida no Brasil, diz ONU. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/28/paraguai-e-origem-de-80-da-maconha-vendida-no-brasil-diz-onu.htm> Acesso em: 28 fev. 2012.

Figura 19 - Gráfico comparativo das apreensões de maconha, crack e cocaína pela Secretaria Nacional AntiDrogas do Paraguai (SENAD/PY) em 2009, 2010 e 2011



	2009	2010	2011
Maconha (kg)	84.483,65	129.693,22	390.494,11
Cocaína (kg)	599,982	1.409,41	1.425,01
Crack (kg)	1.024	3.754	3.108

Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos dados obtidos através da SENAD/PY, 2012

No Paraguai, a quantidade de maconha prensada e pronta para ser exportada, que foi apreendida pela SENAD, cresceu exponencialmente de 2009 a 2011. No primeiro ano, foram 84.483,65 kg apreendidos pela SENAD, enquanto que em 2010 e 2011 foram apreendidos 129.693,22 kg e 390.494,11 kg, respectivamente. O total apreendido, em 2011, supera as apreensões de 2010 em cerca de 260.801 quilos.

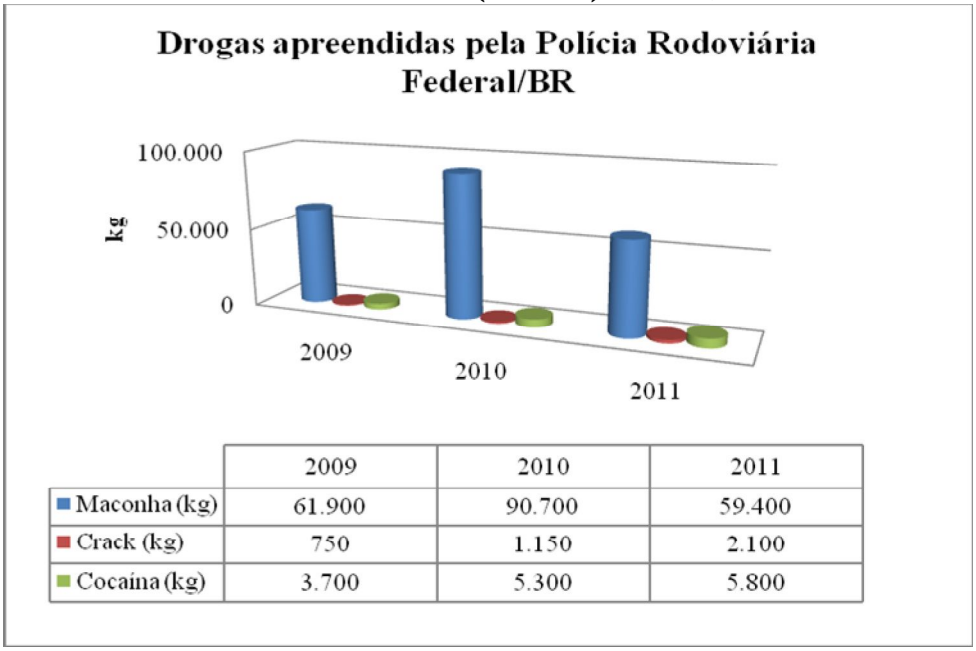
Outro número que aumentou foi o de apreensões de cocaína. Houve um crescimento nos 3 anos, sendo que a quantidade máxima apreendida se concentra no ano de 2011, somando um total de 1.425,01 kg apreendidos.

Quanto às apreensões de crack, houve um aumento, em 2010, de 1.024 kg, em 2009, para 3.754, enquanto que em 2011 apresentou uma queda nas apreensões para 3.108 kg.

As maiores apreensões ocorreram nos Departamentos de Misiones e Concepcion, no Paraguai, fronteiras com a Argentina e o Brasil, respectivamente. A segunda maior apreensão ocorreu em Salto del Guairá, no Paraguai, fronteira com Guaíra, no Brasil.

Quanto às apreensões de drogas no Brasil, a Polícia Rodoviária Federal registrou os seguintes dados, conforme Figura 20, a seguir.

Figura 20 - Gráfico comparativo das apreensões de maconha, crack e cocaína pela Polícia Rodoviária Federal do Brasil (PRF/BR) em 2009, 2010 e 2011



	2009	2010	2011
Maconha (kg)	61.900	90.700	59.400
Crack (kg)	750	1.150	2.100
Cocaína (kg)	3.700	5.300	5.800

Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos dados obtidos através da PRF/BR, 2012

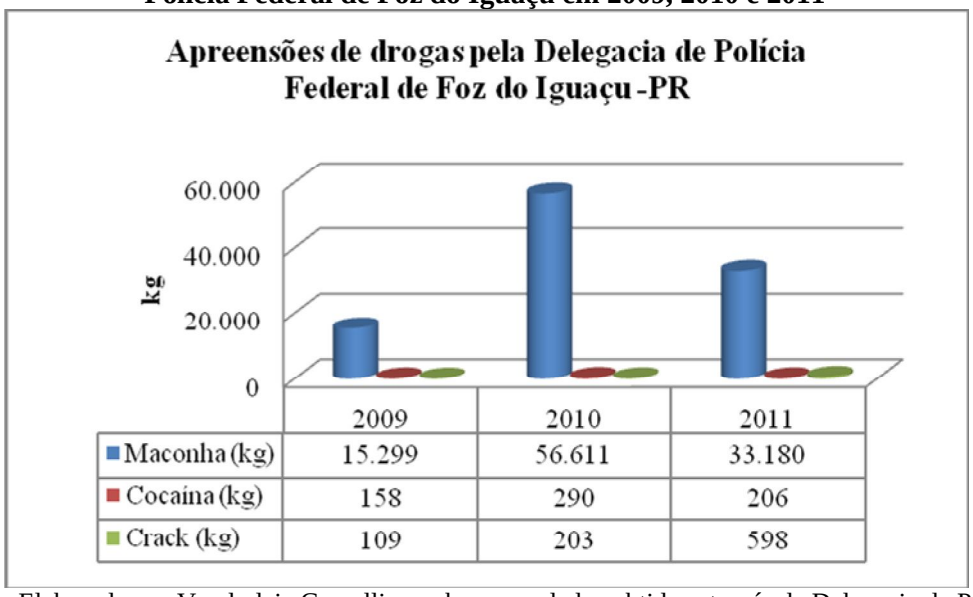
Os dados se assemelham aos do Paraguai no que diz respeito à quantidade total apreendida de cada tipo de droga, sendo que, também, no Brasil lideram as apreensões de maconha, seguida da cocaína e do crack em menor número.

Nos três anos foram apreendidos cerca de 212.000 kg de maconha, enquanto que as apreensões de cocaína somam 14.800 kg e o crack apenas 4000 kg. A maconha, portanto, representa mais de 90% das apreensões com relação a esses três tipos de drogas apreendidas pela PRF.

Quanto a cada tipo de droga apreendida, no caso do crack e da cocaína, houve aumento nas apreensões nos três anos, sendo que a quantidade máxima de crack apreendida é de 2.100 kg e a de cocaína é de 5.800 kg, ambos os dados registrados em 2011. No que diz respeito à maconha apreendida, houve um aumento de 2009 para 2010, de 61.900 para 90.700 kg. Já em 2011, houve uma queda de cerca de 35% em relação ao total apreendido em 2010, somando um total de 59.400 kg apreendidos.

Quanto aos dados repassados pelas Delegacias de Polícia Federal de Foz do Iguaçu e Guaíra, as apreensões realizadas entre 2009 e 2011 são as seguintes, conforme Figuras 21 e 22.

Figura 21 - Gráfico comparativo das apreensões de maconha, cocaína e crack da Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu em 2009, 2010 e 2011



	2009	2010	2011
Maconha (kg)	15.299	56.611	33.180
Cocaína (kg)	158	290	206
Crack (kg)	109	203	598

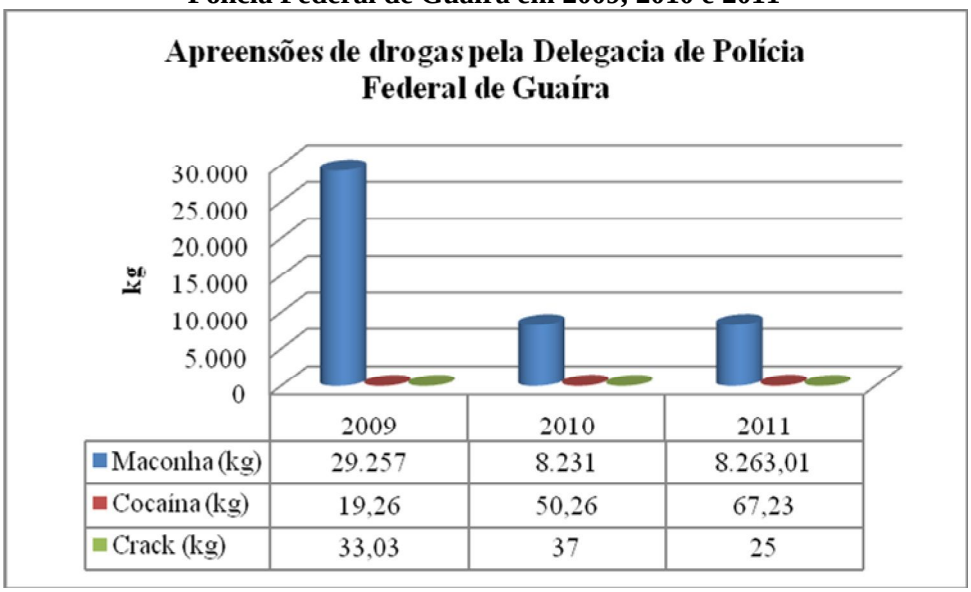
Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos dados obtidos através da Delegacia de Polícia Federal/Foz do Iguaçu, 2012

Quanto à maconha, houve aumento de apreensões em 2010 com relação a 2009, sendo que em 2010 foram registrados 56.611 kg, ao passo que, em 2009, o total foi de 15.299 kg. No ano de 2011, houve queda de aproximadamente 40% das apreensões com relação a 2010, sendo registrados 33.180 kg.

A cocaína apreendida também apresenta a mesma sazonalidade, verificada nas apreensões de maconha, com aumento em 2010 e queda em 2011. Quanto ao crack, verifica-se aumento expressivo das apreensões nos três anos. Saltando de 109 kg em 2009, para 203 kg em 2010 e 598 kg em 2011, nesse último ano houve aumento de aproximadamente 66% das apreensões, considerando o ano anterior.

A Delegacia de Polícia Federal de Guaíra apresenta picos de apreensões diferenciados dos registrados na Delegacia de Polícia Federal de Foz do Iguaçu, conforme Figura 22, a seguir.

Figura 22 - Gráfico comparativo das apreensões de maconha, cocaína e crack da Delegacia de Polícia Federal de Guaíra em 2009, 2010 e 2011



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos dados obtidos através da Delegacia de Polícia Federal/Guaíra, 2012

Quanto à maconha, o ano em que se registrou o maior número de apreensões foi em 2009, com 29.257 kg no total, sendo que houve queda expressiva das apreensões em 2010, caindo para 8.231 kg e ligeiro aumento no ano seguinte, quando se registrou 8.263 kg.

A cocaína apresentou aumento das apreensões nos três anos, conforme dados da Figura 22, sendo que no ano de 2011 se registrou 67,23 no total. Já o crack apresentou o maior pico de apreensões no ano de 2010, equivalente a 37 kg.

As semelhanças nas estatísticas de apreensões disponibilizadas pela SENAD/PY, PRF/BR, Delegacia de Polícia Federal/Foz do Iguaçu e Delegacia de Polícia Federal/Guaíra, é que as apreensões de cocaína são exponencialmente menores que as apreensões de maconha, tanto para o Brasil como para o Paraguai, ocorrendo o mesmo com o crack, droga derivada da cocaína. Tais disparidades podem ser explicadas por alguns fatores.

Um deles é o fato de a maconha ser a principal droga usada na América do Sul, de acordo com a Junta Internacional de Fiscalização a Entorpecentes (JIFE)[45] .

A explicação para sua maior utilização, conforme depoimentos dos delegados de Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra, apoia-se em quatro principais fatores: primeiro porque a maconha é socialmente mais aceita pelos usuários, pois muitos destes acreditam que se trate de uma droga fraca e que não vicia, ou seja, subestima-se seu potencial de risco; outro fator é a grande produção da maconha no país vizinho, Paraguai; também pela facilidade da droga

[45] JUNTA INTERNACIONAL de Fiscalização de Entorpecentes. Disponível em: <http://www.unodc.org/brazil/pt/jife_destaquesregionais.html>Acesso em: 21 abr. 2011.

entrar no Brasil e, afora isso, por se tratar de uma droga relativamente barata, comparando-se ao preço de outros tipos de drogas.

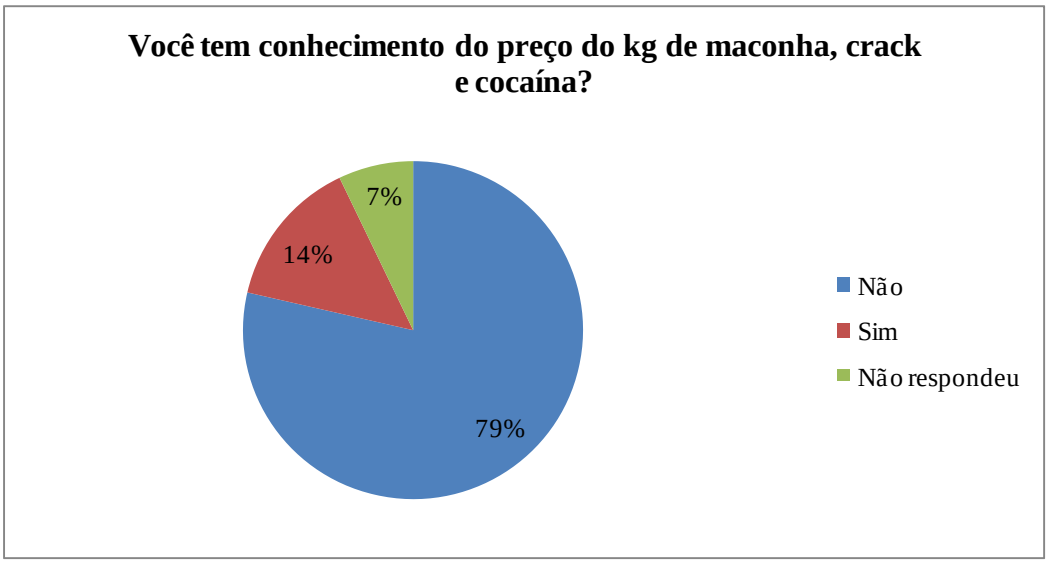
Outro fator que explica o diferencial nas quantidades de apreensões é o preço pago por cada tipo de droga. De acordo o delegado de Cascavel, Rivaldo Venâncio

> o preço da droga varia muito de acordo com o lugar, com a distância que a mesma percorre até chegar ao seu destino final, com a qualidade da mesma, dentre outros elementos. No entanto, conforme Instrução Normativa da policia federal, os policiais não podem falar o preço pago pela droga, uma vez que como a lucratividade é alta, isso pode atrair maior número de pessoas para a atividade.

No entanto, dados anteriormente divulgados avaliam o preço do quilo da maconha em torno de R$ 15,00 (quinze reais), sendo que, nesse caso, trata-se de maconha de baixa qualidade. O quilo do crack custa em torno de R$ 6.000,00 (seis mil reais), enquanto que o quilo de cocaína é calculado em torno de US$ 10.000 (dez mil dólares), equivalente a cerca de R$ 20.164,00 (vinte mil cento e sessenta e quatro reais)[46] em moeda corrente.

Os moradores da região de fronteira entrevistados pela pesquisa, também foram questionados sobre o preço do quilo de maconha, crack e cocaína, conforme Figura 23.

Figura 23 - Gráfico sobre o preço das drogas



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

A maioria dos entrevistados, 79%, respondeu que não sabem, 14% respondeu que sim e 7% não respondeu.

[46] Cotação do dólar conforme Banco Central do Brasil no dia 23 de abril de 2013. Dólar americano. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/taxas.asp?id=txdolar> Acesso em: 23 abr. 2013.

O Informante 5 inclui-se nos 15%, e respondeu que o preço da droga varia de acordo com o lugar onde esta é adquirida:

> por exemplo, um kg de maconha no Paraguai pode sair por R$150,00 ou até bem menos (dependendo de quão perto da "fonte" a pessoa comprar). Já no Brasil (Foz) esse preço pode ir para R$ 800,00 ou bem mais, dependendo da negociação ou qualidade da droga. A quantidade que a pessoa compra de uma vez só também influencia. A cocaína também varia bastante, aqui no Brasil (Foz do Iguaçu) já vi sendo oferecida por R$ 4.000,00, mas também por R$10.000,00 de pureza mais alta (INFORMANTE 5, Foz do Iguaçu, 20 nov. 2012).

Cardin (2013) também menciona que os preços das drogas não são exatos:

> na fronteira do Brasil com o Paraguai o quilo de maconha custa em média R$120,00, mas é possível encontrar até por R$ 80,00 de qualidade mais duvidosa. Já o quilo da cocaína pura custa em média R$ 8.000,00. Um quilo de cocaína pura após misturada rende até quatro vezes mais, ou seja, um quilo pode virar quatro quilos quando pronta para o consumo. Por fim, o quilo de crack puro custa algo próximo a R$ 5.000,00, misturado é possível encontrar por R$ 3.500,00.

Percebe-se, assim, que não há um preço fixo para as drogas, este varia de acordo com o lugar, a safra, a quantidade, a pureza, a oferta e a procura, dentre outros fatores. Porém, nem todas as pessoas tem esta informação, como se constatou através das respostas aos questionários, uma vez que a maioria não soube responder a questão.

Porém, o baixo preço da maconha com relação às outras drogas faz com que um maior número de usuários possa ter acesso à mesma, o que, por consequência, aumenta a quantidade traficada, assim como a quantidade apreendida. Da mesma forma, como o valor pago pelo crack e a cocaína é muito mais elevado que o valor pago pela maconha, a comercialização das duas primeiras rende um lucro muito maior, não necessitando de grande quantidade traficada para gerar altos dividendos.

Ainda no que se refere às apreensões de drogas, embora os dados dispostos nas Figuras 19, 20, 21 e 22 apresentem algumas quedas no total das apreensões, o aumento geral das mesmas é mais expressivo. Essas estatísticas em crescimento, verificadas nos dois países analisados, apontam para duas hipóteses sugeridas pela pesquisa: houve aumento da atividade de repressão e apreensão por parte dos órgãos competentes e houve aumento na atividade do tráfico de drogas, e portanto um maior número de apreensões.

A esse respeito, o delegado de Foz do Iguaçu, Guilherme Monseff de Biagi, explica que:

> as apreensões de droga são sazonais, há meses e anos em que se apreende mais, outros menos, porém isso não significa que a produção diminuiu ou aumentou, mas sim que as rotas de passagem da droga mudaram, o que exige maior trabalho de inteligência da Polícia Federal para desmantelar essas rotas.

Portanto, a flexibilidade das rotas é uma estratégia utilizada para fugir à fiscalização, sendo, neste caso, o conhecimento do espaço que possibilita a criação de novas rotas de passagem.

Na mesma linha de pensamento, o delegado de Guaíra Ricardo Cubas César, aponta que a atividade de repressão aumentou significativamente nos últimos anos e cita, como exemplos, a criação da Delegacia de Polícia Federal de Cascavel há cinco anos, o aumento do número de Delegados atuantes na Delegacia de Guaíra, que somam seis, assim como o aumento do efetivo policial, da mesma delegacia, que saltou de 20 para 40.

Por outro lado, o delegado de Cascavel Rivaldo Venâncio acrescenta que as duas hipóteses apontadas pela presente pesquisa possuem fundamentos:

> houve sim um crescimento da atividade do tráfico de drogas, e com esse crescimento automaticamente são realizadas mais operações e apreensões pela Polícia Federal. No entanto, a apreensão por si só não acaba com a atividade, por isso que o objetivo é pegar o dono da droga e não somente a droga.

Nesse sentido, tanto os dados da PRF/BR, quanto os da SENAD/PY, mostram a representatividade do tráfico de drogas na fronteira entre Brasil e Paraguai, haja vista que os números das apreensões são elevados, os quais movimentariam milhões no mercado ilegal. Essa representatividade é um dos fatores que permite demonstrar, através de elementos geográficos, a formação das redes ilegais, com a constante criação de rotas no espaço para o deslocamento das drogas.

O “fechamento das fronteiras” é, na maioria das vezes, tomado como medida de segurança por parte do Estado para impedir a atividade ilegal. No entanto, Machado ressalta que:

> ao contrário do que supõe o senso comum e o ‘non-sense’ de alguns raciocínios geopolíticos, não é o ‘fechamento’ das fronteiras que assegura no longo prazo a defesa do território contra a ação de atividades ilegais e outras, consideradas lesivas ao interesse de cada país, e sim a presença de alternativas viáveis e *diferenciadas* de vida social, econômica e cultural no ecúmeno. Para que essas alternativas sejam possíveis o adensamento e

> diversificação das redes de interação transnacionais são condições necessárias, assim como a mudança de abordagem por parte dos Estados nacionais no sentido de estimar os efeitos no terreno de 'grandes políticas' inspiradas apenas por objetivos e propósitos nacionais (MACHACO, 2007, p. 2-3 grifos do autor).

A grande articulação em rede existente nas atividades ilegais é o elemento que lhe garante êxito. Assim, há a necessidade de maior articulação entre as ações dos países, por onde tais redes ilegais se articulam, como condição para o enfrentamento das mesmas.

O fortalecimento de tais redes faz com que entre, no Brasil, uma quantidade cada vez maior de drogas. O crack, por exemplo, apresentou aumento no seu consumo no Brasil nos últimos anos, tornando-se um dos grandes problemas a ser enfrentados pelo estado brasileiro.

Recentemente, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) lançou os dados da pesquisa "A Presença do Crack nos Municípios Brasileiros[47]", que foi realizada em 4,4 mil municípios brasileiros. A pesquisa divulga um crescimento no consumo de crack em todo o país, sendo que 90,7% dos municípios pesquisados consideram esta droga como problema a ser enfrentado. Além disso, a pesquisa revela que o crack está sendo usado para substituir o álcool em muitos municípios pequenos e nas áreas rurais: "em algumas regiões canavieiras, por exemplo, os trabalhadores que fazem o corte manual da cana usam crack para produzir mais" (PARA ABAFAR, 2011).

De acordo com entrevista com o delegado de Foz do Iguaçu Guilherme Monseff de Biagi, a grande disseminação do crack nos municípios brasileiros se dá devido ao rápido efeito causado pela droga, pois o consumo, mesmo em pequenas quantidades, produz o aumento excessivo da atividade cerebral.

De acordo com o CEBRID (2003), os primeiros efeitos do crack ocorrem de 10 a 15 segundos após este ser fumado,

> porém, a duração dos efeitos do crack é muito rápida. Em média, em torno de 5 minutos [...]. Essa certa duração dos efeitos faz com que o usuário volte a utilizar a droga com mais frequência que as outras vias (praticamente de 5 em 5 minutos), levando-o à dependência muito mais rapidamente que os usuários da cocaína por outras vias (nasal, endovenosa) ... (p. 37).

Um quilo de crack é fracionado em inúmeras "pedras", as quais se tornam baratas para serem adquiridas pelos usuários. O delegado de Foz do Iguaçu ainda ressalta que a qualidade da droga varia muito, o que também influencia na diminuição do seu preço.

---

[47] OBSERVATÓRIO DO CRACK. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/5700/5770/07112011_EstudoTecnicoColetivadoCrack_versao_Final.pdf> Acesso em: 21 nov. 2011.

Outros pontos levantados pela pesquisa da CNM com relação aos problemas causados pela presença do crack nos municípios brasileiros dizem respeito aos impactos trazidos para o sistema de saúde pública, sendo que cerca de 63,7% dos municípios pesquisados sofrem consideráveis impactos nesse setor.

Outra questão apontada é a falta de controle das fronteiras do país, sendo que, de acordo com a pesquisa, "o efetivo policial é pequeno, mal remunerado e pouco treinado para enfrentar a dinâmica do tráfico de drogas[48]". Para além dos fatores apresentados, há, por último, a falta de fiscalização junto às indústrias produtoras de insumos utilizados no preparo do crack.

Os dados dessa pesquisa realizada pela CNM ratificam, portanto, que o uso de drogas, principalmente do crack, cresceu consideravelmente, sendo que o consumo movimenta e faz crescer a produção e o tráfico de drogas. Conforme destaca Castells (2003), a falta de visão política e a moralidade, muitas vezes distorcida, não permitem à sociedade entender o âmago da questão: a procura comanda a oferta:

> a causa do vício das drogas e, consequentemente, da maioria dos crimes cometidos no mundo reside nos danos psicológicos infligidos às pessoas pela via quotidiana de nossas sociedades. Assim, num futuro previsível, haverá um consumo maciço de drogas, a despeito dos mecanismos de repressão existentes. E o crime organizado global encontrará formas de responder a essa procura, transformando-a sempre em negócio altamente lucrativo e na principal causa da maioria dos outros crimes (CASTELLS, 2003, p. 218).

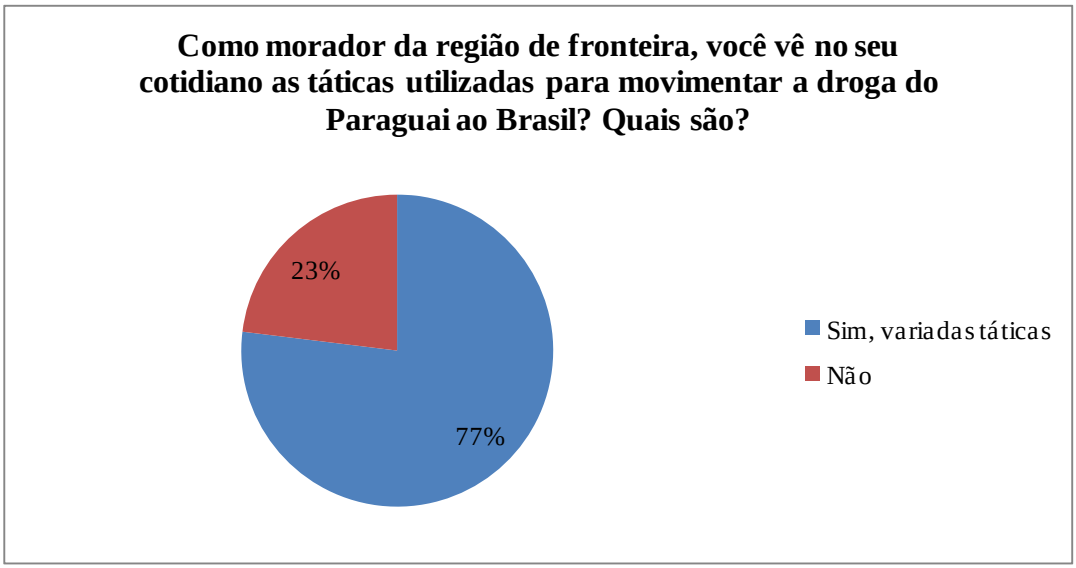
Tendo por base essa premissa apontada por Manuel Castells, percebe-se que a ilegalidade na fronteira possui uma logística de integração que a fortalece, e que a droga que é traficada dos países vizinhos para o Brasil possui inúmeras formas de chegar até seu destino, criando novas rotas e formas de transporte, sempre que se fizer necessário, para burlar a fiscalização e para atender ao consumo.

As drogas podem ser transportadas em carretas, ônibus, carros e barcos. Nesse caso, considerando o pequeno efetivo policial que trabalha nas aduanas e ao longo de toda a fronteira, torna-se praticamente impossível revistar todos os veículos e pedestres que transitam, diariamente, pela fronteira.

[48] Quanto a esse ponto levantado pela pesquisa da CNM, os delegados da Policia Federal de Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra confirmaram, durante entrevista, que o efetivo policial realmente é abaixo do necessário. No entanto, discordam com relação ao pouco treinamento para enfrentar a dinâmica do tráfico de drogas. Para eles, os policiais possuem excelente treinamento e estão preparados para enfrentar o tráfico de drogas.

Nesse sentido, ao serem questionados sobre a visibilidade das táticas utilizadas para movimentar a droga do Paraguai ao Brasil, a maioria dos moradores da região de fronteira entrevistada respondeu que as táticas são variadas, conforme Figura 24, abaixo.

Figura 24 - Gráfico sobre táticas da movimentação das drogas



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

Cerca de 23% respondeu, conforme Gráfico acima, que não vê quais táticas são utilizadas. Os outros 77% dos entrevistados respondeu que veem quais táticas são empregadas, sendo que várias foram descritas, com destaque para: drogas misturadas com cargas de produtos diversos; pessoas transportando pequenas quantidades de drogas escondidas pelo corpo; transporte fluvial durante a madrugada; droga transportada escondida em compartimentos de carros, motos e caminhões; uso de estradas secundárias para transportar a droga, dentre outros.

O Informante 10 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012) colocou outras táticas, como “brasileiros que moram no Paraguai para facilitar a compra e o transporte da droga ...”, além de “... pessoas com celular de chip paraguaio para facilitar a comunicação [...]” e, ainda, destacou a existência de “[...] vários portos clandestinos ao longo do rio Paraná”.

Ao ser questionado sobre as táticas utilizadas para movimentar a droga do Paraguai ao Brasil, Cardin (2013) apontou que

> não existe um único padrão, pois se assim fosse seria de fácil controle. Ainda existe o tráfico formiguinha, feito por jovens e mulheres que atravessam a ponte andando com as drogas escondidas em bolsas e muitas vezes no próprio corpo. Existe o tráfico realizado por meio da utilização de fundos falsos em carros e caminhões, ou escondido entre outras mercadorias. Estas

> duas formas predominam na fronteira do Brasil com o Paraguai, mas não são as que mais chamam atenção. Normalmente o problema ganha destaque quando ocorre uma grande apreensão, mas isso não é comum, o mais frequente é trafico de pequenas quantidades.

Por outro lado, König (2013), em resposta ao mesmo questionamento, destacou outra tática utilizada para movimentar a droga:

> balsas e barcos com motor de popa transportam a droga da margem paraguaia até a margem brasileira do Lago de Itaipu. Muitas vezes uma só balsa leva de duas a três toneladas. Na margem brasileira, carros e vans estacionam nos barrancos às margens do lago, em portos improvisados e os funcionários do narcotráfico carregam a mercadoria e a transportam para algum entreposto, em alguma propriedade rural de uma cidade vizinha, por exemplo. Ali, carregam a droga num caminhão, cobrem com algum tipo de carga (soja, carvão, madeira) e pegam a estrada rumo aos mercados receptores, passando por rodovias importantes, a exemplo da BR-277.

Percebe-se assim, de acordo com os depoimentos, que as táticas utilizadas para movimentar/transportar a droga são inúmeras e variam de acordo com uma série de fatores, como a quantidade de drogas que é transportada, o horário, o destino da mesma etc.

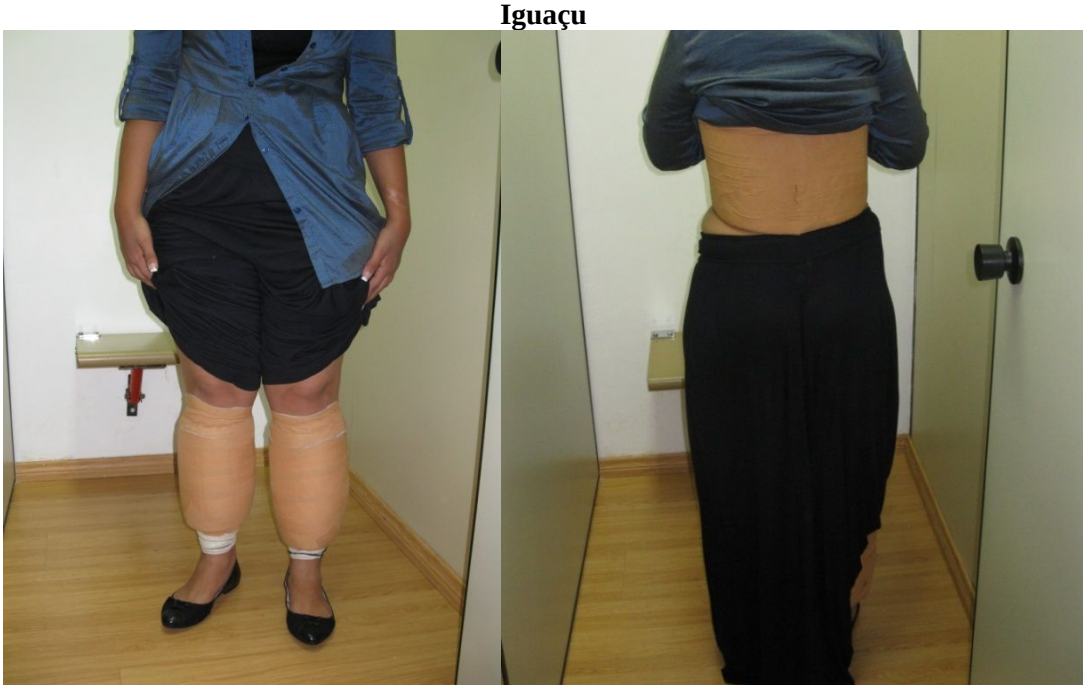
Na Figura 25, a seguir, é possível ver uma das formas utilizadas para esconder drogas. Nesse caso, a droga foi escondida no interior do pára-choques do veículo, apreendido pela Polícia Federal de Foz do Iguaçu.

Figura 25 - Apreensão de drogas em veículo realizada pela Polícia Federal de Foz do Iguaçu

Fonte: Comunicação Social da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, 2012

Além dessas formas de transporte, outra bastante utilizada para o transporte da droga é o tráfico “formiga”, por meio do qual o indivíduo (atravessador) leva pequenas quantidades de droga escondidas no corpo, num movimento de inda e vinda entre as fronteiras. Daí a expressão “formiga”. Na Figura 26 identifica-se o contrabando formiga.

Figura 26 - Apreensão de drogas (contrabando formiga) realizada pela Polícia Federal de Foz do Iguaçu



Fonte: Comunicação Social da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, 2012

Neste caso, a Polícia Federal de Foz do Iguaçu prendeu uma passageira venezuelana na fiscalização de embarque no Aeroporto Internacional de Foz do Iguaçu. Foram encontrados cerca de 4.000 gramas (quatro mil gramas) de cocaína embalada em sacos plásticos, fixados com fita adesiva em suas pernas, costas e abdômen. Segundo o depoimento da passageira à Polícia Federal, a mesma havia acondicionado a droga em seu corpo no Paraguai, e tentava embarcar para São Paulo/SP, de onde seguiria viagem até a Síria. No entanto, a viagem foi interrompida e a passageira foi acusada de cometer o crime de tráfico internacional de drogas.

Em alguns casos, os “formigas” chegam a engolir a droga em cápsulas para dificultar sua a apreensão. Também se enquadram nessa categoria de atravessadores os moto-taxistas, que escondem a droga nas motos ou dentro dos capacetes para fazer sua travessia.

No que se refere às apreensões de drogas, em muitos casos as convenções dos Estados e as burocracias das leis, favorecem a atividade ilegal.

Um exemplo que favorece a atividade ilegal é a relação entre os órgãos de segurança do Paraguai e do Brasil. Segundo os delegados entrevistados, embora haja cooperação entre

alguns órgãos, como é o caso da atuação conjunta entre Polícia Federal do Brasil e Secretaria Nacional AntiDrogas do Paraguai, existem, também, conflitos que desfavorecem a integração desses países na contenção da atividade ilegal, como é o caso dos conflitos entre o Núcleo de Polícia Marítima do Brasil e a Marinha Paraguaia, como exposto no capítulo II.

Com base na quantificação dos dados de apreensões de drogas que nos foram disponibilizados, é possível ratificar a existência de redes do tráfico na fronteira Brasil/Paraguai, considerando, ainda, que embora haja uma grande quantidade de drogas que são apreendidas, outra quantidade ainda maior passa despercebida pela fiscalização, pois as redes ilegais são complexas e difusas, como será discutido no item a seguir.

Conclui-se, assim, que a integração existente entre as organizações ilegais na fronteira é o que permite o fortalecimento das redes do tráfico de drogas, enquanto que as ações desintegradas dos organismos de segurança do Brasil e do Paraguai não obtêm o mesmo êxito, além de favorecem a ilegalidade.

Quantificadas as redes ilegais na fronteira, através dos dados de apreensões de drogas aqui expostos, na sequência será evidenciada a espacialização de tais redes.

3.5 Espacialização das redes ilegais

Como já destacado neste trabalho, sempre que uma rota de passagem de drogas é descoberta pela polícia, outras rotas são criadas ou antigos caminhos são retomados. As redes formadas pelo tráfico de drogas possuem desta forma, flexibilidade e rápida capacidade de adaptação aos riscos apresentados pelas condições territoriais.

Durante entrevista com o delegado de Guaíra Ricardo Cubas César, o mesmo destacou que as rotas utilizadas para a passagem da droga se formam principalmente nas estradas (rodovias) que ligam o Brasil ao país vizinho. Os principais pontos de passagem da droga são: entre o Paraguai e os municípios do Mato Grosso do Sul, que fazem fronteira com este país e, também, nos municípios paranaenses fronteiriços, ou seja, toda a região do Lago de Itaipu, com destaque para Guaíra e Foz do Iguaçu.

Não há, desta forma, como estabelecer rotas específicas como principais caminhos por onde a droga passa, sendo que todos os municípios que margeiam o Lago de Itaipu formam uma rota com inúmeros caminhos.

No entanto, embora traçar rotas fixas seja algo pretensioso, alguns municípios da fronteira se destacam no que se refere à passagem de drogas, o que pôde ser percebido através das entrevistas realizadas ao longo da pesquisa.

No Quadro 3, do segundo capítulo, consta a visão dos moradores da fronteira quanto aos municípios que se constituem em rotas, sendo que os municípios de Foz do Iguaçu e Guaíra são os mais citados. De acordo com o depoimento do Informante 2 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012), no seu entendimento as cidades da região de fronteira entre Brasil e Paraguai onde se constituem as principais rotas de passagem de drogas são Foz do Iguaçu, Santa Helena, Mercedes, Pato Bragado e Guaíra.

O Informante, porém, não descarta que em outros municípios da fronteira também são traçados caminhos de passagem de drogas, como em Marechal Cândido Rondon, por exemplo.

Nas entrevistas com os delegados das delegacias de Cascavel, Foz do Iguaçu e Guaíra, os mesmos destacaram que por todos os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu há passagem de drogas, não sendo possível estabelecer uma rota específica como a principal. Tal dificuldade se dá pelo fato de que a quantidade e/ou intensidade de droga traficada, bem como os caminhos escolhidos para transportar a mesma, variam conforme os trabalhos de fiscalização da polícia.

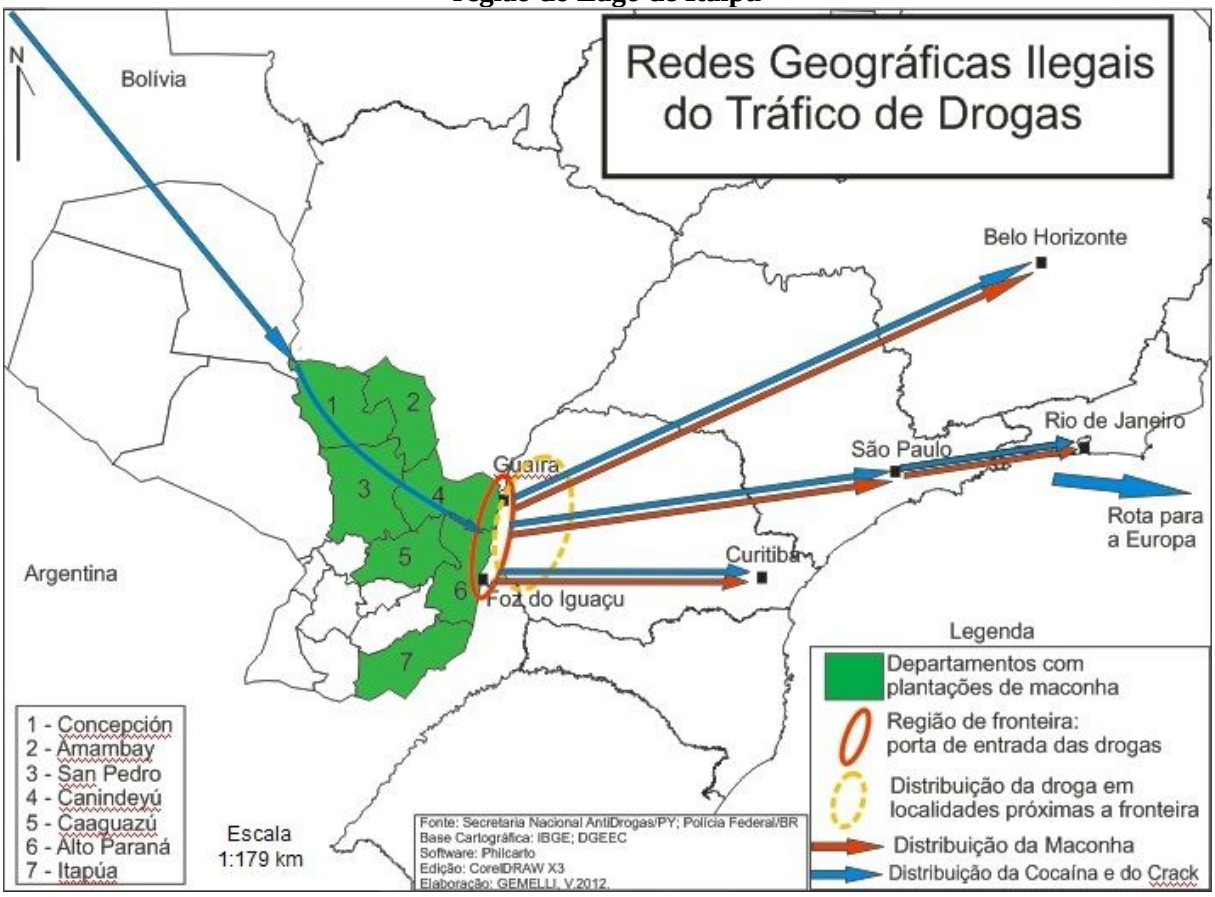
Mais uma vez o conhecimento do terreno e os canais de comunicação criados pelos traficantes demonstram-se essenciais para garantir o êxito da atividade, cujos canais permitem saber, antecipadamente, onde há pontos de fiscalização, e o conhecimento do terreno permite uma rápida adaptação da rota de transporte da droga para “desviar” da fiscalização.

No entanto, como todo sistema apresenta falhas, nem sempre a droga chega até seu destino e essas falhas ficam evidentes quando a droga é apreendida pela fiscalização policial.

Nesse sentido, reitera-se que mapear as redes ilegais, desvendando exatamente os caminhos em que se estabelecem as rotas de passagem de drogas torna-se um trabalho instável, haja vista que, como já destacado, as rotas apresentam considerável flexibilidade diante da repressão.

Com base em todas as informações e dados levantados ao longo da pesquisa, pôde-se criar a Figura 27, abaixo, que expõe a realidade da fronteira Brasil/Paraguai no que se refere à formação de redes geográficas ilegais do tráfico de drogas ilícitas.

Figura 27 - Redes geográficas ilegais do tráfico de drogas ilícitas na fronteira Brasil/Paraguai – região do Lago de Itaipu



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos dados obtidos através da Secretaria Nacional AntiDrogas/PY e Polícia Federal/BR, 2012

Como a Figura 27 demonstra, as drogas maconha, cocaína e crack que entram no Brasil pela região de fronteira em estudo têm como origem os países vizinhos.

Quanto à maconha, esta é oriunda das inúmeras plantações da droga nos departamentos paraguaios próximos a fronteira com o Brasil. Na Figura 27 estão destacados os principais departamentos paraguaios em que há consideráveis plantações de maconha, sendo eles: Concepción, Amambay, San Pedro, Canindeyú, Caaguazú, Alto Paraná e Itapúa.

Cardin (2013), diz que “a maconha consumida no Brasil é produzida quase na sua totalidade do Paraguai.” No caso da cocaína e do crack, tais drogas entram no Brasil, principalmente, pelas regiões Norte e Centro-Oeste do país, uma vez que estas se encontram geograficamente mais próximas das regiões produtoras da principal matéria-prima utilizada na elaboração das drogas, a folha de coca. No entanto, na fronteira Brasil/Paraguai também são identificadas consideráveis quantidades da passagem dessas drogas.

Como pôde-se verificar na Figura 27, a cocaína e o crack são oriundas dos países andinos: Colômbia, Bolívia e Perú, e chegam ao Brasil passando pelo Paraguai, que é o país de trânsito dessas drogas.

Sobre o tráfico de cocaína, König (2013), coloca que "... a maior parte da cocaína que chega ao Brasil é produzida na Bolívia e entra no país numa triangulação feita com o Paraguai."

Além de país de trânsito, no Paraguai existem laboratórios de processamento da cocaína, como demonstra a Operação "Águia Negra", realizada pelos agentes da Secretaria Nacional AntiDrogas do Paraguai.

A referida operação desmantelou uma quadrilha composta por paraguaios, brasileiros, bolivianos e um peruano, que mantinham em uma fazenda localizada no Departamento de Canindeyú, no Paraguai, uma pista clandestina de aterrisagem de avião e um laboratório de processamento de cocaína. No total, apreendeu-se 19 pessoas, além de 1,7 toneladas de cocaína, cinco aviões de pequeno porte, três pistolas 9 milímetros, dois fuzis AK-47 e uma escopeta. De acordo com a SENAD/PY, o valor aproximado da droga apreendida gira em torno de US$ 15 milhões.

Tal operação demonstra o poder financeiro e a complexa organização que a quadrilha possuía, além da articulação transnacional envolvendo pessoas de vários países na atividade. Cabe destacar que essa quadrilha desmantelada foi apenas uma das várias existentes em atuação no tráfico de drogas.

A fronteira com o Paraguai é, assim, altamente vulnerável à entrada de drogas. O município de Guairá, no Brasil, fronteira com Salto del Guairá, no Paraguai, é um dos lugares por onde passa a rota do tráfico, tendo em vista o grande fluxo de pessoas que vão de um lado ao outro da fronteira todos os dias e a impossibilidade de fiscalização minuciosa.

Os depoimentos dos delegados entrevistados informa que é impossível manter a fronteira sob fiscalização 24 horas por dia, primeiro porque não há número suficiente de policiais e, segundo, porque o trabalho ostensivo da polícia inibe a passagem da droga, conforme o delegado de Cascavel, Rivaldo Venâncio:

> apenas a presença física de policiais revistando carros e\ou pessoas, não resolve o problema do tráfico de drogas, ao contrário, muitas vezes isso inibe a atividade, haja vista que quando os traficantes sabem da presença dos policiais, não praticam o tráfico. Além do que, um maior número de policiais ostensivos é um prato cheio para o aumento da corrupção por parte dos mesmos, sendo que muitos policiais também praticam crimes e estão envolvidos com o tráfico. A fronteira necessita, portanto, de mais informações, ou seja, de uma base de inteligência mais forte.

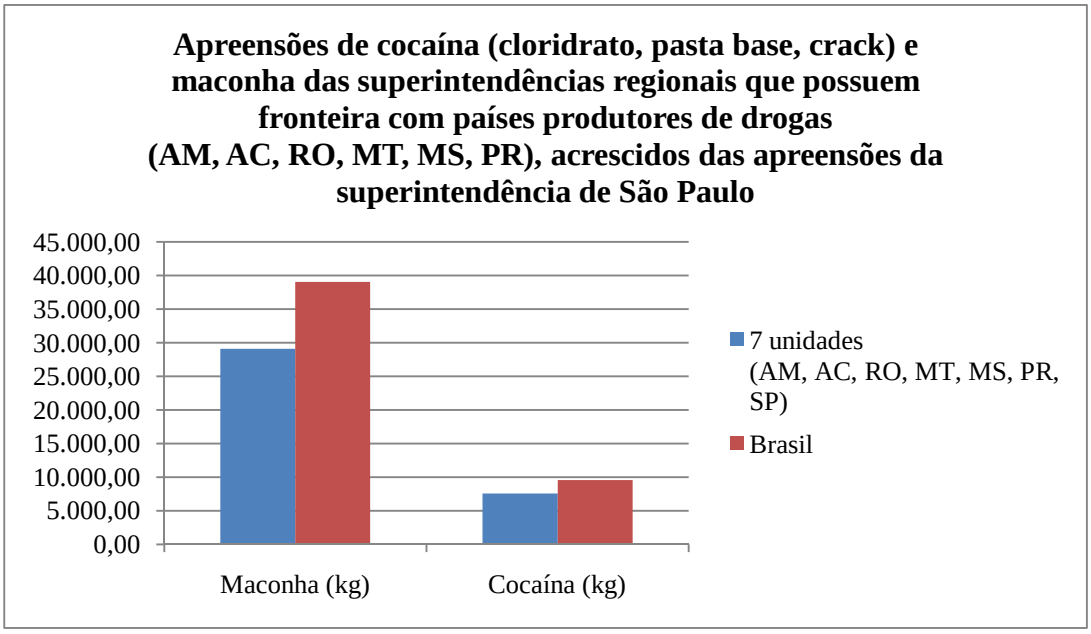
São a partir de informações da base de inteligência que são realizadas muitas das operações da Polícia Federal. Um exemplo é a Operação Cidadela da Polícia Federal, de

Guaíra, realizada em março de 2011, para desarticular as organizações criminosas especializadas no tráfico internacional de drogas, em especial na região fronteiriça de Guaíra – PR. De acordo com dados da Operação contidos no Boletim de Dados Estatísticos sobre Apreensões de Drogas da Polícia Federal (PF), a droga era fornecida por cidadãos paraguaios, por meio de caminhões, veículos de passeio e embarcações pelo Lago de Itaipu, tendo como destino o estado de São Paulo.

O Boletim de Dados Estatísticos sobre Apreensões de Drogas da Polícia Federal foi lançado em maio de 2011, pela Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes - CGPRE. O referido Boletim traz dados sobre apreensões de entorpecentes em todo o território nacional, os quais permitem empreender análise relacionada à região de fronteira em estudo.

Conforme o Boletim da PF, as maiores quantidades de apreensões de drogas são realizadas nos estados[49] que fazem fronteira com os países produtores da droga, como pode ser verificado na Figura 28, a seguir.

Figura 28 - Gráfico de apreensões de drogas de janeiro a maio de 2011



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos dados obtidos através do Boletim de Dados Estatísticos da Coordenação Geral de Polícia de Repressão a Entorpecentes – CGPRE, 2011

À Figura acima se acrescentam as apreensões realizadas nos estados fronteiriços aos países produtores, bem como aquelas realizadas na superintendência de São Paulo, sendo este o maior consumidor de drogas ilícitas e, portanto, um dos maiores focos de apreensões.

De um total de 9.569,32 kg de cocaína apreendida em todo o território nacional, 7.546,94 kg, o que corresponde a 78,9% do total, foram apreendidos nos 6 estados que fazem

[49] Amazonas, Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Paraná.

fronteira com os países produtores (mais o estado de São Paulo). Quanto às apreensões de maconha, essas totalizaram 39.052,92 kg no território nacional, sendo que deste total, 74,5% ou 29.101,56 kg correspondem às apreensões realizadas nos estados fronteiriços, mais o estado de São Paulo.

Tais dados da Polícia Federal ratificam a afirmativa de que a quase totalidade da droga traficada para o Brasil tem como origem os países vizinhos.

O Boletim de Dados Estatísticos da Polícia Federal também demonstra as maiores apreensões de cocaína, crack e maconha, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Maiores apreensões de cocaína e maconha

Maiores apreensões de cocaína (cloridrato, pasta base, crack) e maconha			
Unidade/Dep. PF	**Cocaína (kg)**	**Unidade/Dep. PF**	**Maconha (kg)**
Cuiabá/MT	1.747,64	Guaíra/PR	7.184,49
São Paulo/SP	699,86	Ponta Porã/MS	6.976,28
Campo Grande/MS	619,45	Belo Horizonte/MG	2.768,20
Cáceres/MT	556,09	Naviraí/MS	2.554,86
Três Lagoas/MS	506,27	Aracajú/SE	2.554,85
Rondonópolis/MT	469,29	Marília/SP	1.739,10
Corumbá/MS	461,14	Piracicaba/Sp	1.687,59
Recife/PE	381,38	Maringá/PR	1.525,71
Ponta Porã/MS	341, 47	Jataí/GO	913,92
Ribeirão Preto/SP	323, 42	Campo Grande/MS	889,30

Fonte: Sistema Nacional de Dados Estatísticos de Repressão a Entorpecentes (SINDRE); Boletim de Dados Estatísticos – Polícia Federal, 2011.

O Quadro 5 traz as 10 maiores apreensões de maconha e cocaína, à qual se inclui, também, o crack, por Unidade/Departamento da Polícia Federal. Comparando as duas colunas do quadro, pode-se constatar que, nas maiores apreensões de cocaína e crack, lideram os estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto que as maiores apreensões de maconha se encontram nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

A explicação para as maiores quantidades de cocaína e crack serem apreendidas no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, enquanto que as de maconha lideram nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul é a seguinte: os dois primeiros estados estão mais próximos geograficamente da fronteira com a Bolívia, o Peru e a Colômbia, países que se destacam na produção de Cocaína, enquanto que Paraná e Mato Grosso do Sul se encontram mais próximos da fronteira com o Paraguai, maior produtor de maconha da América do Sul. Diante

disso se justificativa o fato de as maiores apreensões estarem atreladas à localização geográfica, como pode ser verificado na Figura 29.

Figura 29 - Países produtores e maiores apreensões de drogas na região de fronteira brasileira

Fonte/mapa base: Google, Inav/Geosistemas SRL, 2012
Elaboração: GEMELLI, V. 2012

A disposição geográfica das plantações de droga e dos centros de processamento da mesma influencia os diferentes registros de apreensões dos entorpecentes nos estados brasileiros, de acordo, também, com a localização geográfica destes.

Conforme o Relatório Mundial sobre Drogas[50], lançado em junho de 2011 pelas Nações Unidas, os mercados globais de cocaína diminuíram ou se mantiveram estáveis. No ano de 2010, por exemplo, a área total do cultivo de coca apresentou uma redução de 18% em relação ao ano de 2007, totalizando 149. 000 mil hectares plantados. Em termos de produção de cocaína, houve uma redução de cerca de 1/6, tendo em vista a considerável diminuição da

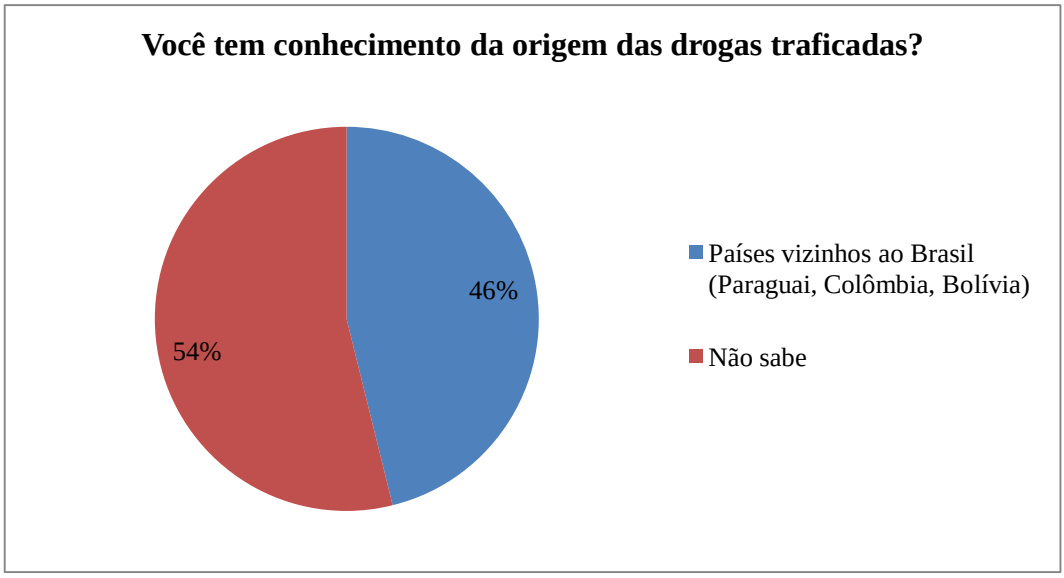
[50]RELATÓRIO mundial sobre drogas 2011. Disponível em: <http://www.defesanet.com.br/seguranca/noticia/1608/UNDOC---Relatorio-Mundial-sobre-Drogas-2011> Acesso em: 23 jul. 2011.

área plantada na Colômbia. No entanto, cabe ressaltar, ainda de acordo com o Relatório das Nações Unidas, que houve aumentos na produção no Peru e na Bolívia.

Apesar da pequena diminuição e/ou estabilidade na soma total de área plantada de coca no mundo, sua produção, ainda, apresenta quantidade e extensão consideráveis, constituindo uma atividade ilegal que movimenta milhões em dinheiro todos os anos.

Ainda, no que se refere à origem das drogas que são traficadas para o Brasil, e também ao seu destino, pôde-se perceber durante as entrevistas realizadas com alguns moradores da região de fronteira, que não há total clareza, por parte desses, quanto à origem das drogas, conforme Figura 30.

Figura 30 - Gráfico sobre a origem das drogas traficadas

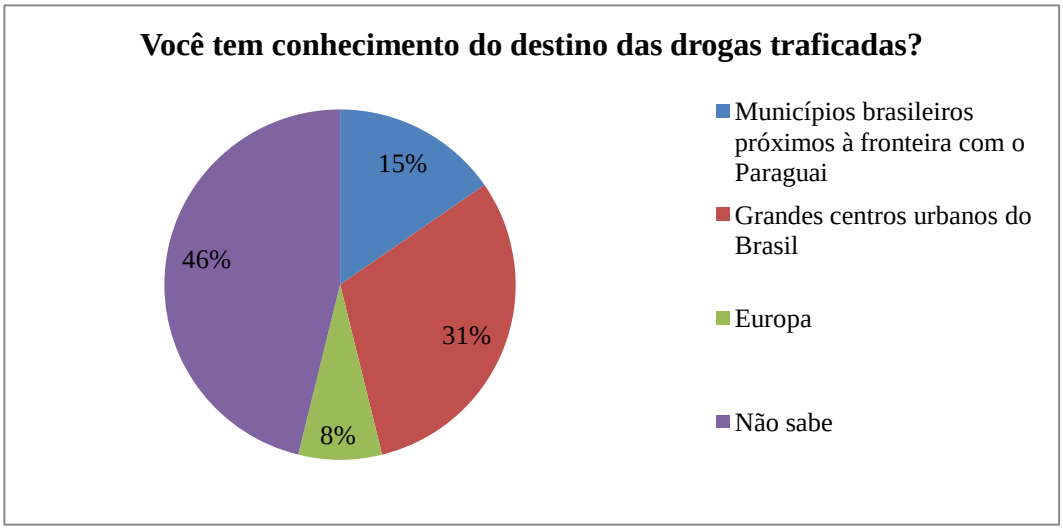


Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

Ao serem questionados sobre: “você tem conhecimento da origem das drogas traficadas?”, cerca de 46% dos entrevistados respondeu que tais drogas vêm dos países vizinhos ao Brasil, com destaque para Paraguai, Colômbia e Bolívia. No entanto, mais da metade dos entrevistados, 54%, não sabe qual é a origem das drogas.

Da mesma forma, no que se refere ao destino das drogas traficadas, grande parte dos entrevistados não soube responder, conforme Figura 31.

Figura 31 - Gráfico sobre o destino das drogas traficadas



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

Cerca de 46% dos entrevistados não soube dizer quais são os destinos das drogas traficadas na fronteira Brasil/Paraguai. Outros 31% colocaram como principais destinos das drogas os grandes centros urbanos do Brasil, com destaque para São Paulo e Rio de Janeiro. 15% destacaram como destinos os municípios brasileiros próximos à fronteira com o Paraguai. Apenas 8% dos entrevistados citaram a Europa como destino das drogas.

Quando as drogas não são apreendidas em operações policiais, estas, uma vez que alcançam a região de fronteira, mais especificamente na porção correspondente à extensão do Lago de Itaipu, entram no Brasil.

Quanto à distribuição geográfica das drogas, os principais centros receptores se localizam, de acordo com agentes[51] que trabalham com essa problemática da fronteira, nos grandes centros urbanos do país, tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Brasília, Goiânia, Curitiba e Cuiabá, onde se encontram as maiores concentrações de usuários de drogas. No entanto, desses centros receptores as drogas são redistribuídas para inúmeros outros pontos em todo o território nacional, incluindo os municípios próximos à região de fronteira.

O Quadro 6 a seguir, mostra algumas grandes apreensões de drogas realizadas em grandes centros urbanos do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, ou próximo a estes, e também em municípios próximos à região de fronteira.

[51] Inclui-se, aqui, os agentes entrevistados: Coronel Joel Martins dos Santos – Diretor do Departamento de Operação de Fronteira (DOF), do estado de Mato Grosso do Sul, em resposta a ofício enviado; delegado de Cascavel Rivaldo,Venâncio, em entrevista concedida em 05 de março de 2012; delegado de Foz do Iguaçu, Guilherme Monseff de Biagi, em entrevista concedida em 13 de março de 2012 e delegado Ricardo Cubas César, em entrevista concedida em 20 de março de 2012.

Quadro 6 - Apreensões de drogas: grandes centros urbanos e municípios da fronteira

Apreensões de drogas			
Tipo de drogas	**Quantidade**	**Local**	**Data**
Pasta base de cocaína	71 kg	Mogi Guaçu (SP)	17/03/2013[52]
Crack	300 pacotes	São Paulo (SP)	07/12/2011[53]
Maconha	2,9 toneladas	São Paulo (SP)	02/06/2012[54]
Maconha	700 kg	Peruíbe (SP)	07/12/2011[55]
Maconha	40 toneladas	Rio de Janeiro (RJ)	28/11/2010[56]
Cocaína	300 kg	Nova Friburgo (RJ)	05/06/2011[57]
Maconha	15 kg	Rio de Janeiro (RJ)	27/04/2013[58]
Maconha	100 kg	Belo Horizonte (MG)	08/03/2013[59]
Cocaína	100 pinos	Belo Horizonte (MG)	08/03/2013[60]
Maconha	70 kg	Contagem (MG)	08/03/2013[61]
Maconha	512 kg	Santa Helena (PR)	18/10/2012[62]
Crack	25 kg	Cascavel (PR)	26/06/2012[63]
Maconha	30 kg	Marechal Cândido Rondon (PR)	26/04/2013[64]

Fonte: Mídia eletrônica

[52] PF FECHA balanço e divulga apreensão de 71 kg de pasta base de cocaína. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/03/pf-fecha-operacao-com-apreensao-de-71-kg-de-pasta-base-de-cocaina.html> Acesso em: 30 abr. 2013.

[53] POLÍCIA FAZ grande apreensão de drogas na zona leste de São Paulo. Disponível em: <http://noticias.r7.com/balanco-geral/video/policia-faz-grande-apreensao-de-drogas-na-zona-leste-de-sao-paulo-4edf2f99b51a6523b980f69b/ > Acesso em: 30 abr. 2013.

[54] MAIOR APREENSÃO de drogas no ano de 2012 na capital paulista. Disponível em: <http://ssdpfrj.org.br/2012/06/maior-apreensao-de-drogas-no-ano-de-2012-na-capital-paulista/#more-5727> Acesso em :30 abr. 2013.

[55] POLÍCIA FAZ grande apreensão de drogas na zona leste de São Paulo. Disponível em: <http://noticias.r7.com/balanco-geral/video/policia-faz-grande-apreensao-de-drogas-na-zona-leste-de-sao-paulo-4edf2f99b51a6523b980f69b/ > Acesso em: 30 abr. 2013.

[56] APREENSÃO DE ARMAS e drogas no Alemão é a maior da história no Rio, diz PM. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/apreensao-de-armas-e-drogas-no-alemao-e-a-maior-da-historia-no-rio-diz-pm-20101128.html> Acesso em: 30 abr. 2013.

[57] A MAIOR APREENSÃO de Drogas da Região Serrana do RJ. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dCfOxP3s-8s> Acesso em: 30 abr. 2013.

[58] HOMEM É DETIDO com drogas na Rodoviária Novo Rio. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/04/homem-e-detido-com-drogas-na-rodoviaria-novo-rio.html> Acesso em: 30 abr. 2013.

[59] PM APREENDE mais de 170 quilos de drogas em BH e em Contagem. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/03/pm-apreende-mais-de-170-quilos-de-drogas-em-bh-e-em-contagem.html> Acesso em: 30 abr. 2013.

[60] *Idem.*

[61] *Idem.*

[62] POLÍCIA FEDERAL apreende 500 kg de maconha em pneus de carreta. Disponível em: <http://ssdpfrj.org.br/2012/10/policia-federal-apreende-500-kg-de-maconha-em-pneus-de-carreta/#more-12283>, Acesso em: 30 abr. 2013.

[63] TRÊS PESSOAS foram presas com mais de 25 quilos de crack. Disponível em: < http://ssdpfrj.org.br/2012/06/tres-pessoas-foram-presas-com-mais-de-25-quilos-de-crack/#more-7135> Acesso em: 30 abr. 2013.

[64] DENARC APREENDE maconha entre Toledo e Marechal Cândido Rondon. Disponível em: <http://catve.tv/noticia/9/58581/denarc-apreende-maconha-entre-toledo-e-marechal-candido-rondon> Acesso em: 30 abr. 2013.

Tais apreensões de drogas ratificam a existência das redes do tráfico, que tem como destino principal os grandes centros de consumo da mesma. Assim também, as apreensões de drogas em municípios próximos à fronteira evidenciam uma das maiores portas de entrada de drogas no país.

Sobre a passagem de drogas pelo Brasil para os países europeus, König (2013), coloca que o avanço do narcotráfico em relação ao território brasileiro se deu, inicialmente, devido à sua condição geográfica. “Por um bom tempo o país não passava de corredor para que a cocaína da Colômbia, do Peru e da Bolívia chegasse à Europa.”

Inicialmente, portanto, o Brasil se destacava apenas como corredor de passagem, no caso da cocaína. No entanto, ainda de acordo com König (2013), posteriormente o Brasil se converteu em importante mercado consumidor de drogas, o que fortaleceu ainda mais o narcotráfico no país.

König (2013) explica a transição do Brasil de país de passagem de drogas, para grande mercado consumidor, ao dizer que:

> ... invariavelmente todo território que se torna rota do tráfico um dia acaba virando também mercado consumidor. Assim, não tardou e parte das drogas começou a ser vendida nas principais cidades brasileiras.

Todos os dados e depoimentos expostos até aqui demonstram que toda a região de fronteira Brasil/Paraguai, com destaque para a porção que compreende a extensão do Lago de Itaipu, constitui-se em rota para o tráfico de drogas dos países vizinhos para o Brasil. Assim, o crime organizado se mostra altamente articulado e em franca expansão, afrontando o Estado.

De acordo com o Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas – ONU:

> o crime organizado transnacional, capaz de ampliar o campo de actuação das suas actividades e comprometer a segurança e as economias de países inteiros, especialmente dos em desenvolvimento ou em fase de transição, representa uma das maiores ameaças contra os governos que visam assegurar a sua própria estabilidade, a segurança de seu povo, a manutenção de toda a estrutura da sociedade e a viabilidade e continuidade do desenvolvimento das suas economias (CONSELHO ECONÔMICO E SOCIAL – ONU, 1994 apud CASTELLS, 2003, p.207).

A constituição das redes geográficas ilegais do tráfico de drogas ilícitas representa uma realidade que ameaça o poder dos Estados-Nação, criando conflitos entre o território

institucional do Estado e o território criado pela territorialização das redes ilegais. Cabe considerar que, a nível transnacional, as redes ilegais possuem maior integração do que a existente entre os Estados-Nação, haja vista a necessidade por parte de tais redes de amplas conexões pelo território, como necessidade de transporte. A maior integração das redes é o que lhes garante êxito em detrimento das ações de repressão e combate por parte do Estado.

No próximo capítulo discutir-se-á o papel do Estado e da sociedade com relação ao tráfico/uso de drogas, através do levantamento de políticas públicas de combate ao tráfico de drogas e, em contrapartida, mobilizações de descriminalização do uso de drogas. Além disso, é evidenciada a questão social do tráfico e a relação entre as drogas e o capitalismo.

CAPÍTULO IV – A RELAÇÃO DA DROGA COM O ESTADO E A SOCIEDADE

No presente capítulo, evidencia-se a ação do Estado no tratamento às questões relacionadas ao tráfico de drogas, a qual se dá por meio da criação de políticas públicas. Para tanto, são elencadas algumas das principais políticas públicas existentes no Brasil e no Paraguai, sobre tal questão. Para além da ação do Estado, são expostos ainda outros ideais voltados para a questão das drogas, como, por exemplo, a legalização e a descriminalização do seu uso.

Para finalizar este trabalho, realiza-se, também, discussões no âmbito da questão social do tráfico e da sua relação para com o capitalismo.

4.1 O papel do estado e da sociedade

A segurança pública, enquanto necessária para o bem estar da sociedade, e direito desta, constitui-se num dever a ser exercido pelo Estado para garantir a preservação da ordem pública, do patrimônio e dos cidadãos. Tal atribuição do Estado é garantida no Brasil através de órgãos como: a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar.

Cada um desses órgãos possui uma determinada área de atuação, bem como organização e funções diferenciadas, as quais garantem a eficiência das atividades executadas.

À Polícia Federal, enquanto órgão permanente, estruturado e conservado pela União, cabe as seguintes funções, de acordo com a Constituição Federal de 1988:

> I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;
> II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;
> III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;
> IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União. (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 144).

A Polícia Federal atua, portanto, em crimes que envolvem a União, desde a prevenção e repressão de tráfico de entorpecentes, até o julgamento de tais crimes, tendo, também, a função de polícia judiciária.

Quanto às polícias rodoviária federal e ferroviária federal, também mantidas pela União, cabe a tarefa de patrulhamento ostensivo das rodovias e ferrovias federais, respectivamente.

Quanto às polícias civis, ainda de acordo com a Constituição Federal de 1988, estas são "dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares" (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 144)

A Polícia Civil é a polícia judiciária por excelência, à qual cabe o dever das investigações de inquérito policial de infrações penais.

Já a Polícia Militar é a que garante a manutenção da ordem pública, sendo responsável pelo patrulhamento ostensivo, conforme dispõe a Constituição Federal de 1988: "às polícias militares cabem à polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil." (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, Art. 144).

No que se refere à manutenção da segurança pública no Paraguai, esta é designada à Polícia Nacional do Paraguai, instituição criada pelo Estado, que tem por missão: "la Policía Nacional del Paraguaya tiene por misión Constitucional mantener y restablecer el Orden Público para garantizar la seguridad, tranquilidad, moralidad pública y la paz social"[65] (LA INSTITUCION POLICIAL[66])

Além da Polícia Nacional, há, também, no Paraguai, a Secretaria Nacional AntiDrogas (SENAD), responsável especificamente pelo combate ao tráfico de drogas, que tem por função:

> ejecutar y hacer ejecutar la política del gobierno nacional en la lucha contra el narcotráfico, la prevención, recuperación y el control del consumo indebido de drogas peligrosas, el control del lavado de dinero proveniente del tráfico ilícitos de estupefacientes sicotrópicos y de los delitos conexos.[67] (ACERCA DE LA SENAD[68])

[65] Tradução nossa: "A Polícia Nacional do Paraguai tem por missão constitucional manter e reestabelecer a ordem pública para garantir a segurança, tranqüilidade, moralidade pública e a paz social."

[66] LA INSTITUCION policial. Disponível em: < http://www.policianacional.gov.py/institucion_policial.html#thumb> Acesso em: 16 jan. 2013.

[67] Tradução nossa: "executar e fazer executar a política do governo nacional na luta contra o narcotráfico, a prevenção, recuperação e controle do consumo indevido de drogas perigosas, o controle da lavagem de dinheiro proveniente do tráfico de ilícitos de drogas psicotrópicas e dos direitos conexos."

[68] ACERCA DE la Senad. Disponível em: <http://www.senad.gov.py/vision-mision.html> Acesso em: 16 jan. 2013

O Estado, enquanto agente que coordena a estruturação e organização das forças policiais, exerce seu poder sobre o território. Além disso, cada órgão de segurança exerce poder sobre sua área de jurisdição, de acordo com suas funções, tornando-as seu território.

Assim, o território de tais órgãos pode apresentar uma sobreposição, sendo que muitas ações da polícia militar, por exemplo, ocorrem no mesmo território das ações da Polícia Federal.

Essa sobreposição de relações de poder num mesmo espaço gera outras relações, que podem ser de cooperação e/ou de conflitos. Entre as polícias há cooperação da execução das atividades quando esta for solicitada. Um exemplo é o acompanhamento de um presidiário por escolta da Polícia Militar para ser julgado pela Polícia Civil. Há, nesse caso, uma cooperação entre Polícia Civil e Militar.

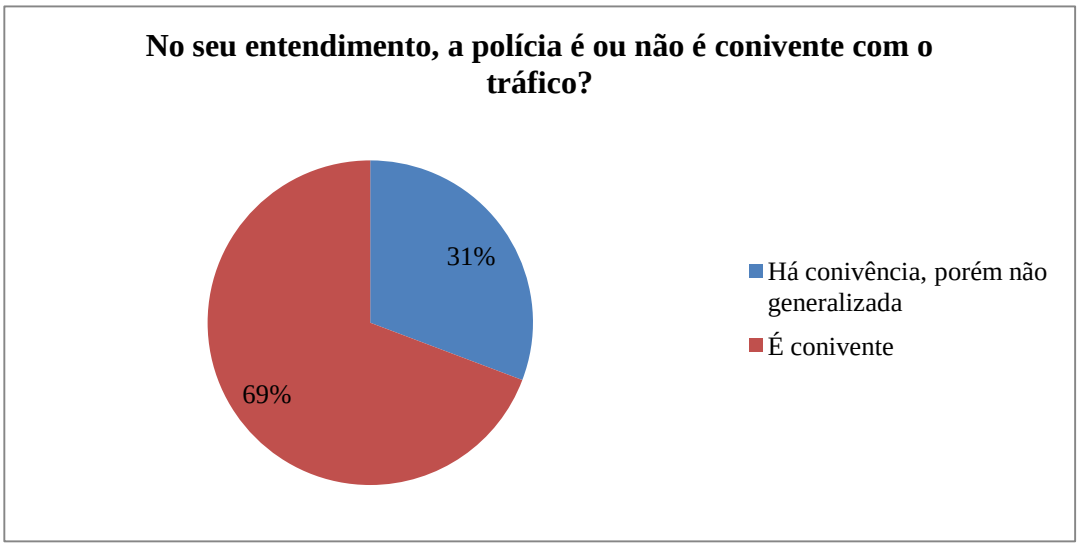
No entanto, as relações nem sempre são de cooperação, o conflito também se estabelece, como já destacado, e uma das principais causas é a corrupção desses órgãos. Em novembro de 2011, conforme setor de comunicação social da Polícia Federal de Guaíra – PR, a mesma realizou a Operação Láparos, incumbida de desarticular uma organização criminosa de atuação na fronteira Brasil – Paraguai. Nessa operação, a Polícia Federal cumpriu ordens de prisão preventiva a 29 policiais civis e militares, sendo que outros 14 não puderam ser executados.

As investigações que resultaram na execução da Operação Láparos confirmaram o envolvimento desses policiais no favorecimento de quadrilhas de atuação na fronteira. Os policiais recebiam dos traficantes vantagens econômicas em troca de informações sobre as ações da Polícia Federal, com relação ao contrabando. Essa postura garantia a livre circulação dos veículos utilizados pelos agentes da quadrilha na fronteira, possibilitando a distribuição dos produtos contrabandeados.

Neste caso, como no exemplo da Operação Láparos, a corrupção dentro dos órgãos de segurança gera conflitos entre eles.

A percepção dos moradores da fronteira quanto ao trabalho realizado pela polícia no que se refere ao tráfico de drogas também foi investigado na aplicação dos questionários. A questão, conforme Figura 31, a seguir, teve o intuito de apreender o entendimento dos informantes quanto à existência, ou não, de conivência por parte da polícia em relação ao tráfico de drogas.

Figura 32 - A conivência da polícia com o tráfico



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

Cerca de 69% dos informantes respondeu que a polícia é conivente. O Informante 1 (Guaíra, 27 jan. 2013) inclui-se nessa porcentagem e, para justificar sua resposta, fez a seguinte afirmação.

> A polícia é instituída pelos governantes, para tentar manter a ordem. A ordem de quem está no poder. Os governantes que estão no poder e que tem envolvimento com tráfico de drogas, tem uma política e estrutura conivente com o tráfico. Estão muito bem representados e muito bem organizados.
> Acredito que o "controle" do tráfico de drogas é que acaba envolvendo cada vez mais pessoas na atividade, que formam uma teia de relações, os atravessadores, os que transportam, negociam etc.

Por outro lado, 31% dos informantes, conforme Figura 31, respondeu que, embora haja conivência, não se pode generalizá-la a todos os policiais, pois nem todos são coniventes com o tráfico. O Informante 1 (Guaíra, 27 jan. 2013) por exemplo, coloca que "não se pode generalizar, mas acredito que exista quem se beneficie, ou seja, conivente com o tráfico."

Percebe-se, assim, que há o entendimento pela maioria dos informantes de que existe a conivência de determinados agentes dos órgãos de segurança para com o tráfico.

Para além dos conflitos e da corrupção, cabe destacar que ações conjuntas dentre esses órgãos também se efetivam, um exemplo é a Operação Ágata II.

A referida operação é um dos desdobramentos do Plano Estratégico de Fronteiras, instituído pelo governo federal. Essa operação, iniciada em setembro de 2011, monitorou cerca de 3,5 mil quilômetros da fronteira brasileira com o Uruguai, o Paraguai e a Argentina, na porção brasileira, que compreende a distância entre Chuí e Corumbá.

A Ágata II dá continuidade aos trabalhos realizados na Ágata I, em agosto de 2011, na região norte do Brasil. Os principais objetivos da operação são a repressão ao tráfico de drogas, de armas e de pessoas, e combate aos crimes ambientais e ao contrabando.

Para a realização da operação, coadunaram-se esforços de diversos órgãos ligados à questão da segurança na fronteira, como as Forças Armadas, a Receita Federal, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal (PRF), a Força Nacional de Segurança Pública, a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) e órgãos estaduais e municipais.

Essa Operação demonstra que a cooperação dentre os diversos órgãos também se faz presente, e representa a soma de forças no combate ao tráfico e a outros crimes nas regiões de fronteira.

Na Operação Ágata I, concentrada na repressão e prevenção de ilícitos transnacionais na região Amazônica, teve-se como resultados a destruição de pistas clandestinas e repressão aos crimes ambientais, tais como o desmatamento, o garimpo ilegal e a invasão de reservas indígenas.

Comumente operações policiais são instauradas com o objetivo principal de reprimir o tráfico de drogas, haja vista a representatividade dessa atividade na fronteira brasileira. Outro exemplo é a Operação Liberdade, realizada em agosto de 2011 pelas Polícias Militar e Civil do Paraná, com o objetivo de combater o tráfico de drogas.

Porém, é preciso considerar que não se deve atribuir e relegar apenas aos governantes, enquanto Estado, a função de combater, reprimir ou criar políticas voltadas às drogas. Nesse sentido, é fundamental que a sociedade civil esteja envolvida nas discussões e tomadas de decisões referentes a essa questão.

Um exemplo do envolvimento da sociedade em questões voltadas para a segurança pública, por exemplo, foi analisado por Souza (2007). O autor, em sua dissertação de mestrado, analisou a contribuição da participação popular em ações voltadas a execução da segurança pública, através da Patrulha Rural, criada em parceira entre agricultores do município de Guaíra e Polícia Militar do Paraná.

Tal Patrulha foi criada devido a grande onda de roubos verificados na área rural de Guaíra a partir da década de 1990, e seus resultados foram positivos mediante os anseios da população local.

Em resposta ao questionamento repassado aos moradores da região de fronteira, no que se refere à questão: “Qual o papel da sociedade civil no combate e ou no processo do tráfico?”, das treze pessoas que aceitaram responder ao questionário, seis colocaram que a

denúncia é o principal papel que cabe à sociedade desenvolver. Os demais informantes colocaram opiniões variadas sobre o assunto.

O Informante 6 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012), por exemplo, divide a sociedade em dois níveis, "... os consumidores que fomentam a droga e os que se julgam imunes ao problema." Esse informante coloca que, embora haja aqueles que se julguem não ser afetados pelo uso ou tráfico de drogas, "... toda a sociedade é atingida de alguma forma e deveria se sentir responsável objetivando ações que estimulem e amparem os desprovidos."

Desse modo, existe a percepção de que o tráfico de drogas é um problema que envolve direta ou indiretamente toda a sociedade e, dessa forma, a sociedade tem o papel de desenvolver ações ou incentivar o desenvolvimento de ações voltadas para essa realidade.

Nesse sentido, o Informante 1 (Guaíra, 27 jan. 2013) coloca que "nossa cultura tende para o comodismo e no descompromisso político." No entanto, ressalta que "... a mudança começa através da militância daqueles que podem fazer alguma coisa, seja através de entidades, instituições, sindicatos e partidos políticos." Ou seja, é através da organização da sociedade em entidades, instituições, dentre outros, que essa "cultura" pode mudar, fazendo com que a sociedade tenha um envolvimento maior com questões diversas, como o tráfico de drogas.

O Informante 9, (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012) menciona que o principal papel que cabe à sociedade desenvolver é o da conscientização, mas não quanto ao não uso de drogas, conscientizar "... no sentido de demonstrar que a repressão armada já se demonstrou ineficaz no combate ao tráfico ...", e destaca, ainda, que:

> ... a sociedade deve buscar novas alternativas no combate e uma delas talvez seja a descriminalização, juntamente com um rígido controle Estatal sobre a produção e comercialização. Atrelada a uma forte campanha permanente de conscientização.

Tal Informante afirma, portanto, que a sociedade deve estar aberta a novas alternativas, tais como a descriminalização do uso de drogas, tendo em vista que a repressão se demonstra ineficaz.

No entanto, o Informante 2 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012) e o Informante 5 (Foz do Iguaçu, 20 nov. 2012) falam sobre o medo que há por parte da sociedade em denunciar questões relacionadas ao tráfico de drogas. O Informante 2 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012) reitera que "... existe um medo muito grande de tomar atitude".

Apenas o Informante 4 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012) respondeu que a sociedade civil não desenvolve nenhum papel relacionado ao tráfico de drogas, ou seja, de acordo com o Informante, a sociedade é passiva.

Ao ser questionado sobre o papel da sociedade civil no que se refere ao tráfico de drogas, Cardin (2013) coloca que:

> infelizmente, na sociedade brasileira prevalece uma leitura moralista quanto estes assuntos, não identificando que todo circuito de drogas é um mercado similar ao de bebidas e cigarros, mas ainda não tributado. Depois de entender o fenômeno é preciso atuar no sentido de fortalecer a democracia participativa. A população precisa ser decisiva nas tomadas de decisões e na construção de projetos, a única forma de haver educação política é participando e sentido o impacto das decisões.

Cardin (2013) destaca a importância de uma maior compreensão por parte da sociedade com relação ao tráfico de drogas, com uma leitura para além do caráter moralista. Além disso, o maior envolvimento nas tomadas de decisões e na construção de projetos é apontado como papel a ser desenvolvido pela sociedade.

Nesse sentido, cabe considerar que o comprometimento da sociedade é o primeiro grande passo no que se refere ao enfrentamento das mazelas produzidas pelo tráfico de drogas. A sociedade precisa se reconhecer como pertencente a essa discussão do tráfico de drogas e, a partir disso, poderá contribuir, por exemplo, na formulação de políticas públicas institucionalizadas pelo Estado e voltadas a essa realidade.

A seguir, são explanadas algumas políticas públicas e/ou programas desenvolvidos pelo Estado, voltados especificamente para a questão da segurança e do combate às drogas, tanto no Brasil, como no Paraguai.

4.1.1 Políticas Públicas de combate às drogas no Brasil e no Paraguai

No que se refere às ações de combate às drogas no Brasil, em junho de 2011 foi lançado pelo governo federal o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF). Com esse Plano, o incentivo ao desenvolvimento regional, que até então era tido como prioridade pelo governo federal, passou a ser substituído pelo combate à criminalidade como objetivo principal.

De acordo com a matéria do “Jornal Hoje em Dia”, de Belo Horizonte – MG, de junho de 2011, investimentos grandiosos são previstos para o PEF, enquanto decai o repasse de verbas para o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), programa voltado para o combate às desigualdades regionais, ao fortalecimento do potencial de

desenvolvimento dos municípios componentes da Faixa de Fronteira, e ao resgate da dívida social com uma população em histórica situação de vulnerabilidade.

Essa medida do governo gerou críticas, sendo que o mesmo se colocou em contradição, criando brechas para o fracasso no combate às drogas. Análises de estudos sobre os aspectos econômicos das drogas ilegais demonstram que o sucesso da atividade se dá, entre outros fatores, pela ausência de políticas de desenvolvimento regional e pela pobreza existente nas zonas rurais e urbanas, aspectos esses geralmente ligados à "ausência do Estado" no atendimento a essas necessidades.

A relação é a seguinte: onde não há o incentivo ao desenvolvimento regional e à melhoria da renda da população, a atividade ilegal se fortalece, pois representa uma renda extra para atender às necessidades que o Estado não supriu à população.

Ainda, no que se refere ao PEF, o Ministério da Justiça lançou, em 2012, o programa Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (ENAFRON), como parte desse primeiro programa, o PEF. O ENAFRON tem por objetivo intensificar o controle e a fiscalização nas fronteiras brasileiras, principalmente a prevenção, o controle e a repressão de delitos transfronteiriços, nos quais se encaixa o tráfico de drogas.

Para a realização desse programa, foram selecionados 178 municípios, dentre os 588 localizados na faixa e na linha de fronteira do Brasil, os quais receberão apoio específico do Governo Federal, dentro do ENAFRON. Cabe ressaltar que, dentre esses municípios, estão inseridos os municípios brasileiros que abrangem a área de estudo dessa pesquisa, exceto Diamante D'Oeste e São José das Palmeiras.

Outra ação na fronteira vem sendo empreendida por intermédio da Secretaria de Segurança Pública do Paraná, com a instalação dos Gabinetes de Gestão Integrada na Fronteira (GGIs).

O primeiro gabinete foi instalado em abril de 2011, no município de Foz do Iguaçu, sendo que estão previstos outros dois gabinetes para serem instalados, um em Barracão-PR, e outro em Guaíra-PR. A instalação desses gabinetes busca, através da integração de ações de diversos órgãos policiais, de inteligência, do Estado e da União, garantir o combate ao tráfico de drogas, de armas, roubo de cargas, contrabando, lavagem de dinheiro etc., na região de fronteira brasileira, no limite jurisdicional paranaense.

Assim, o atual governo do estado do Paraná anunciou, no final de 2011, a criação de Batalhões de Fronteira da Polícia Militar, que tem sua sede no município de Marechal Cândido Rondon. A criação do Batalhão objetiva trazer segurança para os municípios da região de fronteira, combatendo a entrada de armas e drogas.

Essas ações demonstram a preocupação com a questão da segurança na região de fronteira do Brasil, em especial com o Paraguai.

De acordo com o então Ministro da Justiça do Brasil, José Eduardo Cardozo (gestão 2011-2014): "... a atuação integrada de segurança pública no Paraná vai contar com a participação das Forças Armadas e terá aportes de sistemas de inteligência e outros instrumentos tecnológicos de ponta, como o Veículo Aéreo Não Tripulado (VANT)"[69].

O VANT é um tipo de aeronave que pode voar automaticamente ou com uso de controle remoto, por até 37 horas, sem a necessidade do piloto, e sua área de alcance é superior a mil quilômetros quadrados. Tal veículo foi adquirido pela Polícia Federal e será utilizado para ações de controle, monitoramento e contenção ao tráfico e ao contrabando na região de fronteira brasileira.

O primeiro VANT foi lançado no mês de novembro de 2011 em São Miguel do Iguaçu – PR, para entrar em operação na região de fronteira entre Brasil e Paraguai, considerada a região de fronteira com maior população, e uma das maiores portas de entrada de drogas no Brasil.

A aeronave pode fotografar e filmar pessoas e objetos em alta resolução a uma grande distância e sem o uso de piloto, o que garante maior segurança nas ações de combate ao tráfico e contrabando, sem colocar vidas em risco. Se considerarem que o Brasil possui aproximadamente 16 mil km de fronteira terrestre com outros países, o VANT representa uma nova tecnologia que pode trazer benefícios às ações de combate, empreendidas pelas forças de segurança.

No entanto, notícias divulgadas na mídia local dizem que, desde que foi adquirido, o VANT ainda não entrou em operação, devido à falta de recursos para combustível, problemas contratuais referentes à contratação e manutenção, além de inexistência de uma rede integrada de monitoramento, controle e ação.[70]

De semelhante modo, o Ministério da Integração Nacional realiza ações voltadas para as áreas de fronteira. Uma delas é a recente instalação, em novembro de 2011, do Núcleo Regional para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira do Estado, através de decreto assinado em Foz do Iguaçu.

---

[69]SEGURANÇA. Secretário confirma integração de forças contra crimes na fronteira. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3767> Acesso em: 18 abr. 2011.

[70]SÃO MIGUEL do Iguaçu: Falhas deixam dois vants parados na base da PF. Disponível em: <http://www.independenciaam.com.br/n.php?nid=11354> Acesso em: 02 mar. 2013.

Esse núcleo é resultado de um esforço de integração entre as esferas federal, estadual e regional, para gerir e executar ações voltadas para o planejamento da região de fronteira, onde se localizam cerca de 139 municípios.

Por outro lado, algumas ações do Estado em outros pontos do território nacional trazem à tona alguns questionamentos, como é o caso da instalação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) no Rio de Janeiro, desde 2011: a pacificação de favelas e o desmantelamento dos espaços e territórios de domínio dos traficantes trouxe, ou trará impactos negativos para a região de fronteira entre Brasil e Paraguai? É possível que o principal foco de tensão com os traficantes, antes localizados nas favelas agora pacificadas, tenha se direcionado para a fronteira brasileira com o Paraguai?

Sobre essa questão, Cardin (2013) e König (2013), defendem que a instalação da UPPs, no Rio de Janeiro, não aumentou a tensão da fronteira Brasil/Paraguai, ou não é o único fator responsável pelo aumento da tensão.

Cardin (2013) coloca que

> antes de tudo, é preciso observar que o papel que o Paraguai e o Rio de Janeiro possuem no tráfico de droga é diferente. O Rio de Janeiro é o principal ponto de distribuição e consumo, isso promove a disputa territorial e de mercado na região referida. Já o Paraguai, até muito pouco tempo atrás, apresentava-se apenas como um pólo produtor de maconha e uma rota do tráfico de maconha e derivados de cocaína. [...] creio que o aumento da violência em certos pontos da fronteira com o Paraguai, não seja diretamente relacionado com as UPPs, mas com um conjunto de fatores no qual as UPPs podem até ser incluídas, mas não como fator determinante.

Nesse caso, Cardin (2013), ao destacar um “conjunto de fatores” como responsável pelo aumento da violência, se refere a fatos como: o fortalecimento do controle aduaneiro da Colômbia que ocasionou mudanças no *modus operandi* dos traficantes de derivados da coca, deslocando o tráfico dessa droga para as fronteiras centro-oeste e do sul do Brasil; a busca e disputa entre traficantes por novas rotas alternativas de tráfico para abastecer o mercado brasileiro, tendo em vista o maior controle na região norte e, ainda, a visualização do aumento do consumo de crack no Paraguai e a prisão de mulas paraguaias (jovens aliciados que aceitam engolir papelotes de cocaína pura para levarem para Europa) em aeroportos.

Assim, Cardin (2013) explica que essas situações em conjunto, somadas à instalação da UPPs, no Rio de Janeiro, contribuem para o aumento da violência na fronteira Brasil/Paraguai, e que não somente as UPPs são responsáveis pelo aumento da tensão na fronteira.

König (2013), em perspectiva semelhante, também considera que as UPPs não são responsáveis pelo aumento de tensão na fronteira. O mesmo considera,

> difícil que esse foco de tensão tenha migrado das favelas pacificadas para as fronteiras, uma vez que esses territórios são apenas pontos de passagem. [...] Não há no país uma cidade grande que não tenha sua própria estrutura montada para o comércio de drogas, e os cariocas não estariam dispostos a um confronto para disputar território. Nas fronteiras, eles estariam muito distantes dos mercados consumidores, o que dificultaria seus negócios.

De acordo com König (2013), os traficantes, ao se sentirem pressionados pelo Estado, através da instalação das UPPs, transferem seus negócios para outros locais, porém, ainda próximos dos maiores mercados consumidores, que são os grandes centros urbanos (ex: São Paulo, Rio de Janeiro etc.) distantes da fronteira Brasil/Paraguai. Nesse sentido as fronteiras continuam sendo apenas e, principalmente, territórios de passagem de drogas.

A instalação das UPP's é fato relativamente recente, sendo que ainda não é possível mensurar com total certeza os impactos que trouxeram para a região de fronteira. No entanto, essas questões instigam a investigação sobre seus desdobramentos espaciais.

No que se refere ao Paraguai, o principal órgão que atua no combate e repressão às drogas é a Secretaria Nacional AntiDrogas (SENAD/PY), que está ligada à Presidencia de la República del Paraguay.

De acordo com a própria instituição, a SENAD/PY

> es la institución estatal encargada por mandato de la Constitución Nacional de reprimir la producción y tráfico ilícitos de las sustancias estupefacientes y demás drogas peligrosas, así como los actos destinados a la legitimación del dinero proveniente de dichas actividades e igualmente combatir el consumo ilícito de dichas drogas.[71]

Para atender tal missão, a SENAD/PY atua de acordo com o Plan Nacional Antidrogas, elaborado pelo governo nacional, e assessorado pela Comisión Interamericana para el Control del Abuso de Drogas, da Organização dos Estado Americanos (CICAD/OEA).

Como apontado pelo SENAD/PY, o objetivo em torno do Plan Nacional Antidrogas é:

[71] Tradução nossa: "é instituição estatal encarregada por meio da Constituição Nacional de reprimir a produção e tráfico ilícito de substâncias estupefacientes e demais drogas perigosas, assim como os atos destinados a legitimação do dinheiro proveniente destas atividades e igualmente combater o consumo ilícito destas drogas." ACERCA DE la Senad. Disponível em: <http://www.senad.gov.py/vision-mision.html> Acesso em: 09 mar. 2012

> ... defender la causa de um pueblo sano y de una democracia con ética ante factores corrosivos o elementos perturbadores de su limpia vigencia, seguiremos temaces em nuestra lucha diaria y esperamos em esa tarea una mayor cooperación internacional que incidirá em la materialización de importantes acciones proyectadas que urge concretar.[72] (PLAN NACIONAL ANTIDROGAS[73]).

Outro programa em consonância com a atuação da SENAD/PY é o Programa de Desarrollo Alternativo. Segundo a Secretaria, o referido programa

> es um proceso destinado a impedir y eliminar el cultivo ilícito de plantas que contengan estupefacientes y sustancias psicotrópicas mediante la adopción de medidas de desarrollo rural expresamente concebidas con tal fin, y que se lleve a cabo enel contexto de um crecimiento económico nacional sostenido y de los esfuerzos por alcanzar um desarrollo sostenible de los países que estén tomando medidas contra las drogas, teniendo presentes las características sociocultural es especiales de las comunidades grupos destinatarios, y en el marco de una solución permanente y global de la problemática de las drogas ilícitas (según lo defin em la Sesión Especial de la Asamblea General de las Naciones Unidas (UNGASS), Nueva York, 1998).[74] (DESARROLLO ALTERNATIVO[75])

Com base nas informações da SENAD/PY, os primeiros registros de cultivo da maconha no Paraguai são da década de 1960, sendo que, posteriormente, nas décadas de 1970 e 1980, houve aumento gradual da atividade.

Cabe destacar que vários pequenos produtores paraguaios trabalham nas plantações de maconha naquele país, pois encontram na atividade uma fonte de renda. A SENAD/PY ratifica tal afirmativa, e destaca que:

> de esta actividad ilícita y lucrativa depende um gran número de familias que no realizan outra tarea en forma paralela y los más penoso es que no buscan

---

[72] Tradução nossa: "[...] defender a causa de um povo saudável e de uma democracia com ética perante fatores corrosivos e elementos perturbadores de sua limpa vigência, seguiremos assim em nossa luta diária e esperamos nessa tarefa uma maior cooperação internacional que incidirá na materialização de importantes ações projetadas."

[73] PLAN NACIONAL Antidrogas. Disponível em: <http://www.senad.gov.py/pna.html.> Acesso em: 09 mar. 2012.

[74] Tradução nossa: "é um processo destinado a impedir e eliminar o cultivo ilícito de plantas que contenham estupefacientes e substâncias psicotrópicas mediante a adoção de medidas de desenvolvimento rural expressamente concebidas com tal fim, e que se leve a finalidade de um contexto de crescimento econômico e nacional sustentado e dos esforços por alcançar um desenvolvimento sustentável dos países que estão tomando medidas contra as drogas, tendo presentes as características socioculturais e especiais das comunidades e grupos destinatários, e em marco de uma solução permanente e global da problemática das drogas ilícitas (segundo define na Seção Especial da Assembléia Geral das Nações Unidas, Nova Iorque, 1998)."

[75] DESARROLLO ALTERNATIVO. Disponível em: <http://www.senad.gov.py/desarrollo-alt-anteced.html> Acesso em: 09 mar. 2012.

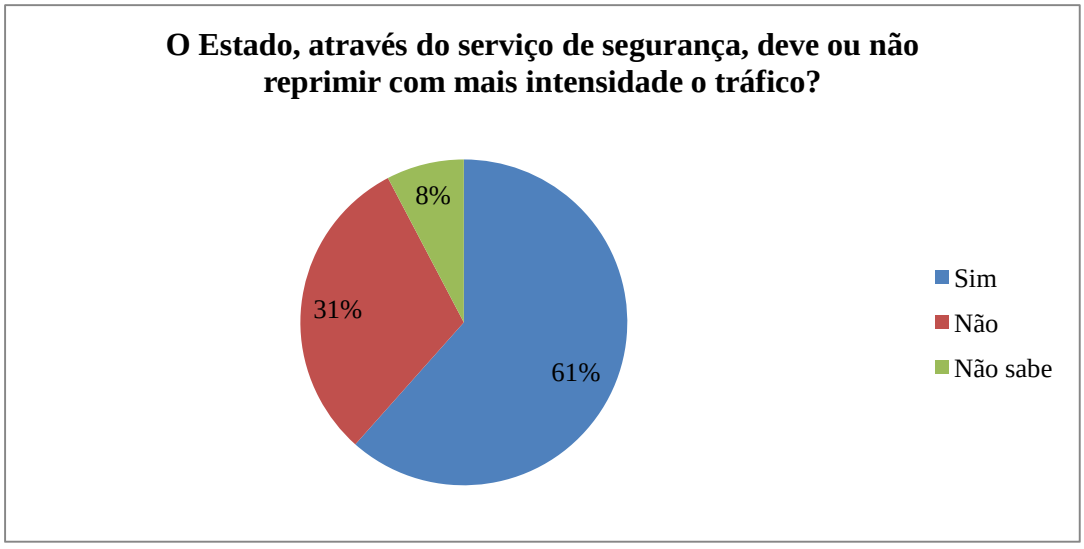
> outra oportunidad debido a la falta de apoyo y alternativas para su modificación.[76] (DESARROLLO ALTERNATIVO[77])

No Paraguai, o cultivo e a comercialização da maconha se tornou um problema econômico, social e de segurança nacional. O avanço das áreas cultivadas cresceu nos últimos anos e, de acordo com a SENAD/PY, isso é uma consequência da estagnação econômica da presente década, e do alto índice de desocupação existente no país.

Dados estimativos da SENAD/Py apontam para o cultivo de maconha em cerca de 6.000 mil hectares anuais, o que corresponde a 18.000 mil toneladas. Tal produção é distribuída, principalmente, nos mercados consumidores paraguaio, brasileiro, argentino, chileno e uruguaio.

Nesse sentido, percebe-se que, tanto o Brasil, quanto o Paraguai, possuem políticas específicas voltadas para a repressão ao tráfico de drogas. Sobre a repressão ao tráfico, os moradores da região de fronteira entrevistados foram questionados da seguinte forma: “o Estado, através do serviço de segurança, deve ou não reprimir com mais intensidade o tráfico? Porque?”. Veja a Figura 32, a seguir, sobre a porcentagem de respostas obtidas:

Figura 33 - Gráfico sobre o Estado e a repressão ao tráfico



Fonte: Elaborado por Vanderleia Gemelli com base nos questionários respondidos pelos Informantes, 2012/2013

[76] Tradução nossa: "desta atividade ilícita e lucrativa depende um grande número de famílias que não realizam outra tarefa de forma paralela e o mais doloroso é que não buscam outra oportunidade devido a falta de apoio e alternativas para sua modificação.”

[77] DESARROLLO ALTERNATIVO. Disponível em: <http://www.senad.gov.py/desarrollo-alt-anteced.html> Acesso em: 09 mar. 2012.

Cerca de 61% dos informantes respondeu que sim, que o Estado deve reprimir mais intensamente o tráfico. O Informante 6 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012) justificou essa resposta dizendo que

> é preciso eliminar o tráfico. Mas acho que só será possível mediante ações conjuntas entre todos os países da fronteira. Penso que a causa principal do tráfico perdurar em nossa região é o fato de estarmos na fronteira e a falta de ações mais eficientes, além é claro das questões sociais.

Sobre as questões sociais envolvidas, o Informante 3 (Foz do Iguaçu, 20 nov. 2012) coloca que:

> ... o tráfico em grande parte torna-se um problema não só de saúde pública (por conta dos usuários), mas também por se constituir em um problema social, [...] quase sempre jovens de camadas menos favorecidas são cooptados pelas redes de tráfico ....

Sob esta justificativa, o referido informante também fala sobre a necessidade de o Estado reprimir com mais intensidade o tráfico de drogas.

König (2013), porém, coloca que:

> o tráfico de drogas tornou-se um problema de segurança nacional, mas está longe de ser um adversário imbatível. A repressão, contudo, precisa competir com, no mínimo, a mesma característica do crime: a organização. A falta de inteligência, de estrutura e de diálogo das polícias permite ao narcotráfico adquirir enormes proporções.

Nesse sentido, König (2013), ao falar da repressão ao tráfico de drogas, destaca a importância e a necessidade de haver maior organização por parte dos órgãos de segurança, assim como ocorre com o crime organizado, que como o próprio nome diz, possui elevado nível de organização. É a falta de organização dos órgãos de combate ao tráfico de drogas, ou sua ineficiência, que permite ao narcotráfico se fortalecer e expandir.

Por outro lado, 31% dos informantes responderam “não” à questão, de acordo com a Figura 32. O Informante 4 (Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012) e o Informante 11 (Santa Helena, 13 dez. 2012) mencionam que a legalização do uso de drogas seria mais profícua do que a repressão.

O Informante 1 (Guaíra, 27 jan. 2013) também justifica sua posição contrária à necessidade de maior repressão às drogas, dizendo que:

> serviço de segurança, policiamento, está causando mais violência. Inocentes sendo mortos e retalhados, [...]. Em Guaíra, quando há maior controle do tráfico de drogas, aumenta o índice de assaltos e roubos nas residências e no comércio. A mudança deve ser para diminuir a desigualdade e a exclusão social. Uma repressão levaria a mais violência.

Ou seja, o Informante se refere aos problemas sociais enquanto questões atreladas ao tráfico de drogas, e expõe a necessidade de ações que objetivem minimizar a desigualdade e a exclusão social. Tais medidas, na percepção do Informante, seriam mais benéficas do que a repressão ao tráfico, visto que esta só gera mais violência. O mesmo Informante complementa sua posição ao dizer que:

> é necessária uma mudança estrutural na sociedade, acabar com a massificação da cultura, que chega através das novelas, músicas e etc. que faz com que a sociedade se acomode e não reflita a realidade. É necessário acabar com o problema da fome, da miséria, do desemprego, da educação, saúde, da falta de lazer. Consequentemente, isso reduziria a violência. [...] A mudança deve ser para diminuir a desigualdade e a exclusão social (INFORMANTE 1, Guaíra, 27 jan. 2013).

O Informante aponta, portanto, que a mudança não deve ser para o aumento da repressão contras as drogas, mas, sim, voltada para uma mudança estrutural na sociedade, dando a esta melhores condições de vida.

Em perspectiva semelhante aos 31% dos informantes que constam na Figura 32, Cardin (2013) diz que:

> ... as políticas de repressão não cumprem sua função quando são descoladas de políticas de desenvolvimento social e econômico. Em um lugar onde as possibilidades de vida são restritas é fundamental a garantia de um projeto de desenvolvimento decente para que a população de fato seja cidadã e participe de maneira adequada da vida social.

O estudioso ressalta a ineficiência das políticas de repressão quando desacompanhadas de políticas de desenvolvimento social e econômico. O desenvolvimento mútuo de tais políticas é de fundamental importância, principalmente, nas regiões de fronteiras que, em geral, carecem de maior atenção por parte do poder púbico.

Ainda no que se refere à Figura 32, apenas 8% dos Informantes não souberam responder à questão.

Dentro desse contexto, sublinha-se a importância e a necessidade das ações e políticas públicas voltadas à questão das drogas. Cabe questionar se ações puramente repressivas e de

combate são, realmente, o melhor caminho, ou se a estas ações devem ser atreladas a outras, voltadas para o desenvolvimento econômico e social de áreas altamente afetadas pela produção e tráfico de drogas. Quais atitudes podem surtir maiores efeitos?

Para além das ações de combate e repressão às drogas exercidas pelo Estado, determinados setores da sociedade civil defendem outras formas de tratamento no que se refere às drogas como, por exemplo, a descriminalização do seu uso, como será discutido no item que segue.

4.2 Descriminalização do uso de drogas

Em outubro de 1976, durante o Regime Militar e sob o governo de Geisel, é instituída, no Brasil, a lei nº 6.368/76, que dispunha medidas de repressão e prevenção ao tráfico ilícito e uso indevido de substâncias e entorpecentes, ou que determinem dependência física ou química. Em 2006, tal lei foi revogada durante o governo Lula, e substituída pela lei nº 11.343/06.

Esta lei, em vigência até os dias atuais, institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), e prescreve medidas para prevenção do uso indevido, bem como cuidados e reinserção social de usuários e dependentes de drogas. Além disso, estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas.

Conforme o Art. 2º da lei nº 11.343/06:

> ficam proibidas, em todo o território nacional, as drogas, bem como o plantio, a cultura, a colheita e a exploração de vegetais e substratos dos quais possam ser extraídas ou produzidas drogas, ressalvada a hipótese de autorização legal ou regulamentar, bem como o que estabelece a Convenção de Viena, das Nações Unidas, sobre Substâncias Psicotrópicas, de 1971, a respeito de plantas de uso estritamente ritualístico-religioso (BRASIL, Lei nº 11.343/06).

Em contrapartida às ações de proibição ao uso de drogas, diversos movimentos articulados por setores da sociedade quanto à legalização das drogas ou descriminalização do seu uso, foram criados no Brasil. No ano de 2005, tem-se a criação do Movimento Nacional pela Legalização das Drogas (MNLD) e o Coletivo Marcha da Maconha Brasil, por exemplo.

O MNLD é um movimento social brasileiro que tem por objetivo maior a luta pela substituição da política de proibição das drogas por uma nova abordagem, que promova o controle das drogas através da regulamentação da sua produção, comercialização e uso, tornando-a, assim, legalizada.

Quanto ao Coletivo Marcha da Maconha Brasil, tal grupo é composto por indivíduos e instituições que têm por objetivos principais, de acordo com o órgão:

> criar espaços onde indivíduos e instituições interessadas em debater a questão possam se articular e dialogar; Estimular reformas nas Leis e Políticas Públicas sobre a maconha e seus diversos usos; Ajudar a criar contextos sociais, políticos e culturais onde todos os cidadãos brasileiros possam se manifestar de forma livre e democrática a respeito das políticas e leis sobre drogas; Exigir formas de elaboração e aplicação dessas políticas e leis que sejam mais transparente, justas, eficazes e pragmáticas, respeitando a cidadania e os Direitos Humanos.[78]

Tais objetivos possuem, em comum, o ideal de buscar outra política sobre as drogas, que legalize o consumo, a produção e a distribuição da maconha no Brasil.

Cabe destacar que descriminalização e legalização são dois tratamentos direcionados às drogas, substancialmente diferentes. De acordo com Sanches (2005),

> a descriminalização do uso visa tirar o caráter de crime daquele que faz uso de substâncias psicoativas. Assim, se o sujeito é pego portando drogas, não seria preso e condenado, mas encaminhado para o setor de saúde. Na verdade, retira-se o controle do uso de drogas do Direito Penal, remetendo-o para o Direito Civil, mantendo, porém, a proibição do uso e do comércio. No caso das drogas, não torna os atos legais, mas deixam de ser ofensas criminais ... (SANCHES, 2005, p. 82).

A descriminalização consiste em não configurar como crime o uso de drogas, sem, porém, torná-la legalizada.

Por outro lado, a legalização, ainda conforme Sanches (2005, p. 83) consiste no fato de: "... deixar as drogas circularem livremente no País, sem que seja crime portá-las, ou comercializá-las, tudo isso dentro do estabelecido por lei. Prevê a regulamentação das atividades de produção e comércio das drogas."

Com a legalização retira-se, portanto, a proibição sobre o uso e a comercialização de drogas, sendo que sua produção, comercialização e uso seria regulada pelo Estado.

Sobre a diferença entre a legalização e a descriminalização, o médico e professor aposentado da Universidade Federal de São Paulo, Elisaldo Carlini, coloca que:

> é importante abordar com cautela a legalização e a descriminalização. Sou contra a legalização, acredito que seria imoral tornar legal o uso da heroína porque um determinado país deixa de arrecadar milhares de dólares com a

[78]AVISO MARCHA da maconha. Disponível em: <http://marchadamaconha.org/> Acesso em: 22 mar. 2012

> sua venda. O governo dá o aval e é como se dissesse: ‘Legaliza essa droga porque a questão da saúde não é importante’. A diferença é grande em relação à descriminalização. Se fizermos isso, não estaremos inocentando a droga, mas afirmando que seu uso não é criminoso. A abordagem muda. Continuamos a afirmar que droga faz mal, mas o indivíduo não vai para a cadeia por isso. Posso me aproximar de uma pessoa que está sofrendo e tem problemas de dependência, sem que ela tenha medo de ser punida. Sou a favor da descriminalização de todas as drogas. Estamos lidando com indivíduos doentes. Para funcionar, o governo precisa simultaneamente esclarecer sobre os benefícios e prejuízos do uso dessas substâncias. Por meio de uma propaganda séria, honesta e insistente, devemos dar ao cidadão o direito de fazer sua própria opção (CARLINI, 2002, p. 10).

Ao colocar que “que seria imoral tornar legal o uso da heroína porque um determinado país deixa de arrecadar milhares de dólares com a sua venda”, Carlini (2002) faz essa referência, pois um dos argumentos de defesa da legalização das drogas, desde a produção até o consumo, refere-se ao fato de que o mercado da droga é altamente rentável, gerando milhões em dinheiro todos os anos, e a legalização colocaria o controle sobre a produção e comercialização de drogas no âmbito do Estado, assim, com seu vultoso lucro.

Sobre a primazia da questão econômica no tratamento, a legalização, ou não, das drogas, Carlini (2002, p.10) acrescenta, ainda, que: “não podemos lidar com o problema dos entorpecentes unicamente sob o ponto de vista econômico. Há dois outros aspectos fundamentais: a visão médica e o sofrimento do ser humano. E esses devem prevalecer.”

Nesse sentido, Carlini (2002) afirma que mais do que considerar favorável ao Estado a legalização das drogas, devido aos lucros que esta lhe proporcionará, é preciso de antemão considerar que o uso abusivo de drogas prejudica a saúde do usuário, e a atenção sobre a saúde do ser humano deve prevalecer.

Quanto aos ideais de descriminalização do uso da maconha, o delegado de Guaíra, Ricardo Cubas César (2012), comenta que:

> a descriminalização do uso de drogas não resolve o problema, nem do consumo de drogas, nem do tráfico. Isso porque o uso da maconha, por exemplo, é a porta de entrada para o uso de outras drogas, assim também se a atividade for legalizada, os traficantes encontrarão outro tipo de drogas para traficar.

No que se refere à legalização das drogas, alguns autores discordam da mesma. Dentre eles, Ney Jansen, bacharel e licenciado em Ciências Sociais pela PUC-SP, ao rebater o argumento a favor da legalização das drogas, como resolução para o problema do crime

organizado e da existência de traficantes de drogas, defende que “não é possível 'humanizar' o narcotráfico, transformando o traficante em um 'empreendedor'”.

O autor coloca ainda que, “O debate deve-se fazer da perspectiva da droga enquanto mercadoria e como elemento de destruição física e material da força de trabalho (JANSEN, 2009)[79].”

Nesse sentido, Jansen (2009)[80], defende que a legalização, ou não, das drogas não diminui o seu poder viciante e se constitui um problema de saúde pública, uma vez que “o uso contínuo de drogas acarreta doenças cerebrais e psíquicas, agravadas pelo caráter viciante do produto, comprovado cientificamente.”

O uso de drogas, nessa perspectiva, é um problema social e de saúde, e a repressão, a legalização ou a descriminalização não resolvem por si só o problema. É necessário intervir onde há carências sociais que levam ao vício, o que significa maiores investimentos públicos em educação, saúde, lazer, centros de tratamento para dependentes, geração de emprego, redução de jornada de trabalho, aumento salarial, dentre outros fatores.

Assim, também, autores que defendem a legalização do uso de drogas, tais como John Grieve, da Inteligência Criminal da Scotland Yard, considera a pobreza e o desemprego como as raízes que levam ao uso de drogas.

Porém, Grive destaca que a pobreza e o desemprego são os principais elementos que levam ao uso problemático, viciante, sendo que a legalização evitaria esse uso problemático.

No texto de Grieve[81], divulgado pelo sociólogo Emir Sader em seu blog e na Agência Carta Maior, o autor defende que “a legalização restauraria o direito de se usar drogas responsavelmente e permitiria o controle e regulação para proteger os mais vulneráveis.” Ressalta, ainda, que “a legalização não é a cura para tudo, mas nos permite encarar os problemas criados pela proibição”.

Por outro lado, críticos da criminalização das drogas contestam esta versão, argumentando, como Morais (2003), que

> ... a ilegalidade faz com que o preço das drogas seja elevado, tornando o tráfico altamente lucrativo e atrativo. [...] a proibição estimula a distribuição e o uso de drogas mais perigosas fisiologicamente. Por serem mais lucrativas, menos volumosas e mais difíceis de serem apreendidas. [...] no

[79] 10 Razões para sermos contra as drogas. Disponível em:<http://www.artigonal.com/noticias-e-sociedade-artigos/10-razoes-para-sermos-contra-as-drogas-1411192.html > Acesso em: 25 mai. 2011.
[80] 10 Razões para sermos contra as drogas. Disponível em:<http://www.artigonal.com/noticias-e-sociedade-artigos/10-razoes-para-sermos-contra-as-drogas-1411192.html> Acesso em: 25 mai. 2011.
[81] 10 razões para legalizar as drogas. Disponível em:
<http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=355> Acesso em: 25 mai. 11.

> mercado ilegal não há controle da pureza e da potência da droga, tornando o risco do uso mais elevado. [...] legalizando-se certas drogas, o lucro do tráfico seria eliminado, o negócio não seria mais atrativo ao crime organizado e a violência – seu principal instrumento de atuação – declinaria. [...] o custo da repressão é elevado e não tem tido efeito satisfatório (MORAIS, 2003, p. 4-5).

Para os defensores da legalização das drogas, a criminalização não é eficaz para o controle do problema, pois cria atrativos ao tráfico, como a elevação do preço da droga, e cria, também, outros problemas como o uso de drogas mais perigosas, a falta de controle sobre a pureza e potência das drogas, e o elevado custo da repressão ao tráfico.

Sobre a ineficácia da repressão ao tráfico de drogas, o autor acima menciona que:

> o primeiro fator que dificulta a repressão a essas atividades é a lei de mercado da oferta e da demanda. Sempre que um distribuidor é retirado do mercado, as oportunidades dos que permanecem e daqueles que pretendem entrar no negócio são elevadas. Deste modo, a retirada de um traficante do mercado o torna até mais lucrativo. Em grande medida, a repressão não desestimula o tráfico (MORAIS, 2003, p. 5).

Segundo o autor, portanto, a repressão ao tráfico ocasiona efeito contrário, e cria atrativos para a permanência e o ingresso de mais indivíduos na atividade, pois, mesmo com a retirada de algum distribuidor do mercado da droga devido a este ser apreendido pela fiscalização, a demanda de usuários de drogas ainda permanece, e, assim, a possibilidade de lucro da atividade também.

É nesse sentido que Carlini (2002, p.10) afirma que “qualquer programa baseado exclusivamente em repressão não vai funcionar.” Além da repressão, é preciso realizar em conjunto um trabalho de prevenção para evitar o uso de drogas, pois essa é, segundo o autor, a única maneira realmente eficaz de lidar com elas.

Também nesse sentido, a Iniciativa Latinoamericana sobre Drogas e Democracia coloca que as políticas de combate à produção e oferta de drogas não tem sido eficazes. Tal órgão é composto por membros de diferentes países da América Latina, dentre eles destacam-se o ex-presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, o ex-presidente da Colômbia, César Gaviria, e o ex-presidente do México, Ernesto Zedillo. Além deles, participam membros dos países da Bolívia, Peru, Venezuela, Argentina, Nicarágua e Costa Rica.

O objetivo principal da iniciativa é “avaliar a eficácia e impacto das políticas de combate às drogas e formular recomendações para políticas mais eficientes, seguras e

humanas[82]", considerando que as atuais políticas de combate às drogas não têm apresentado bons resultados.

Dessa forma, em junho de 2011, a Comissão Global de Políticas sobre Drogas, instituída pela ONU, lançou relatório intitulado "Guerra a las Drogas", onde os dados demonstram a ineficácia das políticas de repressão às drogas, sendo que:

> ... apesar dos bilhões de dólares gastos, não houve redução do consumo. Um exemplo disso são os crescentes gastos dos Estados Unidos na guerra contra as drogas, que saíram de US$ 1,5 bilhão em 1985 para US$ 17,7 bilhões em 2000. Em vez de tamanho investimento ajudar na diminuição do consumo, hoje se consome mais cocaína, opiáceos (heroína) e maconha do que há dez anos.[83]

De acordo com a ONU, o consumo de cocaína aumentou 27% comparando-se o seu consumo em 1998 e 2008, e o consumo de maconha aumentou 8,5% no mesmo período[84]. Percebe-se, assim, que crescem os investimentos no combate às drogas, enquanto, por outro lado, também cresce, contraditoriamente, o consumo de drogas.

O ex-presidente do Brasil e membro da Iniciativa Latinoamericana sobre Drogas e Democracia, Fernando Henrique Cardoso, é um grande defensor da descriminalização do uso de drogas. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo,[85] em 2011, o ex-presidente disse que defende que o consumo de drogas não seja mais considerado crime.

O documentário "Quebrando o tabu", lançado em 2011 e tendo como idealizador Fernando Henrique Cardoso, traz a discussão sobre o fracasso da "guerra às drogas", lançada inicialmente pelos Estados Unidos, na década de 1970, e expõe a proposta de descriminalização do uso de drogas como uma alternativa para lidar com a questão, haja vista a ineficiência da repressão.

Um exemplo da ineficiência da repressão às drogas, de acordo com o documentário, é o aumento do uso de crack no Brasil, pois, ao mesmo tempo em que se busca combater as drogas, o crack se espalhou como uma epidemia por todo o país.

---

[82] DROGAS E DEMOCRACIA. Disponível em: <http://www.drogasedemocracia.org>. Acesso em: 05 mar. 2013.

[83] COMISSÃO GLOBAL de política sobre drogas. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/dependencia-quimica/crack-chama-a-atencao-para-dependencia-quimica/comissao-global-de-politica-sobre-drogas.aspx> Acesso em: 05 mar. 2013.

[84] *Idem.*

[85] EM FILME, FHC defende descriminalização do consumo de drogas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/922493-em-filme-fhc-defende-descriminalizacao-do-consumo-de-drogas.shtml> Acesso em: 05 mar. 2013.

O documentário sublinha, ainda, que com a grande lucratividade que o tráfico de drogas proporciona, sempre haverá traficantes, isto é, o tráfico só vai diminuir quando as ações estiverem voltadas para a demanda, ou seja, o consumidor. Mas, tais ações continuarão a não apresentar êxito se mantiverem o ideal da repressão, é necessário descriminalizar o uso de drogas, não mais considerar o usuário como um criminoso e, sim, tratar a questão como um problema de saúde. Dessa forma, a partir do momento em que o Estado descriminaliza o uso de drogas e passa a controlar a sua produção, distribuição e uso, o usuário não terá medo de se mostrar à sociedade e, dessa forma, poderá ser tratado pelo serviço de saúde, e não explorado pelo tráfico como acontece até então.

Além disso, o documentário ressalta que os custos financeiros como o tratamento aos usuários de drogas seria muito menor do que o dinheiro que é gasto com a repressão às drogas. No entanto, para instituir a descriminalização, é preciso ter pleno amadurecimento da ideia e é necessário oferecer ao usuário acesso ao tratamento.

A descriminalização, ou não, do uso de drogas, é um assunto que gera polêmica, manifestações e conflitos por parte de grupos “prós” e “contras” da sociedade. Cabe considerar que a questão é delicada, pois o tráfico de drogas é uma atividade de alcance global, não restrita a um ou poucos países. Além disso, o tráfico de drogas e o consequente uso da mesma remetem a uma questão de saúde, pois o uso de algumas drogas afeta profundamente a saúde dos usuários.

Não concerne a esta pesquisa debater sobre a coerência de cada um dos grupos a favor ou contra a descriminalização do uso de drogas, no entanto, alguns questionamentos são pertinentes: A descriminalização ajudaria, de fato, a disseminar informação aberta e verdadeira aos usuários e aos não-usuários, ajudando-lhes a tomar decisões na escolha de usar drogas, ou não, e de como usar? Será que essa conscientização realmente traria resultados? A legalização permitiria encarar os problemas criados pela proibição, porém, outros problemas não seriam criados? Segundo defensores da descriminalização, a mesma restauraria o direito de se usar drogas responsavelmente, e permitiria o controle e regulação de tal uso, mas o Estado realmente tem condições e alcance para controlar e regular o uso de drogas? O Estado tem condições de oferecer tratamento aos usuários de drogas? A pura repressão às drogas, sem considerar os problemas sociais existentes, alcançará êxito? Colocar o usuário de drogas na cadeia sem lhe oferecer apoio e tratamento irá recuperá-lo do uso de drogas? O usuário de drogas é criminoso ou doente?

A descriminalização do uso de drogas envolve, indiscutivelmente, disputas de poder e de controle de territórios. De um lado, o poder do Estado, “aparentemente” contra o tráfico de

drogas, de outro, o poder dos traficantes que dominam amplos territórios, onde o Estado, muitas vezes, é ausente - como favelas e regiões de fronteira.

Muitas vezes, o que permeia essa relação de disputa é a corrupção de diversos setores da sociedade e do Estado, que possuem interesses em lucrar com a economia da droga e controlar os gigantescos fluxos de capitais, oriundos do tráfico, como será discutido nos próximos subtópicos.

O fato é que a sociedade deve se envolver mais profundamente na discussão em torno das drogas, não delegando essa função apenas ao poder público. É preciso que haja abertura por parte da sociedade para a discussão de diferentes alternativas ao tratamento da questão, sem moralismo e sem comodismos.

4.3 A questão social do tráfico

Através da reflexão empreendida pelas leituras bibliográficas e análise das entrevistas realizadas, chegou-se à hipótese de que o tráfico de drogas traz em suas relações uma questão social imbricada, desde a produção da droga até a sua distribuição e consumo.

A desigualdade social e os problemas a ela atrelados, enfrentados por grande parcela da humanidade, representam um dos elementos que garante a sustentação do tráfico de drogas. Tal relação é explicada a seguir.

No que se refere ao uso de drogas, o primeiro contanto com a droga pode ter inúmeros motivos, em muitos casos, por exemplo, o uso de drogas é visto e praticado por diversos indivíduos como forma de refúgio, por meio do qual busca esquecer-se dos problemas vividos. Experimenta-se a droga algumas vezes, e o prazer por ela proporcionado e a constante fuga da realidade facilmente levam-no ao vício.

Um exemplo claro e atual da relação entre problemas sociais e uso de drogas é a expansão das chamadas “cracolândias” em diversas cidades do país, principalmente as capitais, com destaque para São Paulo, onde o problema tomou grandes proporções.

A falta de emprego e de condições dignas de vida e sobrevivência levam muitos jovens a usarem o crack, que logo se tornam viciados, haja vista o efeito rápido que a mesma proporciona.

As “cracolândias” são, portanto, um reflexo dos grandes problemas sociais enfrentados pela população que, sem perspectivas futuras de melhoria de sua condição social, recorrem ao mundo da droga para evadir-se do caos social em que vivem. Porém, ressalta-se que há casos de indivíduos (as) que entram no vício em condições dignas de trabalho e emprego.

De qualquer modo, as consequências são nefastas, levando os usuários a uma situação extrema de degradação humana.

Sobre a relação entre o tráfico de drogas e as desigualdades sociais, König (2013) coloca que: “o tráfico de drogas populares é regido por homens e mulheres pobres, de baixa escolaridade, cujo ingresso no mundo do crime se dá, em geral, pela dificuldade de acesso ao mercado de trabalho.”

Ao mencionar “drogas populares”, König (2013) se refere principalmente à maconha e ao crack[86], que são acessíveis à população de baixa renda, devido ao seu baixo custo.

No mesmo sentido, Cardin (2013) sublinha que

> a questão econômica é fundamental para pensarmos na existência de grupos sociais que são suscetíveis de serem cooptados para trabalhar no tráfico [...] o desemprego, a pobreza, podem gerar o consumo de drogas e a necessidade de trabalhar na sua circulação, mas a própria circulação de drogas é oriunda do modelo de desenvolvimento que gera a pobreza e exclusão.

Para Cardin (2013), então, a questão econômica, do ponto de vista do poder aquisitivo, relacionada ao desemprego, a pobreza etc, é um elemento fundamental para compreender o porquê determinadas pessoas usam drogas, bem como compreender a adesão de determinados grupos sociais para trabalhar no tráfico.

> ... os motivos de adesão passam pela dificuldade de acesso da população aos diferentes bens sociais, isso envolve mercadorias, acesso a serviços e também status.São pobres que precisam de dinheiro para a manutenção da casa, jovens que precisam de dinheiro para comprar roupas, carros e beber com amigos, enfim, são pessoas que vivem em uma sociedade capitalista e que visualizam objetivos maiores do que aqueles que suas situações reais permitem atingir.

No entanto, Cardin (2013) questiona se, de fato, é somente a pobreza que gera o consumo de drogas, ao dizer que o

> ... maior consumidor de cocaína do mundo são os Estados Unidos, será que é a pobreza que gera este consumo? Os países europeus são aqueles que mais consomem drogas sintéticas, será que é a pobreza que gera este consumo?

[86] Cabe destacar que o crack, quando traficado com alto nível de pureza possui também um alto preço, porém quando é fracionado inúmeras vezes e misturado a outros elementos que diminuem sua pureza, torna-se mais barato, a um preço acessível a população de baixa renda.

Os países citados por Cardin são desenvolvidos e, mesmo assim, encontram-se entre os maiores consumidores de cocaína e drogas sintéticas, o que demonstra, segundo o autor, que a pobreza não é o único fator que leva ao uso de drogas.

No entanto, a desigualdade social, mesmo que indiretamente, faz aumentar o número de usuários de drogas, e estes, por sua vez, garantem que o grande fenômeno do tráfico de drogas possa se sustentar e, inclusive, aumentar.

Assim, outra face do processo do tráfico de drogas, o transporte da droga, em muitos casos é realizado por indivíduos que buscam nessa atividade uma renda complementar. Este é o caso, por exemplo, de caminhoneiros, que transportam s junto à carga legal quantidades de drogas.

Além do exemplo citado, existem inúmeras outras formas de transportar a droga, e também, inúmeros fins a esta destinados. Há indivíduos que apenas transportam a droga de um lugar a outro (perto ou distante), e recebem por esse serviço, não ficando responsável pela sua venda, e há, também, aqueles que compram a droga, a transportam e a comercializam, em pequenas ou grandes quantidades.

Independente da forma como a droga é transportada, e a distância que essa percorre até chegar ao consumidor final, o objetivo de quem a transporta é obter renda extra para suplementar a renda mensal que possui, ou, às vezes, esta é a sua única forma de renda. Consequentemente, esse aumento da renda busca proporcionar melhoria das condições de vida.

Esse objetivo, no entanto, nem sempre é alcançado, isto porque, no caso de pessoas que transportam e vendem droga, mas, ao mesmo tempo, são usuárias, a melhoria das condições de vida, em geral, não é alcançada. A relação é simples, todo o dinheiro arrecadado com a venda da droga a terceiros é empregado na compra de mais droga para alimentar o vício, consequentemente a melhoria das condições de vida fica em segundo plano, muitas vezes não se concretizando.

Sobre as condições de vida de quem trabalha com essa atividade, o Informante 1 (Guaíra, 27 jan. de 2013) explicita que

> ... é trabalho precário, prejudica a saúde, corre risco de vida, tem que correr de policiais, correr de outros perseguidores, pular muros, matas, dormir fora de casa, ficar longe da família. Não é vida fácil.

Cabe destacar que, nesse caso, o Informante 1 se refere a um indivíduo que transporta, vende e é usuário de drogas. Percebe-se, assim, que a atividade do tráfico de drogas nem

sempre concretiza a possibilidade de obter melhoria das condições de vida, já que, em muitos casos, o vício permanece em primeiro plano.

Ainda sobre os indivíduos que transportam a droga, também conhecidos por “mulas”, Ribeiro (2000) faz a seguinte reiteração.

> Geralmente essas mulas são arregimentadas da classe média em decadência – pessoas para as quais o sistema não oferece saídas do ponto de vista de uma necessidade financeira emergencial ou porque vivem em sociedades estruturalmente pobres (RIBEIRO, 2000, p. 40).

Ou seja, a condição de pobreza e miséria é o principal elo que leva determinados indivíduos a aderirem ao tráfico de drogas. No entanto, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que o tráfico de drogas é alimentado pela desigualdade social, ele também a reproduz em grande escala.

Outro exemplo da relação entre a desigualdade social e o tráfico de drogas é verificado no caso dos produtores de drogas. Como já destacado neste trabalho, os principais países produtores de folha de coca, da qual se origina a cocaína, na América do Sul, são: Bolívia, Colômbia e Peru. E o principal produtor de maconha é o Paraguai.

Nesses países, a exemplo dos demais países do continente latino-americano, a inexistência de uma verdadeira reforma agrária traduz um espaço agrário onde a concentração de terras e riquezas é marcante.

Diante desse quadro, a exclusão de contingentes consideráveis da população do acesso a terra resultou numa realidade de extrema desigualdade social. Muitos foram para as cidades em busca de emprego, no entanto, nem sempre o conseguiram, ou, no caso dos que conseguem emprego, a baixa remuneração e a precariedade do trabalho reproduzem sua condição de pobreza e desigualdade.

Todo esse processo, aliado à falta da concretização de projetos políticos e econômicos que garantam uma verdadeira reforma agrária com justa distribuição de terras, levam muitos daqueles que vivem no campo a aderirem a atividades ilegais, como forma de permanecer no campo.

Conforme destaca Ribeiro (2000, p. 23), a falta de uma reforma agrária tem relação direta com a baixa “... ‘cidadanização’ existente nos países latino-americanos e com as opções desesperadas de entrada no mercado capitalista ainda que pela quase exclusiva via dos negócios ‘ilegais’ e ‘ilícitos’.”

Nesse sentido, diante da mecanização da agricultura e da pressão exercida para que esta expanda cada vez mais sua fronteira, os pequenos agricultores veem na economia ilícita um caminho alternativo para amenizar sua condição de pobreza. Sob este viés,

> o preço pago pelos narcotraficantes para o plantio é mais atraente do que o cultivo de produtos agrícolas tradicionais. As drogas não são mercadorias comuns, pois os preços são determinados pela ilegalidade e sofrem distorções (FRAGA, 2000, p. 85).

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas por quem planta a droga, o documento elaborado por camponeses latino-americanos no 1º Congresso Latino-Americano de Organizacines Del Campo, ocorrido em fevereiro de 1994, coloca o seguinte, no que se refere ao plantio de coca.

> Em um contexto de crise global estimulada pelas políticas econômicas de ajuste neoliberal, aos camponeses não resta outro caminho que a produção de coca para enfrentar a pobreza que nas atuais circunstâncias nacionais e internacionais é o único produto rentável. (BOLETIM CAMPESINO DE INTERCAMBIO INFORMATIVO, 1994, p. 3).

Nesse sentido, o plantio de drogas representa um ganho considerável para os pequenos agricultores que não possuem outra renda, embora, como já destacado, aos indivíduos encarregados da parte agrícola do negócio das drogas é reservada uma parcela mínima de dinheiro, se contabilizados os lucros totais obtidos da atividade ilícita.

Há, portanto, da mesma forma, a reprodução de desigualdades sociais, como bem expõe Ribeiro (2000, p.38), ao dizer que “o narcotráfico é capitalismo, embora subterrâneo ou ilícito, como é chamado, e com padrões de acumulação imensos e é parte do atual estágio do capitalismo de modalidade flexível, global, sem limites morais e reprodutor da exclusão social em larga escala.”

Embora atuar na atividade do tráfico de drogas, seja no plantio ou no transporte, possa render determinados lucros aos envolvidos, é inegável que a estes, oriundos de extratos sociais mais pobres e encontrados nos primeiros escalões do negócio, é destinada uma pequena parcela dos vultosos ganhos obtidos ao fim do processo do tráfico. Tem-se, portanto, a reprodução das desigualdades sociais e dos problemas a ela atrelados.

Ao analisar a dimensão que o fenômeno do tráfico de drogas representa, não é possível negligenciar sua importância e influência enquanto elemento que transforma o espaço onde atua, criando redes geográficas que permitem sua circulação, bem como interferindo diretamente na vida e no cotidiano dos indivíduos que lhe dão condições de se expandir.

Sejam produtores de droga ou os chamados “mulas” que a transportam, estes vivem acuados pelo medo da repressão dos órgãos de combate às drogas, e por medo da violência existente no narcotráfico, haja vista que a “lei do silêncio” é a regra geral para àqueles que querem manter suas vidas e a vidas de suas famílias.

A grande parte dos que arriscam suas vidas ao trabalhar e viver na ilegalidade, o faz por um principal motivo: sobreviver.

Fraga (2000) ratifica as marcas ocasionadas pelo narcotráfico no dia-a-dia das pessoas e no espaço em que atua, ao dizer que:

> ... não é mais possível ignorar a presença do crime organizado ligado ao comércio ilegal de drogas e as terríveis marcas incrustadas no cotidiano das cidades onde se estabelecem, seja no meio urbano seja no rural; no interior ou nas regiões metropolitanas. E que a violência presente atinge, principalmente, os jovens. Neste ponto, acreditamos, o Brasil possui extremas semelhanças com o caso colombiano, e sua face mais exposta é o incremento espetacular de mortalidade e a forma com que jovens e adolescentes são facilmente incorporados em suas fileiras (FRAGA, 2000, p. 87).

Ao mencionar o caso colombiano, o autor se refere ao papel que adolescentes e jovens desempenham nas atividades relacionadas à economia do tráfico naquele país, e das consequências geradas, como o pouco apego à vida, o uso indiscriminado e banalizado da violência e o consumismo excessivo e desenfreado.

É preciso considerar, dessa forma, que, enquanto parte daqueles que trabalham no narcotráfico o fazem para sobreviver diante das mazelas ocasionadas pelas regras do sistema em que vivemos, outra parte trabalha no narcotráfico para satisfazer as necessidades e desejos imediatos característicos da sociedade do consumo, como comprar um tênis de marca ou a roupa da moda. A semelhança entre os dois casos é que a condição de exclusão e desigualdade em que vivem é a mesma.

Com base no exposto, não se deve negligenciar a presença do narcotráfico como fenômeno crescente na fronteira Brasil/Paraguai, articulado através da formação de amplas redes desde a produção, até a distribuição e o consumo de drogas.

Também é preciso considerar que, por ser articulado como uma empresa capitalista, o narcotráfico atua como reprodutor das desigualdades sociais e, devido às propriedades das drogas serem prejudiciais à saúde humana, o narcotráfico ocasiona consequências nefastas à vida de quem o consome, desintegrando o ser humano.

4.4 As drogas e sua relação com o sistema capitalista

Como já destacado, há muito tempo que as drogas são usadas pela sociedade. Algumas drogas, inicialmente, eram usadas para fins medicinais, como a maconha e a folha de coca, por exemplo, matéria prima da cocaína. Conforme Somoza (1990):

> a coca está ligada às origens das diversas culturas andinas, fazendo parte da economia do império Inca, baseada na troca, mas também na farmacopéia, tendo sido utilizada pelos médicos indígenas na cura e prevenção de diversos males e para amenizar dores (p. 18).

Quanto à maconha, seu uso medicinal: "... pode servir para o tratamento de depressões, convulsões, glaucoma, náuseas, apetite, mas a substância que auxiliaria nesse papel terapêutico é o THC, justamente o componente químico que traz os efeitos psicoativos" (SOMOZA, 1990, p. 5).

Embora apresentem propriedades medicinais, essas e outras drogas passaram a ter seu uso restringido ou proibido devido às suas propriedades viciantes e alterações cerebrais deturpadoras que provocam. O fato é que, mesmo com a proibição, ao longo dos anos o mercado de comercialização de drogas cresceu sobremaneira, principalmente durante os anos de 1980, tomando proporções gigantescas e convertendo a droga em mercadoria.

Esse crescimento se deu, dentre outro fatores, pela alta lucratividade oriunda da comercialização de drogas. De acordo com a Revista Adusp da Associação de Docentes da Universidade de São Paulo, o tráfico internacional de drogas atinge:

> ... uma cifra anual superior a US$ 500bilhões. Esta cifra supera os proventos do comércio internacional de petróleo; o narcotráfico é o segundo item do comércio mundial,só sendo superado pelo tráfico de armamento (REVISTA ADUSP, 1996, p. 45).

Com a intensificação e complexificação da atividade tem-se, conforme Jansen (2007), a partir das décadas de 1970 e 1980 o desenvolvimento do que se pode chamar de economia da droga, sendo que a quase totalidade dos lucros obtidos com o tráfico, cerca de 90%, são "lavados" no sistema financeiro mundial.

Os lucros obtidos através de atividades ilegais só têm sentido se puderem ser reinvestidos na economia legal. A lavagem de dinheiro é fundamental nesse processo, pois ela reincorpora ao sistema financeiro o dinheiro obtido ilegalmente, transforma o "dinheiro sujo" em "dinheiro limpo".

De acordo com Jansen (2007), existem diversas formas de lavar o dinheiro e

> uma delas é transferir o dinheiro dos paraísos fiscais para diversas outras contas ou fazer transações abaixo de 10 mil dólares (limite exigido para prestação de informações da Lei do sigilo bancário nos EUA). Ou então, através da venda de cartelas dos bingos ou da venda supervalorizada de jogadores de futebol (p. 9).

Para a lavagem de dinheiro obter êxito e sustentar a economia da droga, o sigilo bancário é fundamental. Como o próprio nome diz, permite sigilo nas transações financeiras, sendo que só pode ser quebrado com autorização judicial.

Ainda conforme Jansen (2007, p. 9), "o sigilo bancário, baseado no sagrado 'direito de propriedade' do capitalismo, é um dos trunfos do narcotráfico e do sistema financeiro mundial, que absorve os lucros do crime sem perguntar pela origem".

O dinheiro sujo é lavado nos chamados "paraísos fiscais", lugares onde há rigoroso sigilo bancário que permite a confidencialidade das transações bancárias.

Para Novaes (2003, p.16 – grifos do autor) "quando associada ao sistema bancário, a lavagem de dinheiro pode ser dividida em três etapas: *colocação, acomodação e integração* ...".

O primeiro estágio da lavagem de dinheiro, denominado "colocação", é o processo de depositar o dinheiro ilegal, "sujo", em agência(s) bancária(s). Sobre isso Novaes (2003) destaca que,

> o risco é elevado nesta primeira etapa do processo, pois se trata de dinheiro em espécie. Praticamente todos os instrumentos à disposição de Estados nacionais e organismos internacionais para controle da lavagem só podem funcionar neste primeiro estágio. Em países que procuram cumprir as 40 medidas da FATF, como é o caso do Brasil, só é possível controlar depósitos iguais ou superiores a 10.000 dólares, donde a prática do '*smurfing*' que consiste em contratar indivíduos ('*laranjas*') que façam vários depósitos abaixo desse teto. Outras práticas como a divisão dos depósitos por diversas praças bancárias, a entrada ilícita de moeda no país e a mistura de ganhos ilícitos com depósitos legítimos, também são freqüentemente utilizadas com a finalidade de evitar o controle bancário (NOVAES, 2003, p. 16 – grifos do autor).

É nesse primeiro estágio, portanto, que os traficantes têm de fazer alguns "esquemas" para burlar o montante total de dinheiro depositado e, assim, não serem flagrados pela fiscalização nos países que seguem as medidas da Financial ActionTask Force – FATF.

A FATF é um conjunto de medidas criadas pela Organização dos Estados para Cooperação e Desenvolvimento, com intuito de controlar a lavagem de dinheiro no sistema bancário e financeiro mundial, embora nem todos os países sigam tais medidas.

Quanto à segunda etapa do processo de lavagem de dinheiro, denominada “acomodação”, esta consiste em mascarar a origem do dinheiro com a realização de transferências e transações bancárias diversas (NOVAES, 2003).

Nessa etapa, o montante total do primeiro depósito realizado é subdividido através de inúmeras transferências para outras contas bancárias, o que permite mascarar a sua origem.

A última fase do processo, denominada “integração” “... consiste na utilização dos fundos que passaram pela acomodação para a compra de ativos legais” (NOVAES, 2003, p. 18).

Essa fase consiste em integrar o dinheiro ilegal na economia legal, seja através da compra de fundos monetários, pela aquisição de imóveis ou investimentos em negócios lucrativos, legais e diversos.

Assim, em sua essência o tráfico de drogas é um negócio eminentemente capitalista. Seja pela sua lógica de funcionamento organizada como a de uma empresa, seja pela busca cada vez maior de lucratividade e pelo do acúmulo de capitais.

> A “narcoeconomia”, longe de ser um submundo alheio à norma capitalista, está rigorosamente organizado de acordo com os parâmetros da “economia de mercado”. Os objetivos das máfias – captura de mercados, monopólio de preços e domínio sobre os segmentos mais lucrativos – são metas tipicamente capitalistas (REVISTA ADUSP, 1996, p. 49).

Analisando sua lógica de funcionamento, é possível constatar que o tráfico de drogas está relacionado ao sistema capitalista, tanto pela sua organização estrutural interna, suas metas, como, também, pelo fato de que o uso da droga favorece ao sistema.

Exemplo disso é evidenciado em algumas regiões canavieiras do Brasil, onde os trabalhadores da cana são estimulados a usar crack para ficarem mais dispostos e produzir mais. Ou seja, o objetivo dessa prática é sempre a busca por maior lucratividade.

Ainda conforme a Revista Adusp (1996, p. 45), estima-se que a rentabilidade alcançada pelo narcotráfico “... se aproxima dos 3.000%. Os custos de produção somam 0,5% e os de transporte gastos com a distribuição (incluindo subornos) 3% em relação ao preço final de venda”.

Como já destacado, nos países produtores de drogas, por exemplo, os indivíduos que trabalham nas plantações, em geral, recebem uma quantidade de dinheiro muito pequena se comparada com a rentabilidade final do produto. No entanto, contraditoriamente, lucram mais do que se trabalhassem com outras atividades agrícolas, como milho, soja, entre outros.

Nesse sentido, considerando a forma de organização existente no tráfico de drogas, bem como a divisão dos seus lucros e seu caráter reprodutor de desigualdades sociais, pode-se considerar que este funciona como uma empresa, eminentemente capitalista.

Portanto, nos moldes da sociedade capitalista em que se vive, o fim do tráfico de drogas torna-se um tanto quanto utópico, considerando que a sua grande lucratividade, bem como a desigualdade social existente, sempre arregimentarão indivíduos para a atividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A fronteira, em especial a existente entre Brasil e Paraguai, constitui-se em espaço privilegiado para os estudos geográficos, pois se concretiza em campos de força, de conflitos, de solidariedade e de contradições, onde se dá a sobreposição de vários territórios, destacando-se determinadas características peculiares, como a ilegalidade.

Embora se trate de uma região em comum entre os dois países, as características de cada lado da fronteira são díspares, pois envolvem realidades oriundas de processos históricos diferentes. No entanto, em meio a essas diferenças, a atividade do tráfico de drogas se constitui no elemento que representa a semelhança entre Brasil e Paraguai.

A existência do Lago de Itaipu, insuficientemente fiscalizado, aliado ao fato de o Brasil fazer fronteira com os maiores produtores de folha de coca e maconha do mundo, são fatores que contribuem para o crescimento dessa atividade ilegal. Crescimento esse que é evidenciado nessa pesquisa através das estatísticas de apreensões de drogas.

Com base nas leituras realizadas, entrevistas colhidas ao longo da pesquisa, e pelos questionários aplicados, constatou-se que mapear com exatidão os caminhos por onde a droga passa é algo pretensioso e que demandaria anos de minuciosa investigação. Isto porque toda a região de fronteira compreendida na extensão do Lago de Itaipu é uma grande rota constituída por inúmeros caminhos por onde a droga passa. Além disso, tais rotas são abandonadas e retomadas constantemente para burlar a fiscalização, daí a dificuldade em traçar rotas fixas.

A organização em redes é a forma operacional econômica do tráfico de drogas, sendo que, para as diversas fases da atividade ilegal, são necessárias determinadas articulações pelo território. A organização em rede atinge, portanto, diversas escalas do espaço geográfico, como necessidade para garantir cada etapa da atividade, que vai desde o cultivo da droga, até sua distribuição ao mercado consumidor.

É, portanto, a organização reticular da atividade ilegal o elemento que permite tratar sua espacialização e territorialização, através da perspectiva geográfica. Além disso, a atividade ilegal cria uma teia de relações pelo espaço em que atua, seja na área produtora de drogas, ou no espaço de circulação e distribuição da mesma.

Outro aspecto é a integração existente entre as organizações ilegais na fronteira, permitindo o fortalecimento das redes do tráfico de drogas, enquanto que as ações desintegradas dos organismos de segurança do Brasil e do Paraguai não obtêm o mesmo êxito e até mesmo favorecem a ilegalidade.

A atividade de tráfico de drogas ilícitas possui inúmeros desdobramentos e consequências. A criminalidade se configura como umas das realidades da região de fronteira entre Brasil e Paraguai, constituindo e construindo uma complexa rede ilegal pelo território. É essa realidade que permite desenvolver estudos sobre a “geografia da droga” e/ou “geografia das redes ilegais”.

Nesse sentido, o Lago de Itaipu se constitui como base para o desenvolvimento da atividade, onde se forma o território do tráfico de drogas, bem como o território dos traficantes. Trata-se do lugar onde se estabelecem relações de poder e recebem vantagens os traficantes que possuem conhecimento das características do terreno e o controlam por meio da atividade ilegal desenvolvida.

A formação do Lago de Itaipu, em 1982, favoreceu e, ainda, favorece o desenvolvimento do tráfico de drogas, devido, principalmente, à sua vasta extensão que dificulta a fiscalização, pois não há contingente policial suficiente para fiscalizá-lo, tornando-o atrativo ao tráfico. Essa realidade abre brechas para o surgimento de inúmeros portos clandestinos ao longo da extensão do lago, os quais são utilizados para o tráfico de drogas. Dessa forma, o Lago de Itaipu se configura como território para o desenvolvimento da atividade ilegal, especialmente à noite.

A flexibilidade das rotas do tráfico de drogas ilícitas é outro elemento que demonstra o conhecimento espacial como necessário para o êxito da atividade, pois, como explicado anteriormente, a droga que é traficada para o Brasil possui inúmeras formas de chegar até seu destino, criando, para este fim, novas rotas e formas de transporte para burlar a fiscalização.

Um dos principais elementos que garante que as drogas traficadas cheguem a seu destino final sem serem apreendidas são os “canais de comunicação” criados através do aliciamento da população, que vive no espaço de atuação dos traficantes, ou de agentes dos órgãos de segurança. Esses “canais de comunicação” passam informações, por exemplo, quanto a pontos de fiscalização dos órgãos de segurança, o que permite aos traficantes mudar imediatamente de rota.

Essa característica de abandonar rotas antigas e criar novas, sempre que necessário, é responsável, também, pela desterritorialização e reterritorialização do espaço em que ocorre. As rotas do tráfico impõem ao espaço a sua logística e circulação, sendo que esta última detém as mudanças de valor do mesmo. Invariavelmente, pode-se afirmar, portanto, a sobreposição das relações de poder do processo apontado.

Outro elemento que garante êxito para a atividade é o aprimoramento logístico da economia ilegal, através da circulação multimodal, por exemplo, uma vez que esta dificulta ainda mais o controle e a fiscalização por parte dos órgãos de segurança.

Percebe-se, portanto, que há um alto grau de organização e logística empregado no tráfico de drogas, sendo estes também responsáveis pelo seu êxito.

Como parte dessa organização, há, também, uma grande divisão dentro da atividade, que pode ser identificada na distinção entre o "circuito superior" e o "circuito inferior" das drogas.

No "circuito superior" estão os grandes chefes do tráfico, que administram a atividade ilícita e ficam com a maior parte dos lucros. Já no "circuito inferior", estão aqueles que produzem e transportam as drogas, aos quais é reservada parcela mínima dos lucros obtidos ao final do processo do tráfico. A estes que é reservada parcela mínima dos lucros, cabe-lhes a reprodução de sua condição de pobreza.

Assim, o tráfico de drogas atua como empresa capitalista, devido ao seu alto grau de organização, à grande lucratividade que busca e por ser reprodutora de desigualdades sociais.

Considera-se que a atividade ilícita aqui estudada é atrelada, antes de qualquer natureza econômica, a um problema que é social, seja porque muitos daqueles que produzem ou transportam drogas o fazem na busca por melhores condições de vida, seja porque aqueles que são usuários de drogas o fazem para esquecer-se da realidade de pobreza, da falta de emprego e de perspectiva de vida em que vivem.

Nesse sentido, o papel do Estado é essencial nas questões atreladas ao tráfico e uso de drogas já que, para além da repressão, devem ser aplicadas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social para as regiões de trânsito e consumo de drogas, tais como as fronteiras e grandes centros urbanos, regiões comumente permeadas pelo tráfico, conforme se averiguou. Isto porque o tráfico apresenta raízes profundas, as quais possivelmente não serão desatadas somente com a repressão à atividade, mas com ações mais complexas, ligadas aos fatores que ocasionam o aumento da atividade do tráfico de drogas, como a desigualdades social e demais questões a esta atreladas.

No entanto, muitas vezes as ações desintegradas dos organismos de segurança do Brasil e do Paraguai não obtêm êxito e, assim, favorecem a ilegalidade. Por outro lado, a integração existente entre as organizações ilegais na fronteira é o que permite o fortalecimento das redes do tráfico de drogas.

Não se deve, porém, atribuir apenas ao Estado a função de combater, reprimir ou criar políticas voltadas para solucionar a problemática do tráfico e do consumo de drogas. É de

fundamental importância que a sociedade tenha um comprometimento maior e se envolva nas discussões referentes ao enfrentamento das mazelas produzidas pelo tráfico de drogas. A sociedade precisa se reconhecer como principal agente de mudança.

A fronteira representa, assim, território de conflitos e relações de poder como, por exemplo, o conflito estabelecido entre a atividade do tráfico e a repressão por parte do Estado, sendo que ambos impõem suas relações de poder e buscam sua territorialização.

À luz desses apontamentos, analisar e estudar o mercado da droga exige um amplo campo de reflexão, haja vista que sua movimentação não é, apenas, de escala local, mas transpõe outras escalas, a nível regional, nacional e internacional. A região de fronteira entre Brasil e Paraguai constitui-se, então, em espaço de territorialização das redes do tráfico de drogas ilícitas.

REFERÊNCIAS

ACERCA DE la Senad. Disponível em: <http://www.senad.gov.py/vision-mision.html> Acesso em: 16 jan. 2013

A MAIOR APREENSÃO de Drogas da Região Serrana do RJ. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=dCfOxP3s-8s> Acesso em: 30 abr. 2013.

ADIALA, Cristiane de Sousa Mota. **Caracterização da faixa de fronteira continental sul do Brasil.** Rio de Janeiro, 2003, 44 f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. Imigração em territórios fronteiriços. In: **Anais do VI Congresso Português de Sociologia** - mundos sociais: saberes e práticas. Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, junho/2008.

ANDERSEN, Sigrid. Dificuldades da gestão ambiental em áreas de fronteira: investigando a origem dos conflitos. In: **Anais do IV Encontro Nacional ANPPAS - da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade –** mudanças ambientais globais: a contribuição da ANPPAS ao debate**.** Brasília, junho/2008.

APREENSÃO DE ARMAS e drogas no Alemão é a maior da história no Rio, diz PM. Disponível em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/apreensao-de-armas-e-drogas-no-alemao-e-a-maior-da-historia-no-rio-diz-pm-20101128.html> Acesso em: 30 abr. 2013.

ARROYO, Mônica. **A economia invisível dos pequenos.** (2008). Disponível em: <http://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=283>. Acesso em: 13 abr. 2011.

AVISO MARCHA da maconha. Disponível em: <http://marchadamaconha.org/> Acesso em: 22 mar. 2012

BILIBIO, Marcia Bobko. **Conhecimentos gerais sobre drogas**. Curso de formação de soldados, Cascavel, 2010

BOLETIM CAMPESINO DE INTERCAMBIO INFORMATIVO. Número Especial, Órgão Oficial Del CLOC, fev. de 1994, p. 3.

BRASIL. **Constituição Federal**. Art. 144, 1998.

_____. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. **Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas – Sisnad**. Brasília, 2006.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais; MACHADO, Lia Osório. **Proposta de Reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

CARLINI, Elisaldo. **Revista Ciência Hoje.** São Paulo, vol. 31, nº 181, abr. 2002**.** Entrevista concedida a Alessandra Pereira.

CASTELLS, Manuel. **A era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura – O Fim do Milénio. Vol. 3. Lisboa: Fundação Calouste gulbenkian, 2003.

_____. **A era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura - A sociedade em rede**.** 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS – CEBRID. **Livreto informativo sobre Drogas Psicotrópicas.** Departamento de Psicobiologia da Unifesp. Universidade Federal de São Paulo – Escola Paulista de Medicina, 2003.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS. Disponível em: <http://www.cebrid.epm.br/index.php>. Acesso em: 23 mar. 2011.

COMISSÃO GLOBAL de política sobre drogas. Disponível em <http://www.senado.gov.br/NOTICIAS/JORNAL/EMDISCUSSAO/dependencia-quimica/crack-chama-a-atencao-para-dependencia-quimica/comissao-global-de-politica-sobre-drogas.aspx> Acesso em: 05 mar. 2013.

CORRÊA, Roberto L. **Região e organização espacial**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998.

_____. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

DENARC APREENDE maconha entre Toledo e Marechal Cândido Rondon. Disponível em: <http://catve.tv/noticia/9/58581/denarc-apreende-maconha-entre-toledo-e-marechal-candido-rondon> Acesso em: 30 abr. 2013.

DESARROLLO ALTERNATIVO. Disponível em: <http://www.senad.gov.py/pna.html>. Acesso em: 09 mar. 2012.

DIAS, Leila Christina. Rede: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 141-162.

DIAS, Leila Christina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (org.). **Redes, sociedades e territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2007.

DÓLAR AMERICANO. Disponível em: <http://www4.bcb.gov.br/pec/taxas/batch/taxas.asp?id=txdolar> Acesso em: 23 abr. 2013.

DROGAS E DEMOCRACIA. Disponível em <http://www.drogasedemocracia.org>. Acesso em: 05 mar. 2013.

EM FILME, FHC defende descriminalização do consumo de drogas. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/922493-em-filme-fhc-defende-descriminalizacao-do-consumo-de-drogas.shtml> Acesso em: 05 mar. 2013.

FAMÍLIA DE CASCAVEL vendia drogas para o PCC e Comando Vermelho. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=1323543&tit=Familia-de-Cascavel-vendia-drogas--para-o-PCC-e-Comando-Vermelho> Acesso em: 23 abr. 2013.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa. 8. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FRAGA, Paulo César Pontes. Juventude, narcotráfico e violência no Brasil: para além do rural e do urbano. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta; IULIANELI, Jorge Atílio Silva. **Narcotráfico e violência no campo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FURQUIM JUNIOR, Laércio. **Fronteiras terrestres e marítimas do Brasil**: um contorno dinâmico. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007, 230f. Dissertação de Mestrado. Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GEMELLI, Vanderleia. **Entrevista.** Concedida em 17. Abr. 2010 pelo Sr. José Staziak, Marangatu, Paraguai.

_____. **Entrevista.** Concedida em 5. Mar. 2012 pelo Delegado de Polícia Federal Rivaldo Venâncio, da Delegacia de Cascavel.

_____. **Entrevista.** Concedida em 13. Mar. 2012 pelo Delegado de Polícia Federal Guilherme Monseff de Biagi, da Delegacia de Foz do Iguaçu.

_____. **Entrevista.** Concedida em 20. Mar. 2012 pelo Delegado de Polícia Federal Ricardo Cubas César, da Delegacia de Guaíra.

_____. **Entrevista via e-mail** [mensagem pessoal]. Recebido em 13. Mar. 2013. Concedida pelo jornalista Mauri König, do *Jornal Gazeta do Povo*.

_____. **Entrevista via e-mail** [mensagem pessoal]. Recebido em 20 mar. 2013. Concedida pelo professor Eric Gustavo Cardin, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, *campus* de Toledo.

GRIEVE, John. 10 RAZÕES PARA legalizar as drogas. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/postMostrar.cfm?blog_id=1&post_id=355> Acesso em: 25 mai. 11.

H. C. T. [identidade não revelada]. Entrevista. [S. L.]: 2011. **Jornal Gazeta do Povo,** nov. 2011. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?tl=1&id=1191486&tit=Crime-recruta-trabalhador-de-municipios-lindeiros> Acesso em: 24 nov. 2011.

HAESBAERT, Rogério e PORTO-GONÇALVES, Carlos. W. **A nova des-ordem mundial.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade.** (Conferência) Porto Alegre, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: **Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina**. Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **Regional – Global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

_____. **O mito da desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HEIDRICH, Álvaro, Luiz. Território, Integração socioespacial, região, fragmentação e exclusão social. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Savério; SAQUET, Marcos Aurélio (org.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens.** Francisco Beltrão/PR: Edunioeste, 2004.

HOMEM É DETIDO com drogas na Rodoviária Novo Rio. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/04/homem-e-detido-com-drogas-na-rodoviaria-novo-rio.html> Acesso em: 30 abr. 2013.

INFORMANTE 1, Guaíra, 27 jan. 2013.

INFORMANTE 2, Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012.

INFORMANTE 3, Foz do Iguaçu, 20 nov. 2012.

INFORMANTE 4, Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012.

INFORMANTE 5, Foz do Iguaçu, 20 nov. 2012.

INFORMANTE 6, Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012.

INFORMANTE 7, Guaíra, 27 jan. 2013.

INFORMANTE 8, Santa Helena, 13 dez 2012.

INFORMANTE 9, Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012.

INFORMANTE 10, Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012.

INFORMANTE 11, Santa Helena, 13 dez 2012.

INFORMANTE 12, Marechal Cândido Rondon, 15 out. 2012.

INFORMANTE 13, Foz do Iguaçu, 20 nov. 2012.

INSTALADO o núcleo de Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira. Disponível em: <http://www.seae.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=98&tit=Instalado-o-Nucleo-de-Desenvolvimento-e-Integracao-da-Faixa-de-Fronteira>. Acesso em: 20 fev. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Oeste paranaense:** o 3º espaço relevante: especificidades e diversidades. Curitiba: IPARDES, 2008.
JANSEN, Ney. Drogas, imperialismo e luta de classe. In: **Revista Urutaguá**. Maringá, Paraná, nº 12, abr/mai/jun/jul/2007, p. 1-16.

JANSEN, Ney. 10 RAZÕES PARA sermos contra as drogas. (2009). Disponível em: <http://www.drogas.org.br/drogas/home/Default_Projeto.asp?P=39>. Acesso em: 25 mai. 2011.

JUNTA INTERNACIONAL de Fiscalização de Entorpecentes. Disponível em: <http://www.unodc.org/brazil/pt/jife_destaquesregionais.html>Acesso em: 21 abr. 2011.

LA INSTITUCION policial. Disponível em: < http://www.policianacional.gov.py/institucion_policial.html#thumb> Acesso em: 16 jan. 2013.

LACOSTE, Yves. **A Geografia**: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 2. ed. Campinas: Papirus, 1989.

LEMOS, Linovaldo Miranda. As correntes da Geografia e o movimento de idéias em torno de região. In: **Revista Geografias.** Belo horizonte, n.1, vol.1, p. 26-36, jun./dez 2005.

LENCIONI, Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento.** Curitiba, n. 120, p. 127-142, jan./jun. 2011.

MACHADO, Lia Osório. Região, fronteiras e redes ilegais: estratégias territoriais na Amazônia Sul-Americana. **Revista Italiana di Geopolitica.** Quaderni Speciali, Supllemento al n.3/2007.

_____. A Estratégia Nacional de Defesa, a Geografia do tráfico de drogas ilícitas e a Bacia Amazônica Sul-Americana. In: **Seminário de Defesa e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia** / ECEME, 18 de agosto de 2010. 154 p. 98.

MAIOR APREENSÃO de drogas no ano de 2012 na capital paulista. Disponível em: <http://ssdpfrj.org.br/2012/06/maior-apreensao-de-drogas-no-ano-de-2012-na-capital-paulista/#more-5727> Acesso em :30 abr. 2013.

MARCHA da maconha. Disponível em: <http://marchadamaconha.org/>. Acesso em: 22 mar. 2012.

MARQUES, Denise Helena França. **Circularidade na fronteira do Brasil e Paraguai**: o estudo de caso dos "brasiguaios". Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2009, 154f. Tese de doutorado em Demografia, Curso de Doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MARQUEZINI, Ana Carolina Torelli. Circuitos espaciais de fronteira: cidades gêmeas de Foz do Iguaçu e Cidade do Leste. In: **Revista Entre-Lugar.** Dourados, ano 1, n. 2, p. 33-55, 2º semestre de 2010.

MARTIN, André Roberto. **Fronteiras e nações.** São Paulo: Contexto, 1994.

MASI, Fernando. Paraguai – Brasil e o projeto Mercosul. In: **Revista Política Externa.** São Paulo: Editora Paz e Terra, vol. 14, nº 3, dez/jan/fev – 2005/2006.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça**: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu. São Paulo: Loyola, 2ª ed, 2003.

MÉLO, José Luiz Bica de. Reflexões conceituais sobre fronteira. In: CASTELLO, Iára R. et al. **Fronteiras na América Latina**: espaços em transformação. Porto Alegre, RS: Editora da UFRGS, 1997.

MORAIS, Paulo César de Campos. Drogas: criminalização, alternativas e tendência legislativa brasileira. In: **Revista Outro Olhar**. Belo Horizonte, ano III, n. 3, out, 2003.

MOREIRA, Ruy. As novas noções do mundo (geográfico) do trabalho. In: **Ciência Geográfica.** Bauru, vol. III, set/dez, 2001.

_____. Teses para uma Geografia do Trabalho. In: **Ciência Geográfica.** Bauru, vol. II, mai/ago, 2002.

_____. Da região à rede e ao lugar: a nova realidade e o novo olhar geográfico sobre o mundo. **Espaço, Tempo e Crítica:** revista eletrônica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas, v.1, n.1, p 55-70, jun. 2007.

NOVAES, André Reyes. Tráfico de drogas e lavagem de dinheiro: um estudo sobre a atuação das redes ilegais na Amazônia brasileira. Rio de Janeiro, 2003, 35p. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

NYT: ENXURRADA de cocaína invade Brasil e Argentina. Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=30928&id_secao=3>. Acesso em: 18 fev. 2012.

OBSERVATÓRIO DO CRACK. Disponível em: <http://portal.cnm.org.br/sites/5700/5770/07112011_EstudoTecnicoColetivadoCrack_versao_Final.pdf> Acesso em: 21 nov. 2011.

OLIVEIRA, Adriano. As Peças e os Mecanismos do Crime Organizado em Sua Atividade Tráfico de Drogas. In**: Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Vol. 50, ano 4, 2007, pp. 699 – 720.

PARA ABAFAR a angústia e produzir mais, canavieiros buscam o crack. Disponível em: <www.vermelho.org.br>. Acesso em: 21 nov. 2011.

PARAGUAI. Lei n. 2532, de 14 de fevereiro de 2005. **Establece la Zona de Seguridad Fronteriza de la Republica del Paraguay**. Assunção, 2005.

PARAGUAI É ORIGEM de 80% da maconha vendida no Brasil, diz ONU. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/02/28/paraguai-e-origem-de-80-da-maconha-vendida-no-brasil-diz-onu.htm> Acesso em: 28 fev. 2012

PF FECHA balanço e divulga apreensão de 71 kg de pasta base de cocaína. Disponível em: <http://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2013/03/pf-fecha-operacao-com-apreensao-de-71-kg-de-pasta-base-de-cocaina.html> Acesso em: 30 abr. 2013.

PLAN NACIONAL ANTIDROGAS. Disponível em: <http://www.senad.gov.py/pna.html>. Acesso: 09 mar. 2012.

PM APREENDE mais de 170 quilos de drogas em BH e em Contagem. Disponível em: <http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2013/03/pm-apreende-mais-de-170-quilos-de-drogas-em-bh-e-em-contagem.html> Acesso em: 30 abr. 2013.

POLÍCIA FAZ grande apreensão de drogas na zona leste de São Paulo. Disponível em: <http://noticias.r7.com/balanco-geral/video/policia-faz-grande-apreensao-de-drogas-na-zona-leste-de-sao-paulo-4edf2f99b51a6523b980f69b/ > Acesso em: 30 abr. 2013.

POLÍCIA FEDERAL apreende 500 kg de maconha em pneus de carreta. Disponível em: <http://ssdpfrj.org.br/2012/10/policia-federal-apreende-500-kg-de-maconha-em-pneus-de-carreta/#more-12283>, Acesso em: 30 abr. 2013.

POLÍCIA FEDERAL realiza maior apreensão de maconha do ano no recife. Disponível em: <http://www.caigatoda.com.br/noticias-intro/283/pol-cia-federal-realiza-maior-apreens-o-de-maconha-do-ano-n0-recife> Acesso em: 23 abr. 2013.

QUANTIDADE de maconha destruída reduziu quase mil toneladas. Jornal **O Presente.** Marechal Cândido Rondon, 22 dez. 2011.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RELATÓRIO mundial sobre drogas 2011. Disponível em: http://www.defesanet.com.br/seguranca/noticia/1608/UNDOC---Relatorio-Mundial-sobre-Drogas-2011 Acesso: 23 jul. 2011.

REPÚBLICA DEL PARAGUAY, Asunción, Ley nº 2532/05 que estabelece la Zona de Seguridad Fronteriza de la República Del Paraguay.

REVISTA ADUSP. O tráfico internacional de drogas e a influencia do capitalismo. Agosto, 1996. Disponível em: < http://www.adusp.org.br/files/revistas/07/r07a07.pdf>.

RIBEIRO, Ana Maria Motta. Sociologia do narcotráfico na América Latina e a questão camponesa. In: RIBEIRO, Ana Maria Motta; IULIANELI, Jorge Atílio S. **Narcotráfico e violência no campo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

ROLON, José Aparecido. **Paraguai**: transição democrática e política externa. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010, 186f. Tese de doutorado, Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANCHES, Maria Ubaldina Costa. **A Visão dos jovens do Centro Federal de Educação Tecnológico de Mato Grosso sobre o consumo de drogas ilícitas.** Cuiabá: Universidade Federal do Mato Grosso, 2005, 244 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

SANTOS, Milton. **O espaço dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. São Paulo: Edusp, 1979.

_____. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. **O retorno do território.** In: SANTOS, Milton, et al (orgs.) território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único a consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SÃO MIGUEL do Iguaçu: Falhas deixam dois vants parados na base da PF. Disponível em: <http://www.independenciaam.com.br/n.php?nid=11354> Acesso em: 02 mar. 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Savério. **Território e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SEGURANÇA. Secretário confirma integração de forças contra crimes na fronteira. Disponível em: <http://www.portaldoservidor.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=3767> Acesso em: 18 abr. 2011.

SILVA JUNIOR, Roberto F. A circulação como um dos fundamentos do espaço: elementos para a busca de um conceito. In: **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos/SP, vol.1, nº 1, 2007, p.117-130.

SOMOZA, Alfredo. **Coca, cocaína e narcotráfico**. São Paulo: Ícone, 1990.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. **A (re)produção da região do Lago de Itaipu.** Cascavel, PR: Edunioeste, 2009a.

SOUZA, Edson Belo Clemente de. Tríplice fronteira: fluxos da região Oeste do Paraná com o Paraguai e Argentina. In: **Revista Terra Plural,** vol.1, nº 1, 2009b.

SOUZA, Edson Belo Clemente de; GEMELLI, Vanderleia. Fronteira Brasil – Paraguai: a regionalização através da ação do Estado na implementação de políticas públicas. In: **Anais XIII Encuentro de Geógrafos de América Latina**, San José/Costa Rica, 2011.

_____. Território, região e fronteira: análise geográfica integrada da fronteira Brasil/Paraguai. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Rio de Janeiro/RJ, v.13, nº 2, 2011b, p.101-116.

SPRANDEL, Marcia Anita. **Brasileiros na fronteira com o Paraguai**. Estudos Avançados. São Paulo: v. 20, n. 57, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142006000200011>. Acesso em: 20 nov. de 2006.

STEIMAN, Rebeca. **O Mapa da Droga**. Rio de Janeiro, 1995, 39f. Monografia (Graduação em Geografia) – Departamento de Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1995.

TRÊS PESSOAS foram presas com mais de 25 quilos de crack. Disponível em: <http://ssdpfrj.org.br/2012/06/tres-pessoas-foram-presas-com-mais-de-25-quilos-de-crack/#more-7135> Acesso em: 30 abr. 2013.

VIRILIO, Paul. Os motores da história. In: ARAÚJO, Hermetes Reis de (org.); SEILER, Achim; LATOUR, Bruno (et al). **Tecnociência e Cultura**: ensaios sobre o tempo presente. São Paulo: Estação Liberdade, 1998. p. 127-147

WAGNER, Carlos. **Brasiguaios**: homens sem pátria. Petrópolis: Vozes, 1992.

ZIULKOSKI APRESENTA dados sobre o impacto do crack em mais de 4 mil Municípios. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/crack/not.asp?iId=224008> Acesso em: 21 nov. 2011.

ZONA DE SEGURANÇA Fronteiriça do Paraguai. Disponível em: <http://diarioaltoparana.com/PDFs/paraguai.pdf> Acesso em: 08 ago. 2012.

ANEXOS

Anexo 1 – Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa

Plataforma Brasil - Ministério da Saúde

Universidade Estadual do Oeste do Paraná/ UNIOESTE

PROJETO DE PESQUISA

Título: As drogas ilícitas na região de fronteira entre Brasil e Paraguai: uma análise das redes geográficas ilegais do tráfico

Área Temática:

Pesquisador: Edson Belo Clemente de Souza **Versão:** 2

Instituição: Centro de Ciências Biológicas e da Saúde CCBS - UNIOESTE **CAAE:** 05367812.4.0000.0107

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

Número do Parecer: 73004

Data da Relatoria: 21/08/2012

Apresentação do Projeto:

O projeto está bem apresentado, sendo bem fundamentado.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto está bem apresentado, sendo bem fundamentado.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Está em conformidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto de pesquisa proposto está bem redigido, além de ser uma proposta muito pertinente.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão todos de acordo.

Recomendações:

Sem Recomendações.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

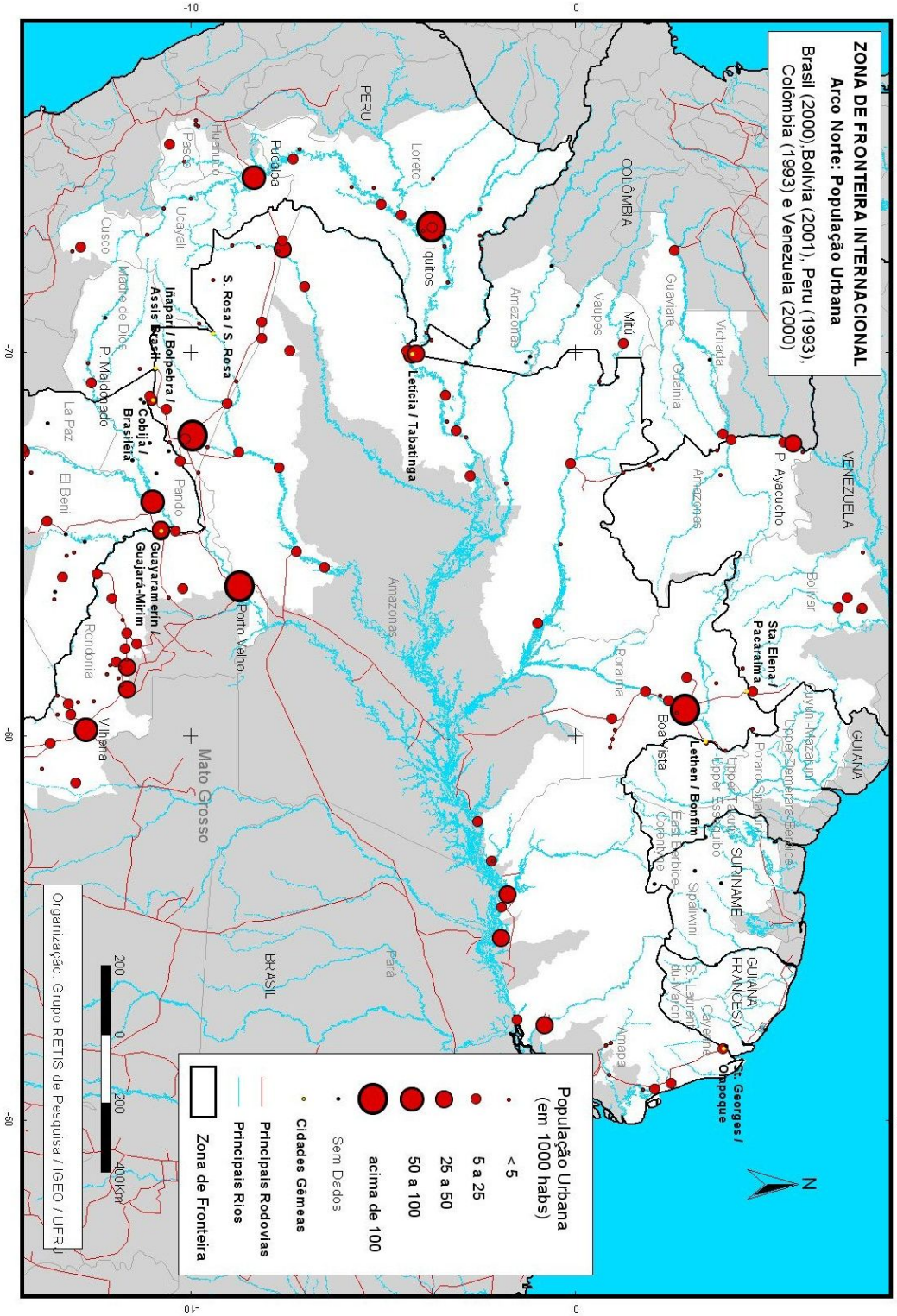
Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado

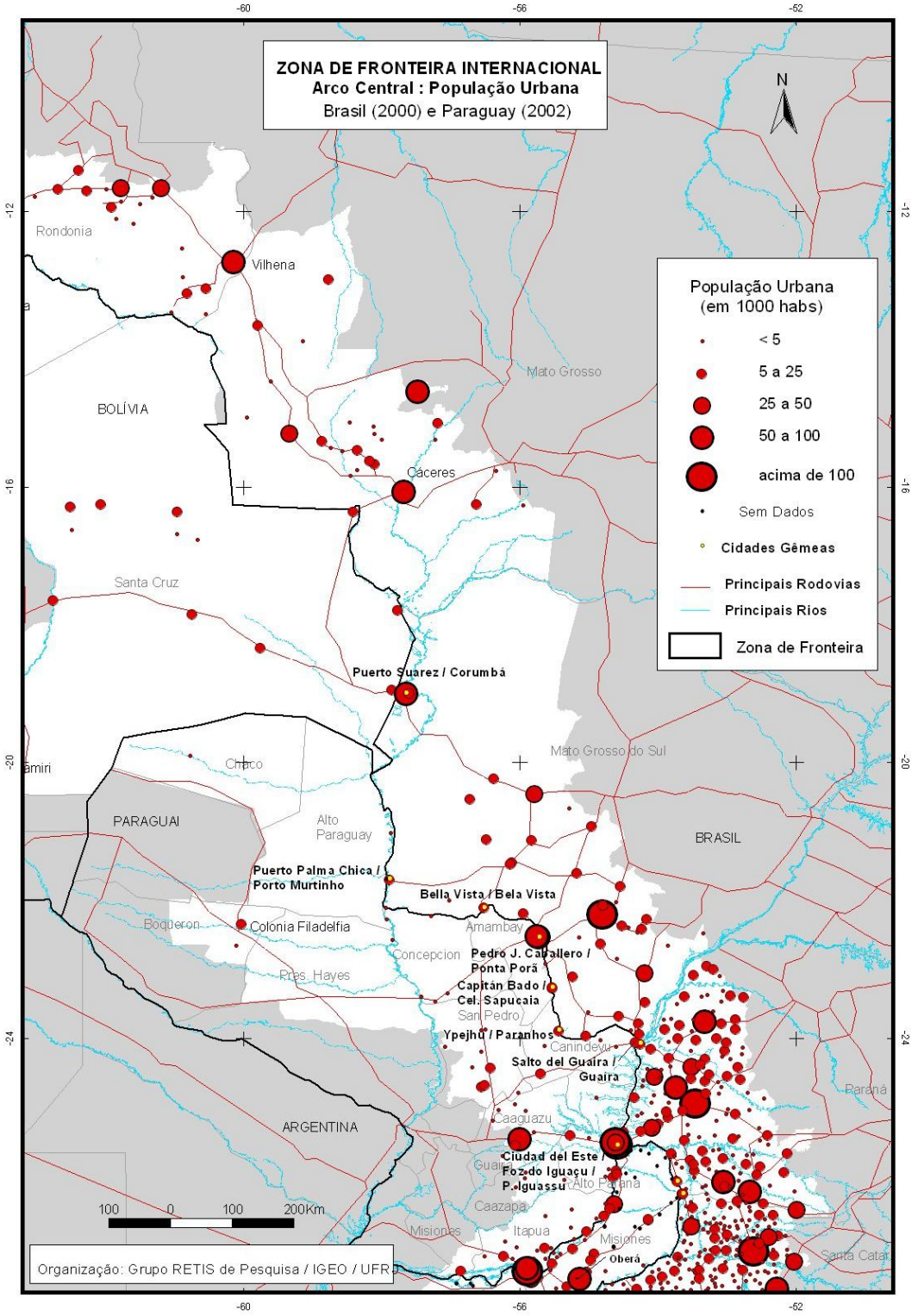
CASCAVEL, 13 de Agosto de 2012

Assinado por:
Aneline Maria Ruedell

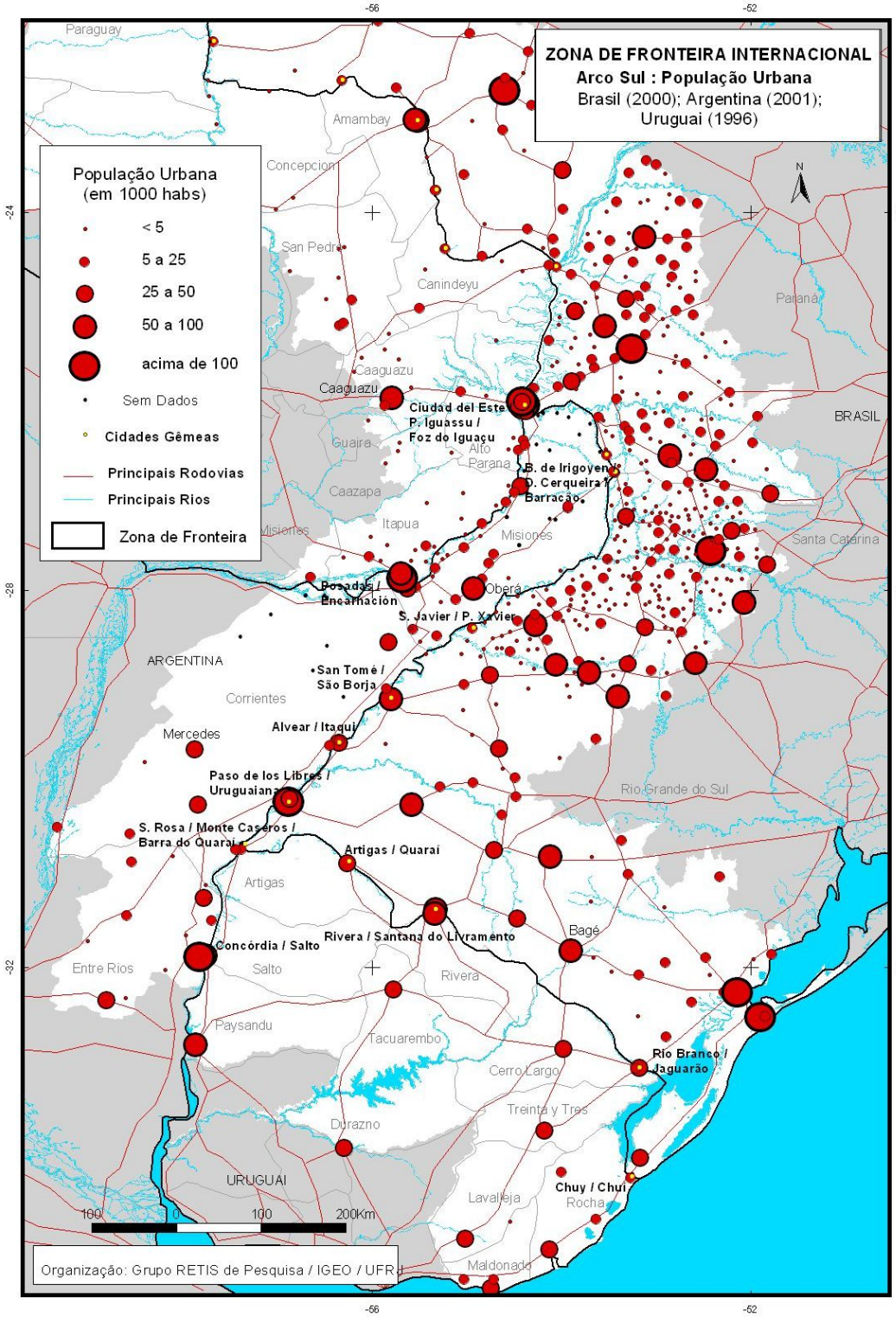
Anexo 2 – Mapa da zona de fronteira internacional: população urbana Arco Norte



Anexo 3 - Mapa da zona de fronteira internacional: população urbana Arco Central



Anexo 4 - Mapa da zona de fronteira internacional: população urbana Arco Sul



Anexo 5 – Tabela dos municípios e população nas Faixas de Fronteira

TABELA 1 – MUNICÍPIOS E POPULAÇÃO NAS FAIXAS DE FRONTEIRA (FF) POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO

Unidade da Federação	nº total de municípios	nº de municípios na FF	% de municípios na FF	população total 2000*	população na FF 2000*	% da população na FF
Amapá	16	8	50	477.032	68.402	14,3
Pará	143	5	3,4	6.195.965	180.600	2,9
Roraima	15	15	100	324.397	324.397	100
Amazonas	62	21	33,8	2.817.253	407.333	14,4
Acre	22	22	100	557.526	557.526	100
Rondônia	52	27	51,9	1.380.952	795.301	57,5
Mato Grosso	141	28	19,8	2.505.246	429.600	17,1
Mato Grosso do Sul	78	44	56,4	2.078.070	920.992	44,3
Paraná	399	139	34,8	9.564.643	2.259.924	23,6
Santa Catarina	293	82	27,9	5.357.862	765.641	14,2
Rio Grande do Sul	496	212	37,9	10.187.841	3.046.403	29,9
Total	1717	**602****	34,2	41.446.787	9.756.119	23,5
Total Brasil	5.560	**588*****	10,5	169.872.856	9.756.119	5,7

fonte: Elaborado pelo autor com base em dados do IBGE, Censo 2000*; IBGE, 2007; Ministério da Integração Nacional, 2005, acessado em 30 de julho de 2007

** Nos textos dos trabalhos disponíveis no Ministério da Integração Nacional e em diversas publicações, aparecem os dados de 588 municípios de 11 estados brasileiros localizados na Faixa de Fronteira Terrestre. A soma dos municípios citados em tabelas e listas das sub-regiões da Faixa de Fronteira apresentadas pelo próprio Ministério no *site* de sua Secretaria de Programas Regionais, indica um total de 602.

*** Indicação do número de municípios localizados na Faixa de Fronteira, segundo textos do Ministério da Integração Nacional e de Carlos Augusto Grabois Gadelha e Laís Costa, em *A Política Nacional de Integração e Desenvolvimento das Faixas de Fronteira: o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – PDFF* (2005). Pode haver diferença em função da atualização dos dados, em virtude de um possível aumento dos mesmos por conta da também possível criação de novos municípios entre 2005 e 2007.

APÊNDICES

Apêndice 1- Questionário aplicado aos Delegados de Polícia Federal

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Campus de Francisco Beltrão
Centro de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação – *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia

Pesquisa de Dissertação de Mestrado: As drogas ilícitas na região de fronteira entre Brasil e Paraguai: uma análise das redes geográficas ilegais do tráfico
Mestranda: Vanderleia Gemelli
Orientador: Profº Drº Edson Belo Clemente de Souza

1- Recente pesquisa divulgada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM), apontou que: um dos grandes problemas do tráfico de drogas é a falta de controle das fronteiras do país. "O efetivo policial é pequeno, mal remunerado e pouco treinado para enfrentar a dinâmica do tráfico de drogas." O que o Sr. tem a dizer sobre esse apontamento feito pela pesquisa?

2-A instalação das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) no Rio de Janeiro trouxe impactos para a região de fronteira entre Brasil e Paraguai? Quais? Há a possibilidade de o principal foco de tensão com os traficantes, antes localizados nas favelas pacificadas, estar se movendo para a fronteira?

3-Quantos policiais federais trabalham atualmente na delegacia de Foz do Iguaçu? Qual é sua área de abrangência?

4-A Polícia Federal de Foz do Iguaçu, possui contato direto\ações em todos os municípios lindeiros ao Lago de Itaipu?

5-É possível estabelecer uma rota contendo as principais cidades por onde há grande passagem de drogas? Quais?

6-Quais os principais horários de movimentação das drogas sobre o Lago de Itaipu?

7-É possível saber quais os destinos das drogas apreendidas?

8-É possível saber a origem dessas drogas apreendidas?

9-Existe cooperação entre agentes da PF no Brasil e agentes da SENAD no Paraguai no combate e apreensão de drogas?

10-Quais os agentes envolvidos no contrabando? São jovens, pais de família, desempregados, trabalhadores rurais etc?

11-Segundo o inspetor chefe de policiamento da Delegacia Civil de Foz do Iguaçu, Marcos Pierre Carvalho, em entrevista ao Jornal "O Presente" de 21/01/11, o preço pago pelo quilo puro de **cocaína** é de aproximadamente **R$ 25,00 mil**, pelo quilo do **crack** é pago entre **R$ 4**

mil a R$ 8 mil, enquanto que a **maconha** é vendida em torno de **R$ 500 a R$ 600**. Esses valores conferem?

12-Porque a maconha é a principal droga utilizada na América do Sul?

13-As estatísticas de apreensões em crescimento apontam para duas hipóteses: houve aumento da atividade de repressão e apreensão por parte dos órgãos competentes? Houve aumento na atividade do tráfico de drogas, e por isso houve o maior número de apreensões?

14- Há a possibilidade de disponibilização de dados de apreensões de drogas de 2009, 2010 e 2011 por parte da Polícia Federal?

Apêndice 2 - Questionário aplicado ao jornalista e ao estudioso de temas correlatos à pesquisa

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Campus de Francisco Beltrão
Centro de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação – *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia

Pesquisa de Dissertação de Mestrado: As drogas ilícitas na região de fronteira entre Brasil e Paraguai: uma análise das redes geográficas ilegais do tráfico
Mestranda: Vanderleia Gemelli
Orientador: Profº Drº Edson Belo Clemente de Souza

1. Você acredita que a instalação das UPPs (Unidade de Polícia Pacificadora) no Rio de Janeiro trouxe impactos para a região de fronteira entre Brasil e Paraguai? Quais? Há a possibilidade de o principal foco de tensão com os traficantes, antes localizados nas favelas pacificadas, estar se movendo para a fronteira?

2. Em seus trabalhos/pesquisas você buscou depoimentos de traficantes? Se sim, os conseguiu com facilidade ou dificuldade?

3. No seu entendimento, existem cidades da região de fronteira entre Brasil e Paraguai onde se constituem as principais rotas de passagem de drogas? Ou toda a região constitui-se numa rota de passagem de drogas?

4. Você acredita que o Lago de Itaipu facilita a ação de traficantes, devido à sua grande extensão, bem como dificuldade de fiscalização?

5. Você tem conhecimento de quais são os principais horários de movimentação das drogas sobre o Lago de Itaipu?

6. Você tem conhecimento de qual (quais) é (são) a origem das drogas traficadas para o Brasil?

7. Você tem conhecimento de quais são os destinos das drogas traficadas para o Brasil?

8. Quais os principais agentes envolvidos no tráfico? São jovens, pais de família, desempregados, trabalhadores rurais, etc? E o que os motivou a aderirem ao tráfico de droga?

9. Você tem conhecimento de quais são as táticas utilizadas para movimentar a droga do Paraguai ao Brasil? Quais são?

10.Você tem conhecimento do preço do quilo da maconha, do crack e da cocaína?

11. No seu entendimento, a polícia é ou não é conivente com o tráfico de drogas?

12. O Estado, através do serviço de segurança, deve ou não reprimir com mais intensidade o tráfico? Porque?

13. Qual o papel da sociedade civil no combate e ou no processo do tráfico?

14. Você acha que o uso de drogas, ou o aliciamento de pessoas para traficarem drogas, está atrelado a problemas sociais (ex: a falta de emprego, falta de moradia, desigualdade social, dentre outros, leva indivíduos a usarem drogas para esquecerem seus problemas, ou os leva a aderir ao tráfico como forma de renda)?

15. Qual é sua opinião sobre a descriminalização do uso de drogas?

16. Há mais alguma informação, sobre o tráfico de drogas na fronteira Brasil/Paraguai, que gostaria de acrescentar?

Apêndice 3 – Questionário aplicado aos moradores dos municípios da região de fronteira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Campus de Francisco Beltrão
Centro de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação – *Stricto Sensu* Nível de Mestrado em Geografia

Pesquisa: As drogas ilícitas na região de fronteira entre Brasil e Paraguai: uma análise das redes geográficas ilegais do tráfico
Mestranda: Vanderleia Gemelli
Orientador: Profº Drº Edson Belo Clemente de Souza

1. Você tem receio/medo de falar sobre o tráfico de drogas na fronteira do Brasil com o Paraguai?

2. Como morador da região de fronteira, você vê no seu cotidiano as táticas utilizadas para movimentar a droga do Paraguai ao Brasil? Quais são?

3. Qual é a função desempenhada pelas pessoas que você conhece, dentro do tráfico?

4. O que motivou as pessoas a aderirem ao tráfico de droga?

5. As pessoas que você conhece que trabalham com o tráfico são usuários de drogas?

6. Quais drogas são traficadas?

7. Você tem conhecimento do preço do kg de maconha, crack e cocaína?

8. No seu entendimento, quais são as cidades da região de fronteira entre Brasil e Paraguai onde se constituem as principais rotas de passagem de drogas?

9. Qual é seu município e quais os principais horários de movimentação das drogas no seu município?

10. Você tem conhecimento da origem e do destino das drogas traficadas?

11. No seu entendimento, a polícia é ou não é conivente com o tráfico?

12. O Estado, através do serviço de segurança, deve ou não reprimir com mais intensidade o tráfico? Porque?

13. Qual o papel da sociedade civil no combate e ou no processo do tráfico?

14. Há mais alguma informação que gostaria de acrescentar?